

UNIVERSIDAD AUTÓNOMA DE ASUNCIÓN
FACULTAD DE CIENCIAS DE LA EDUCACIÓN Y LA COMUNICACIÓN
DOCTORADO EN CIENCIAS DE LA EDUCACIÓN

ESCOLA E VIOLÊNCIA: UMA PERCEPÇÃO SOCIOPEDAGÓGICA DE
PROFESSORES DA REDE PÚBLICA ESTADUAL DE ALAGOAS

Débora de Araújo Duarte

TUTOR

Dr. Daniel González González

Asunción - Paraguay

2023

**UNIVERSIDAD AUTÓNOMA DE ASUNCIÓN
FACULTAD DE CIENCIAS DE LA EDUCACIÓN Y LA COMUNICACIÓN
DOCTORADO EN CIENCIAS DE LA EDUCACIÓN**

**ESCOLA E VIOLÊNCIA: UMA PERCEPÇÃO SOCIOPEDAGÓGICA DE
PROFESSORES DA REDE PÚBLICA ESTADUAL DE ALAGOAS**

Débora de Araújo Duarte

TUTOR

Dr. Daniel González González

Asunción - Paraguay

2023

Débora de Araújo Duarte, 2023

**ESCOLA E VIOLÊNCIA: UMA PERCEPÇÃO SOCIOPEDAGÓGICA DE
PROFESSORES DA REDE PÚBLICA ESTADUAL DE ALAGOAS**

pp. 117

Tutor: Prof. Dr. Daniel González González

Tese de Doutorado em Ciências da Educação.

Universidad Autónoma de Asunción, 2023.

Débora de Araújo Duarte, 2023

**ESCOLA E VIOLÊNCIA: UMA PERCEPÇÃO SOCIOPEDAGÓGICA DE
PROFESSORES DA REDE PÚBLICA ESTADUAL DE ALAGOAS**

Esta tese foi avaliada na data _____ para obtenção do grau de Doutorado em Ciências de la Educación pela Universidad Autónoma de Asunción – UAA pelos seguintes Doutores que assinam abaixo.

Comissão julgadora

.....
.....
.....
.....
.....

Asunción - Paraguay

2023

Dedico esse trabalho a minha mãe Eluziene, pelos seus cuidados, que foram essenciais em alguns momentos, me dando esperança necessária para seguir em frente. A meu pai, Sebastião, seus ensinamentos me deram a segurança e a certeza de que não estive sozinha nessa caminhada e que a dor da sua ausência é minimizada pela esperança de um dia nos reencontrarmos.

AGRADECIMENTOS

A Deus, Pai Todo Poderoso, que me deu a força necessária para que eu pudesse chegar até esse estágio de minha profissão.

Aos meus pais, Sebastião (in memoriam) e em especial à minha mãe, Eluziene e irmã, Aurora, pela vida de dedicação e amor incondicional. A certeza de tê-los comigo é o que me dá segurança para seguir.

Ao Prof. Dr. Daniel Gonzalez, pelos dois anos de orientação e apoio. Poder aprender com você foi uma experiência enriquecedora.

Aos professores que voluntariamente participaram deste projeto. Por eles, almejo cada dia tornar-me uma profissional melhor.

À minha família por sempre me apoiar e acreditar em mim.

Aos meus amigos da turma, pelo companheirismo nas horas difíceis.

À Alba Ortiz, funcionária da instituição, pela ajuda e amizade ao longo de todos esses anos.

E a todos que estiveram comigo durante o curso e colaboraram de alguma forma para que hoje esse momento se concretizasse. Eu não conseguiria sem a ajuda de cada um de vocês.

Não fui eu que ordenei a você? Seja forte e corajoso! Não se apavore nem desanime, pois o Senhor, o seu Deus, estará com você por onde você andar".

(Josué 1:9)

SUMÁRIO

LISTA DE TABELAS	10
LISTA DE FIGURAS	11
LISTA DE GRÁFICOS	12
LISTA DE ABREVIATURAS	13
GLOSSÁRIO	14
RESUMEN	15
RESUMO	16
ABSTRACT	17
INTRODUÇÃO	18
CAPÍTULO I – VIOLÊNCIA E SEGURANÇA: CONCEITOS E REPRESENTAÇÕES	21
1.1 A segurança na Constituição Federal Brasileira	21
1.2 Violência e escola na contemporaneidade	26
1.3 O assédio moral enquanto ato de violência	30
1.4 Professores e a violência na escola	33
CAPÍTULO II - VIOLÊNCIA ESCOLAR	38
2.1 Perspectiva Histórico Social no Brasil	38
2.2 Violência Escolar	40
2.3 Evolução histórico social da relação família e escola	45
CAPÍTULO III - INTERVENÇÃO DA VIOLÊNCIA NO ÂMBITO ESCOLAR	51
3.1 Psicopedagogia	51
3.2 Psicologia cognitivo comportamental	54
3.3 Conselho Tutelar: o papel e suas competências frente a violência escolar	60
3.4 PNAVE (Programa Nacional de Prevenção à Violência contra o Professor): conceituação e atribuições	64
CAPÍTULO IV – PERCURSO METODOLÓGICO	69
4.1 Objeto de estudo	69
4.2 Objetivos	69

4.3 Caminho da pesquisa	70
4.4 Metodologia	73
4.6 Locus da pesquisa/ participantes	83
4.7 Técnicas e instrumentos de coleta de dados	84
4.8 Questionário	88
4.9 Construção do instrumento de validação	89
4.10 Ações para coleta de dados e questões éticas	90
4.11 Técnicas utilizadas para interpretação das informações e dados	90
CAPÍTULO V - RESULTADO E INTERPRETAÇÃO	92
CONCLUSÕES	101
PROPOSTAS	102
REVISÃO DE LITERAURA	105
APÊNDICES	110
Apêndice I - Termo de Consentimento Livre (escola)	110
Apêndice II - Questionário	111
Apêndice III - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido	113
ANEXOS	115
Anexo I - Relatório de opinião de peritos do instrumento de pesquisa	116

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Objetivos da pesquisa	87
----------------------------------------	----

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Caminho da pesquisa	70
Figura 2 – Delineamento da pesquisa	72
Figura 3 - Processo de interação e interpretação dos dados coletados	73
Figura 4 - Modelo linear do processo da pesquisa	75

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Questão seis	96
Gráfico 2 – Questão sete	97
Gráfico 3 - Questão oito	98
Gráfico 4 - Questão nove.....	99
Gráfico 5 - Questão dez	100

LISTA DE ABREVIATURAS

ABRAPEE - Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional

BAI - Escala de Ansiedade de Beck

BDI - Escala de Depressão de Beck

CRFB - Constituição da República Federativa do Brasil

ECA - Estatuto da Criança e do Adolescente

NIMH - Centro de Cultura Popular

PL - Projeto de Lei

PNAVE - Programa Nacional de Prevenção à Violência contra o Professor

PNE - Programa Nacional de Educação Pública

PROERD - Programa Nacional de Resistência às Drogas e a Violência

PPP - Projeto Político Pedagógico

SINPRO – Sindicato dos Professores do Ensino Privado

USI - Prevenção Universal, Seletiva e Indicada

USP - Universidade de São Paulo

GLOSSÁRIO

Escola Estadual X e Y

Professores A, B, C, D, E, F, G, H, I, J

RESUMEN

Esta investigación titulada "Escuela y violencia: una percepción sociopedagógica de los profesores de la red pública estatal de Alagoas", analiza posibles causas y consecuencias de la violencia escolar desde la perspectiva de profesores que actúan en escuelas públicas de la red estatal. A través de un enfoque cualitativo, buscamos comprender los significados atribuidos por los sujetos a su realidad, a partir de entrevistas semiestructuradas, donde se discuten posibles factores que contribuyen a la violencia escolar, como la falta de infraestructura, que hace referencia a las condiciones precarias de las instalaciones, recursos físicos y materiales de las escuelas, devaluación profesional, que se refiere al bajo salario, falta de reconocimiento y exceso de trabajo de los docentes, indisciplina, que se refiere a la desobediencia a las reglas y límites establecidos por la escuela, la influencia de los medios y la familia, que hacen referencia a modelos de conducta y valores transmitidos por los medios de comunicación y el entorno familiar, entre otros. También se indagó sobre las estrategias pedagógicas adoptadas por los docentes para enfrentar la violencia escolar, como el diálogo, que se refiere al intercambio de ideas y sentimientos entre los involucrados en el proceso educativo, la mediación de conflictos, que se refiere a acciones pacíficas y constructivas en situaciones de desacuerdo o agresión, participación comunitaria, que se refiere a la implicación de padres, estudiantes y otros miembros de la sociedad en la gestión y mejoramiento de la escuela, formación continua, que se refiere a la mejora constante de los conocimientos y las habilidades de los docentes, entre otros. Nos apropiamos de hechos que muestran que la violencia escolar es un fenómeno complejo y multifacético, que requiere una intervención integrada y coordinada entre los diversos actores sociales involucrados en la educación.

Palabras clave: Docentes. Violencia Seguridad. Estudiantes. PNAVE.

RESUMO

Esta pesquisa intitulada por "Escola e violência: Uma percepção sociopedagógica de professores da rede pública estadual de Alagoas", analisa possíveis causas e as consequências da violência escolar na perspectiva de docentes que atuam em escolas públicas da rede estadual. Através de uma abordagem qualitativa, buscou-se compreender os significados atribuídos pelos sujeitos à sua realidade, baseada em entrevistas semiestruturadas, onde se discute possíveis fatores que contribuem para a violência escolar, como a falta de infraestrutura, que se refere às condições precárias das instalações físicas e dos recursos materiais das escolas, a desvalorização profissional, que se refere ao baixo salário, à falta de reconhecimento e à sobrecarga de trabalho dos docentes, a indisciplina, que se refere à desobediência às normas e aos limites estabelecidos pela escola, a influência da mídia e da família, que se referem aos modelos de comportamento e de valores transmitidos pelos meios de comunicação e pelo ambiente familiar, entre outros. Também compreendeu-se sobre estratégias pedagógicas adotadas pelos professores para lidar com a violência escolar, como o diálogo, que se refere à troca de ideias e de sentimentos entre os envolvidos no processo educativo, a mediação de conflitos, que se refere à intervenção pacífica e construtiva nas situações de desacordo ou de agressão, a participação da comunidade, que se refere ao envolvimento dos pais, dos alunos e dos demais membros da sociedade na gestão e na melhoria da escola, a formação continuada, que se refere ao aperfeiçoamento constante dos conhecimentos e das habilidades dos professores, entre outras. Nos apropriamos de fatos em mostram que a violência escolar é um fenômeno complexo e multifacetado, que exige uma intervenção integrada e articulada entre os diversos atores sociais envolvidos na educação.

Palavras-chave: Professores. Violência. Segurança. Alunos. PNAVE.

ABSTRACT

This research entitled "School and violence: A socio-pedagogical perception of teachers of the state public network of Alagoas", analyzes possible causes and consequences of school violence from the perspective of teachers who work in public schools of the state network. Through a qualitative approach, we sought to understand the meanings attributed by the subjects to their reality, based on semi-structured interviews, where possible factors that contribute to school violence are discussed, such as the lack of infrastructure, which refers to the precarious conditions of the facilities physical and material resources of schools, professional devaluation, which refers to low salary, lack of recognition and overwork of teachers, indiscipline, which refers to disobedience to the rules and limits established by the school, the influence media and family, which refer to models of behavior and values transmitted by the media and the family environment, among others. It was also understood about pedagogical strategies adopted by teachers to deal with school violence, such as dialogue, which refers to the exchange of ideas and feelings between those involved in the educational process, conflict mediation, which refers to peaceful and constructive in situations of disagreement or aggression, community participation, which refers to the involvement of parents, students and other members of society in the management and improvement of the school, continued training, which refers to the constant improvement of knowledge and the skills of teachers, among others. We appropriate facts that show that school violence is a complex and multifaceted phenomenon, which requires integrated and coordinated intervention between the different social actors involved in education.

Keywords: Teachers. Violence. Security. Students. PNAVE.

INTRODUÇÃO

Há pouco consenso sobre o que significa violência escolar. O conceito varia de acordo com a instituição, palestrantes, idade e até gênero. Essa natureza complexa e multifacetada da violência em ambientes escolares apresenta vários desafios na definição do fenômeno. Em geral, essas definições são consistentes com o conceito de violência: física, ofensiva ou criminosa, transgressão, agressão verbal, várias formas de discriminação, agressão ao patrimônio, etc, (Minayo, 2013).

É importante notar as mudanças associadas ao que é considerado violento e o ângulo em que o assunto é abordado. Abordar a violência escolar significa mais do que apenas associar a violência às escolas. É necessário dar um passo adiante e abordar a interseção dos objetos e seus significados em termos de alguma ordem. Essa equação envolve as práticas sociais e, para compreendê-las, é preciso uma perspectiva que não as reduza a práticas violentas ou meras extensões dos procedimentos escolares (Wilson, Douglas, & Lyon, 2011).

A violência escolar é definida como todos os atos ou ações de violência, agressividade e comportamento antissocial, incluindo conflito interpessoal, dano à propriedade, comportamento criminoso, marginalização, discriminação, etc., por parte da comunidade escolar: alunos, professores, funcionários, parentes e estranhos. Os incidentes de violência escolar se manifestam de três maneiras diferentes: violência escolar, violência na escola e violência contra escolas.

A violência escolar envolve a parte institucional, ou seja, a organização, funcionamento e tratamento dos alunos pelos componentes da escola. A violência escolar é a violência que ocorre no ambiente escolar, mas não está relacionada à atividade institucional (por exemplo, quando uma escola é invadida para uma "limpeza"). Violência contra escolas, incluindo violações de propriedade escolar, vandalismo e atos contra autoridades escolares, professores, diretores, etc, (Gotzens, 2010).

Abramovay e Rua (2012) chamam a atenção para vários conceitos de violência: o primeiro envolve a violência física – inclusive a violência sexual – que exige indenização da sociedade por causar danos irreparáveis à vida da vítima; o segundo envolve a violência econômica, que diz respeito à danos à propriedade ou ao patrimônio, como atos de vandalismo; o terceiro conceito refere-se à violência moral ou simbólica, que se concentra em ideias de autoridade e tem forte conteúdo subjetivo. O autor argumenta que dos três, apenas o primeiro significa efetivamente agressão contra as pessoas porque ameaça o que é mais valioso para elas: a vida, a saúde e a liberdade.

Outro tipo de violência contra professores que vem sendo praticada atualmente é a violência psicológica, motivo que tem levado muitos professores a tratamentos específicos na área da psicologia e até mesmo ao abandono da profissão. Isso porque o medo é um fator importante na escolha, já que casos de abuso emocional contra profissionais da educação causam prejuízos intensos em suas carreiras e até mesmo em suas vidas pessoais. Com base nisso, é preciso entender até que ponto a violência psicológica tem afetado os professores e conhecer alguns casos relacionados a essa prática.

Bernard Charlot, professor de ciências da educação vai além ao expandir o conceito em três níveis: violência (como espancamentos, ferimentos, roubo, crime, vandalismo e abuso sexual), grosseria (como humilhação, grosseria e desrespeito) e simbólica, ou violência institucional entendida, entre outras coisas, como a violência existente entre alunos e professores, que se traduz na insatisfação profissional dos professores, forçados a suportar o absentismo e a indiferença dos alunos (Souza, 2008).

É preciso entender quais recursos são aplicados a favor dessa luta, os sentimentos dos professores em relação a essas condutas e o que diz a legislação brasileira sobre os problemas relacionados a esse tema.

Uma razão plausível para a realização desta pesquisa é que muitos professores vivenciam dificuldades causadas pelo comportamento agressivo dos alunos, o que inclui a violência. Isso requer a intervenção do Estado para garantir condições adequadas de trabalho e tranquilidade a esses profissionais para que possam realizar seus objetivos nas instituições de ensino. Portanto, por meio das fontes de pesquisa aqui escolhidas para estudo, faz-se necessário compreender em que nível esses problemas acontece, a fim de apresentar possíveis soluções e formas de ação governamental para garantir a segurança desses profissionais.

A metodologia utilizada para compilar esta pesquisa descreve os critérios bibliográficos que Gil (2010) norteou através das obras e autores que tratam do tema em questão. ‘O modelo de pesquisa bibliográfico é o que é feito por meio de estudos e documentos’ (Severino, 2007, p.67).

O objetivo geral é compreender na prática como tem ocorrido a questão do combate à violência contra o professor. Tem como objetivo específico: Delimitar e inventariar eventos que caracterizam atos de violência, delitos e/ou infrações ocorridos nas instituições escolares pesquisadas; Compreender possíveis causas/circunstâncias que incidiam a prática da violência contra os professores atuantes na rede pública de ensino estado de Alagoas; Analisar conteúdos e significados compartilhados das representações sociais de violência contra professores em escolas da rede pública estadual; São utilizados dados de categorias teóricas já

discutidas e devidamente registradas por outros pesquisadores. Os textos tornam-se as fontes dos tópicos de pesquisa. O pesquisador trabalha a partir das contribuições dos autores dos estudos analíticos contidos nos textos (Severino, 2007, p.122).

A pesquisa bibliográfica é feita por meio de documentação impressa, conforme afirmado (Severino, 2007, p.122). Uma fonte de documento no sentido mais amplo, ou seja, não apenas documentos impressos, mas especialmente outros tipos de fontes documentais, como jornais, fotografias, filmes, gravações, documentos legais. Nesses casos, o conteúdo dos textos ainda não recebeu tratamento analítico, eles ainda são a matéria-prima a partir da qual o pesquisador desenvolve suas investigações e análises (Severino, 2007, p.122).

Considerando os conceitos apresentados, este trabalho foi apoiado em pesquisa documental, discussão e análise de literatura já publicada em revistas, textos, artigos e livros. Esta busca incluiu estudos indexados em periódicos, periódicos profissionais ou nessas bases de dados, excluindo artigos que apresentassem dualidade entre diferentes bases, cujo assunto não analisasse o objetivo do estudo.

CAPÍTULO I – VIOLÊNCIA E SEGURANÇA: CONCEITOS E REPRESENTAÇÕES

1.1 A segurança na Constituição Federal Brasileira

A segurança sempre foi um tema extremamente discutido por todos os segmentos sociais, sobretudo em razão de que a violência criminal, experimentada e amplamente divulgada pela mídia, atinge dos mais pobres aos mais ricos. Esse crescimento da violência criminal tem sido observado de forma alarmante, principalmente no perímetro urbano, através de múltiplas manifestações, sendo mais aparente em relação aos crimes contra o patrimônio, cujas causas normalmente são associadas à miséria, às desigualdades, ao crescimento do apelo e à impossibilidade de acesso ao consumo. Diante da insegurança, surge a discussão sobre o controle social formal e informal.

O controle social informal, até pouco exercido de maneira intensa no campo e nas pequenas cidades, com a urbanização e o conseqüente anonimato, tornou-se menos eficiente. Por sua vez, o controle social formal do Estado, detentor do monopólio do uso da força, passou a ser efetuado de forma por vezes, violenta, como se o fenômeno do crime pudesse ser extirpado através da imposição de uma ordem.

Mas o clima mudou e as pessoas já não aceitam nem se submetem a qualquer mecanismo de supervisão que não seja concebido para proteger os seus interesses legítimos. Portanto, é necessário reconsiderar os mecanismos de combate ao crime, uma vez que a proteção da segurança pública é condição necessária para o exercício dos demais direitos garantidos pela Constituição, e todos devem adotar políticas e estratégias eficazes e coerentes com os padrões constitucionais e democráticos as normas jurídicas.

Para compreender o conceito amplo de segurança, devemos primeiro esclarecer a origem da palavra “segurança”. Como aponta De Plácido e Silva (1984, p.76), deriva da palavra latina “securus” e refere-se a estabilidade e segurança: a segurança, independentemente da sua aplicação, aumenta a sensação de manter as coisas seguras. Evite perigo, incerteza, ferimentos, perdas e danos. . Nesse sentido, traduz o conceito de segurança, ou seja, o estado, qualidade ou condição em que se encontra seguro, livre de riscos e perigos, e livre de potenciais danos ou perdas. Neste sentido, a estabilidade, a segurança ou a incerteza,

o perigo, o risco, os danos e as perdas são essenciais em todos os aspectos da existência humana. Mas é claro que não existem certezas absolutas. Figueiredo Moreira Neto (1991) em “As Lições de Diogo de Figueiredo Moreira Neto” :

Dizer que alguém ou algo está seguro é dizer que está protegido contra todas as influências possíveis contra ele. Não há garantias absolutas e, portanto, nenhuma certeza absoluta. É sempre apresentado como um conceito relativo, produto de uma comparação entre o risco esperado e a certeza potencial (p.38).

Ressalte-se, entretanto, que o estado mínimo de segurança nas mais diversas áreas é pré-requisito ou fator essencial para o desenvolvimento do potencial humano. A propósito, Cretella Júnior (2000, p.58) afirma que “a segurança das pessoas e das coisas é uma componente essencial das relações globais e um fator absolutamente indispensável para o normal desenvolvimento da personalidade humana”. Assim, a palavra 'aman' tem o significado de garantia, proteção, prudência e estabilidade de uma situação ou pessoa, sentimento que pode ser apreendido nas mais diversas áreas, dependendo apenas do adjetivo que o define. Os artigos 136º a 1º do Título V da Constituição da República Federativa do Brasil tratam do regime político e da ordem pública, da adoção do termo "defesa nacional" por suas dimensões externas e da "defesa do "estado democrático". face Defesa refere-se a ações defensivas contra um potencial inimigo externo (ex. 21º, 3º, da CRFB - Constituição da República Federativa do Brasil), que são exercidas pelas Forças Armadas (art. 12º, par. pelo CRFB - Constituição da República Federativa do Brasil).

A defesa do Estado Democrático de Direito, incluindo o estado de defesa (artigo 136º do Código de Processo Penal) ou o estado de sítio (artigo 137.º do Código de Processo Penal) e a segurança pública, que são da competência da polícia Especialmente as Forças Armadas (Brasil, 1998).

O capítulo V da atual constituição não menciona o termo “segurança nacional”. Portanto, em 1988, a Assembleia Constituinte tentou introduzir uma nova abordagem à segurança, eliminando o termo “segurança nacional” para mostrar que o atual conceito de segurança nada tinha a ver com a ideologia que norteava as suas ações armadas. Por outro lado, as instituições militares, militares e policiais da ditadura enfatizaram a importância da categoria de segurança pública, termo que não constava na Constituição da República

Federativa do Brasil de 1967. Isto será reforçado pelos meios de comunicação social, que descobrem as vítimas, aumentam o medo do crime e da violência e forçam os poderes políticos a adotar medidas repressivas de política pública que, na verdade, procuram eliminar e manter o seu domínio sobre certas partes da sociedade. A Constituição Federal da República Federativa do Brasil reconhece expressamente o direito à segurança pública no artigo 1º do preâmbulo. 5º, 6º e 1º . É considerado direito descentralizado (pessoal e indivisível, cujo titular é pessoa indefinida e sujeita a circunstâncias de fato) nos termos dos artigos 5º e 6º abaixo.

Título II

Dos Direitos e Garantias Fundamentais Capítulo I

Dos Direitos e Deveres Individuais e Coletivos

Art. 5º todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes: [...]

Capítulo II

Dos Direitos Sociais: Art. 6º são direitos sociais a educação, a saúde, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição. [...]

A Segurança Pública é considerada dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, sendo exercida para a preservação da ordem e da incolumidade das pessoas e do patrimônio, conforme disposto no art. 144º, caput da CRFB (Constituição da República Federativa do Brasil). Implica na garantia dos valores relativos à inviolabilidade do direito à vida, liberdade, igualdade, segurança e propriedade (art. 5º, caput da CRFB - Constituição da República Federativa do Brasil), assegurados nos termos dispostos nos incisos do art. 5º e no caput do art. 6º da CRFB (Constituição da República Federativa do Brasil). Por se tratar de um direito difuso, que deve ser assegurado pelo

O Estado, havendo sua violação por omissão, incide o art. 5º, XXXV da CRFB, cabendo o ajuizamento de ação civil pública (art. 129º, III da CRFB - Constituição da República Federativa do Brasil - e art. 1º, IV, da lei 7.347 de 1985) pelos órgãos legitimados. Trata-se de um direito interconectado a diversos outros, Hespanha (2001, p.110) compactua desse entendimento e acrescenta:

O direito à segurança agrupa uma gama de direitos, pela sua característica de liberdade pública e até mesmo componente do direito da personalidade, por conter relações públicas e privadas, seja nas prestações estatais positivas e negativas como no respeito mútuo dos cidadãos à incolumidade e patrimônio alheios e na contribuição à preservação da ordem pública.

As liberdades públicas são os direitos do homem, originários do direito natural, convertidos em direitos humanos ou direitos e garantias fundamentais, tais como à vida, liberdade e incolumidade pessoal. Os direitos à personalidade dizem respeito diretamente ao relacionamento entre os cidadãos, como exemplos, os direitos à honra, imagem, intimidade, liberdade de expressão, pensamento, religião, trabalho e informação.

Pode-se então afirmar que a Segurança Pública é exercida para a preservação dos direitos fundamentais ou humanos. Portanto, as medidas tomadas pelos órgãos incumbidos da Segurança Pública devem visar à preservação dos direitos fundamentais, ou seja, promover a dignidade de pessoa humana e possibilitar a paz social. Nesse contexto, conforme assinala Sarlet (2007):

[...] onde não houver respeito pela vida e pela integridade física do ser humano, onde as condições mínimas para uma existência digna não forem asseguradas, onde a intimidade e a identidade do indivíduo forem objeto de ingerências indevidas, onde sua igualdade relativamente aos demais não for garantida, bem como onde não houver limitação do poder, não haverá espaço para a dignidade da pessoa humana, e esta não passará de mero arbítrio e injustiças (p. 122 e 123).

Em suma, parece que o direito à segurança pública também inclui outros direitos, cuja função é fazer cumprir os direitos básicos, manter a ordem pública, a segurança pessoal e a propriedade, e alcançar a paz social. A polícia, especialmente as polícias militares, desempenha um papel importante na melhoria e promoção da segurança pública.

1.2 Conceito de segurança pública

Por um lado, a categoria de segurança pública nasce do conceito de segurança, que significa garantia ou proteção individual ou coletiva no interior do Estado, e é uma das

dimensões da segurança interna. Lazzarini (1994, p.74) analisa esta questão mais de perto e afirma que segurança pública é:

Estado antidelitual que resulta da observância dos preceitos tutelados pelos códigos penais comuns e pelas leis das contravenções penais, com ações de polícia preventiva ou de repressão imediata, afastando-se, assim, por meio de organizações próprias, de todo perigo, ou de todo mal que possa afetar a ordem pública, em prejuízo da vida, da liberdade ou dos direitos de propriedade das pessoas, limitando as liberdades individuais, estabelecendo que a liberdade de cada pessoa, mesmo em fazer aquilo que a lei não lhe veda, não pode ir além da liberdade assegurada aos demais, ofendendo-a.

Importante notar que o autor entende a Segurança Pública como um estado ou situação, derivada de ações policiais preventivas ou repressivas que limitam a conduta criminosa. Ressalta-se, entretanto, que as medidas de prevenção da criminalidade não resultam exclusivamente da ação policial, mas de um conjunto articulado de ações e políticas. Tem-se verificado o fracasso da estratégia de conter a escalada da violência exclusivamente através do suposto efeito dissuasório da ação policial e do encarceramento.

A promoção da Segurança Pública já não pode mais ser tratada como uma responsabilidade exclusiva das polícias. Estas podem e devem fazer muito pela Segurança Pública, porém a sua ação isolada certamente será frustrada. Neste sentido, Valter Foletto Santin (2013) entende a Segurança Pública como um regime permanente de proteção do cidadão em situação de estabilidade institucional, para a manutenção da ordem interna e a proteção do cidadão no interior do país, com o intuito de uma convivência normal em sociedade e busca da harmonia social.

Esse sentido reflete melhor a responsabilidade que cada cidadão e o próprio Estado têm em relação à promoção da Segurança Pública. Destaca-se ainda que o conceito em análise traz o enfoque na proteção, expondo claramente a responsabilidade de todos com a minimização dos fatores de risco a que está exposta grande parcela da população. São necessárias medidas de proteção que sirvam para neutralizar os fatores de risco.

Na conceituação de Hespanha (2001, p.122), “segurança pública é a garantia da ordem pública”. Pode-se então afirmar que a ordem pública é o objeto da Segurança Pública. São conceitos interconectados e dependentes. No mesmo sentido, apresenta-se o conceito da Escola Superior de Guerra, “Segurança Pública é a garantia da manutenção da Ordem Pública, mediante a aplicação do Poder de Polícia, prerrogativa do Estado”.

A compreensão que vincula a Segurança Pública à promoção da ordem pública exige uma análise detalhada do próprio conceito legal e doutrinário da categoria ordem pública, bem como das principais críticas e inovações atinentes ao seu exato conteúdo.

1.2 Violência e escola na contemporaneidade

Há pouco consenso no que se diz respeito ao significado de violência escolar. O conceito varia de acordo com o estabelecimento, de quem fala, da idade e até mesmo do sexo. Esse caráter complexo e multifacetado da violência no ambiente escolar impõe variados desafios na definição do fenômeno. Geralmente, as definições estão alinhadas aos conceitos de violência: física, delito ou crime, transgressão, agressão verbal, as várias formas de discriminação, ataques ao patrimônio, entre outras (Minayo, 2013).

É importante se atentar para as relevantes mudanças tanto no que se considera violência, como também do olhar sob o qual o tema é abordado. Tratar de violência nas escolas não significa apenas relacionar violência e escola. É necessário ir além, tomar uma perspectiva sobre determinada ordem, lidar com uma interseção de objetos e seus significados. Tal equação envolve práticas sociais que para serem compreendidas requerem um olhar que não as reduza a meras extensões de práticas violentas ou de procedimentos escolares (Wilson, Douglas & Lyon, 2011).

Por outro lado, é preciso distinguir violência escolar (a escola como o agente causador da violência) de violência na escola (a escola como cenário de violência) para estabelecer com clareza o papel do educador e da escola como instituição na prevenção da violência escolar. Segundo Gotzens (2010, p.219): “Além da multiplicidade de formas assumidas pela violência, existem, diferenças entre períodos históricos e culturas no que tange à compreensão sobre o tema. O que significa dizer que a violência é um conceito relativo, histórico e mutável”.

A violência escolar se traduz muitas vezes em indisciplina e figura hoje como um dos maiores problemas enfrentados por professores e diretores. A escola deve ser mais do que um lugar onde se aprende disciplinas. Deve ser um lugar onde se constrói a cidadania de alunos, professores, administradores, pais e comunidade (Krishnamurti, 2011).

Ao analisar historicamente os estudos sobre violência escolar é possível identificar grandes mudanças, tanto no que é considerado violência, como da perspectiva sobre a qual o tema é abordado. Zaluar e Leal (2011) apontam que as formas de violência encontradas hoje nas escolas são mais graves que as do passado. Enquanto antes o foco era a violência que a

escola praticava contra o aluno (castigos corporais, por exemplo), atualmente essa situação se inverteu (Minayo, 2013).

Zenaide (2012, p. 101) ressalta que a violência contra os professores tem se tornado caso preocupante na sociedade, interferindo nas relações interpessoais e dificultando a harmonia no ambiente escolar. Essa questão vem sendo frequentemente debatida na mídia. Muitos são os casos identificados em manchetes de jornais, revistas, sites etc.

Para determinar a causa da violência nas escolas é necessário observar como os alunos se relacionam fora da escola. A base da educação ética da criança são os limites impostos no círculo familiar. A criança que não recebe limites em casa, com certeza terá dificuldade em respeitar os limites na escola ou em qualquer outro meio social (Wilson, Douglas & Lyon 2011).

A socióloga e pesquisadora do Núcleo de Estudos da Violência da USP (Universidade de São Paulo), Caren Ruotti explica que apesar de não haver estudos detalhados sobre o tema ao longo do tempo, o depoimento dos professores confirma que as relações mudaram. Os alunos não veem neles uma figura de autoridade (Minayo, 2013).

De acordo com Minayo (2013, p.155), são muitas as variáveis que influenciaram na perda da autoridade dos docentes na sala de aula, de maneira a compreender o autoritarismo na postura tradicional desses profissionais até mesmo por já não representarem a herança histórica que outrora estava associada ao corpo docente. Isso acontece pelo fato de que sua representação social está desprovida de representatividade na sociedade e em consequência das múltiplas violências das quais sofre o docente. Com isso, tal profissão passou a ser desvalorizada e pouco atraente, sendo grande o déficit de profissionais para o mercado.

Porém, a perspectiva que tira da escola essa condição de causadora da violência não dá conta da problemática. A agressão ao professor não ocorre de forma isolada, mas é fruto de uma relação violenta estabelecida entre o corpo discente, entre os alunos e os professores, entre o sistema educacional e os estudantes ou até mesmo entre a escola e a comunidade (Souza, 2008).

Muitos professores se tornam vítimas de agressão por abuso de autoridade. O fator gerador da violência pode partir da própria instituição e até mesmo do professor. A violência pode ser uma forma de protesto contra os valores da instituição que não correspondem às expectativas dos alunos ou não suprem suas necessidades; também pode se gerada a partir do resultado negativo de provas e trabalhos, bem como pelo abuso de autoridade do professor na sala de aula (Wilson, Douglas & Lyon, 2011).

Outra forma de gerar violências vem da indisciplina. Falar alto, correr, entrar e sair de lugares sem permissão, questionar os mais velhos, são exemplos comuns da falta de disciplina. Os dados de violência e indisciplina nas escolas são alarmantes e merecem reflexão. Wilson, Douglas e Lyon (2011, p.94) lembram uma pesquisa realizada pelo SINPRO/RS (Sindicato dos Professores do Ensino Privado) aponta que em 83,2% dos casos a violência está relacionada à perda de autoridade dos professores.

Os autores afirmam que muitos dos trabalhos que analisam a temática sobre a violência escolar se referem a esse tipo de violência como consequência de um processo que começaria na família. De início ocorre a desestruturação familiar, a falta de limites e de referências da maioria dos adolescentes e teria continuidade nos grupos e relações sociais pertencentes ao ambiente externo e à escola. Muitos dos trabalhos que analisam a temática sobre a violência escolar, se referem a esse tipo de violência como consequência de um processo que começaria na família. A desestruturação familiar, a falta de limites e de referências da maioria dos adolescentes e teria continuidade nos grupos e relações sociais pertencentes ao ambiente externo à escola.

Cabe ressaltar também como fatores motivadores dessa violência as causas socioeconômicas, exclusão social, tráfico de drogas, influência da mídia, o tempo livre e ocioso, a falta de perspectivas, falta de um sonho. Tal fenômeno é perpassado por múltiplas fontes de tensão, sejam elas sociais, institucionais, relacionais ou pedagógicas, sobre cuja base se produz incidentes violentos no sentido mais estrito do termo (Minayo, 2013, p.103).

A agressão ao professor não é algo isolado. Ela é fruto de uma relação violenta estabelecida entre o corpo discente, entre os alunos e os professores, entre o sistema educacional e os estudantes ou até mesmo entre a escola e a comunidade (Gotzens, 2010, p.101). Esse fenômeno é perpassado por múltiplas fontes de tensão, sejam elas sociais, institucionais, relacionais e pedagógicas, que hoje agitam os estabelecimentos de ensino e sobre cuja base se produz incidentes “violentos” no sentido mais estrito do termo.

Segundo Minayo (2013): “não se pode dissociar a questão da violência na escola da problemática da violência presente na sociedade em geral” (p.203). Gotzens (2010, p.164) afirma que ninguém se desenvolve no vazio social, nem age isoladamente. O modo como os alunos se relacionam com os professores é aprendido em casa, embora se deva reconhecer que a formação dos professores não os prepara para lidar corretamente com certos tipos de alunos. Seja como for, o fato é que quaisquer que forem os valores éticos do círculo familiar são eles que determinam os limites da educação das crianças.

Em muitos casos de agressão ao professor, a escola omite o ocorrido em função dos pais dos alunos. Em outros casos a escola simplesmente não toma nenhuma providência, a menos que seja estimulada pelo envolvido. Entretanto, deve à escola julgar imparcialmente os alunos agressores, afinal, alguma punição deve ser imposta ao agressor, seguindo cada caso de acordo com sua proporção. E se isso não é feito, “a dignidade do professor fica cada vez mais comprometida” (Gotzens, 2010, p.364). O que um professor espera de seu local de trabalho é respeito, atenção e apoio dos colegas e diretores quando se encontra em tal situação.

A escola, como uma das responsáveis pelo desenvolvimento dos alunos, deve planejar em suas propostas, estratégias que visem o bem-estar e a segurança dos professores, alunos e demais funcionários na realização de suas atividades cotidianas (Souza, 2008). Wilson, Douglas e Lyon (2011, p.105) ressaltam que, o PNAVE (Programa Nacional de Prevenção à Violência contra o Professor), em seu art. 20º evidencia que os estabelecimentos de ensino desenvolveram mecanismos internos de solução de conflitos entre professores e alunos e manterão equipes de atendimento multidisciplinar, integrada por profissionais das áreas psicossociais e de saúde, para prestar assistência a professores e alunos.

A ausência de um projeto educativo, a ausência do envolvimento dos educadores com a educação de nossas crianças e jovens, a prática de avaliações que reduzem a inteligência a mera repetição de fatos ou procedimentos – tudo isso conspira para um ambiente escolar violento e para práticas de desrespeito à dignidade das pessoas. Alterar nosso modelo escolar requer o resgate da autonomia profissional que foi roubada dos educadores. Tal autonomia só pode ser buscada no compromisso ético de produzir uma educação, cuja qualidade atenda a necessidade de aprendizagem, referenciadas nos problemas concretos dos alunos, da comunidade e dos educadores (Minayo, 2013).

A família, escola e Estado são todos agentes encarregados de melhorar o relacionamento entre professores e alunos, evitando dessa forma atitudes de violência de ambos os lados. Os professores devem ser conscientizados e preparados para ensinar de acordo com a sociedade atual e não permanecer apenas com suas práticas tradicionais descontextualizadas com a realidade dos alunos.

O Estado deve criar leis que amparem não apenas aos jovens, mas aos professores, que são responsáveis pelo desenvolvimento dos alunos e do sistema escolar (Wilson, Douglas & Lyon, 2011). A família deve acompanhar e participar da vida educacional dos filhos, dessa forma, em conjunto com a escola, poderá discutir e propor o desenvolvimento de medidas que priorizem o respeito aos professores e a convivência em harmonia no ambiente escolar e fora dele.

1.3 O assédio moral enquanto ato de violência

O assédio moral é ainda pouco discutido no meio organizacional. Estima-se que somente as grandes empresas se sensibilizem mais e tratam esse assunto dentro de suas políticas de recursos humanos. Conforme Freitas, Heloani e Barreto (2008), quando associada à questão do assédio moral ao ambiente laboral, percebe-se o descaso de alguns gestores em relação a esse grave problema que, em alguns casos, futuramente poderiam ser responsabilizados por omissão. A partir do momento em que as discussões sobre o assunto aumentam, compreende-se melhor o que vem a ser o assédio moral no trabalho.

Conforme Freitas, Heloani e Barreto (2008), assédio moral é uma conduta abusiva, intencional, frequente e repetida, que ocorre no ambiente laboral e que tem por objetivo de diminuir, humilhar, vexar, constranger, desqualificar e demolir psiquicamente uma pessoa ou um grupo, degradando assim as suas condições de trabalho, atingindo a sua dignidade e colocando em risco a sua integridade pessoal e profissional.

Alguns administradores ou gestores em várias situações, tomados por condutas antiéticas e somadas aos seus comportamentos abusivos transformam negativamente o ambiente de trabalho atingindo diretamente a saúde física e psicológica do trabalhador, causando verdadeiros e tristes sentimentos de humilhação, tristeza e sofrimento (Barreto, 2006).

No Brasil colônia já havia relatos de índios e negros assediados e humilhados por colonizadores que se julgavam superiores e aproveitavam dessa superioridade para empregá-los sua visão em relação ao mundo, a religião e aos costumes (Heloani, 2004).

Com o advento da Carta Magna de 1988 podemos notar a mudança de valores empregados à dignidade humana pela categoria de princípio fundamental, instituindo os direitos e garantias que preservam a dignidade humana, protegendo a vida, liberdade, igualdade, intimidade, privacidade, trabalho, saúde, educação, propriedade, meio ambiente, e ratificando que o trabalho é um direito fundamental bem como os direitos da personalidade do empregado (Barreto, 2006).

Por serem as organizações de trabalho compostas por inúmeros sistemas formados por pessoas com interesses e objetivos diferentes e estes podem ser divergentes aos da empresa, segundo Morin (2002), ela tem de organizar de uma forma harmoniosa todas suas partes e que devem ser representadas por seus subsistemas. O grande desafio do gestor dentro das

organizações é o integrar todos estes subsistemas e fazer com que os mesmos funcionem com sinergia de modo que atendam os objetivos da própria organização.

Conforme Martiningo Filho e Soares Siqueira (2007), assédio moral ou violência nas organizações “é a exposição da pessoa que ‘trabalha’ à situações vexatórias, constrangedoras e humilhantes no exercício de sua função, de uma forma repetitiva, caracterizando-se uma atitude desumana, violenta e antiética nas relações de trabalho” (p.3).

Em vista desses argumentos considera-se este um problema organizacional, por ocorrer envolvendo todas as pessoas que fazem parte da empresa. Por envolver seus membros e não haver sido interrompido, a empresa se torna corresponsável por todos estes atos que acontecerem dentro de suas instalações.

Segundo Macêdo (2006, apud Hirigoyen, 2000), o assédio moral é tido como a intenção de humilhar ou denegrir, seja através de palavras ou atos e com o objetivo central de pôr em perigo seu emprego ou ambiente organizacional, provocando assim sentimentos de angústia, de desequilíbrio emocional e stresse resultando na destruição do clima organizacional e influenciando diretamente a produtividade do agredido. Exemplificando: sendo o ambiente hospitalar um local tido como ambiente curativo, onde o trabalho em equipe visa o bem estar da pessoa enferma e que requer o empenho de toda equipe multi-profissional, percebemos que ficariam aquém do mesmo manter condutas que causem um desequilíbrio em suas atividades como os supracitados.

Ainda segundo os mesmos autores, à medida que se convive com um ambiente desfavorável, corre-se o risco de assimilá-lo como normal, o que contribui para que se destruam as relações através da quebra do espírito de equipe e solidariedade, falta de respeito mútuo e outros, o que causa não só para a destruição do clima organizacional, mas, também, dificultam o relacionamento da organização em todas as suas esferas. É imprescindível a análise sistemática dessa violência pela ótica de assédio moral e a entendamos como sendo um problema das organizações, como meio para que se possa ter um ambiente harmonioso, ético e de colaboração entre todos que dela fazem parte.

Embora as situações já tenham existido desde primórdios, O termo “assédio moral” destacou-se em 1998, quando francesa Marie-France Hirigoyen, psicóloga, lançou o livro Assédio Moral – A Violência Perversa no Cotidiano. Neste, ela o definiu como:

[...] toda e qualquer conduta abusiva manifestando-se, sobretudo, por comportamentos, palavras, atos, gestos, escritos que possam trazer dano à personalidade, à dignidade ou à integridade física ou psíquica de uma pessoa, pôr em perigo seu emprego ou degradar o ambiente de trabalho (Hirigoyen 2002, p.65)

Este tipo de assédio desencadeia-se de uma manipulação psicológica contínua de um empregado com o fim consciente e determinado de levá-lo a desistência. Vimos por este conceito que o assédio moral caracteriza-se principalmente pela frequência, sistematização e intencionalidade da conduta, de forma variável e proporcional a dimensão sociocultural do fenômeno. Portanto, não se pode confundir-lo com desavença esporádica ou isolada.

A violência no ambiente organizacional ocorre de várias formas, desde acidentes físicos e sofrimentos psicológicos. Neste último caso é que surge o assédio moral, que apesar de ser difícil de ser constatado por sua natureza “invisível”, merece atenção pelas organizações de saúde, profissionais e pela sociedade em geral, devido aos graves danos emocionais e até físicos que pode provocar, que pode desestruturar a vida de uma pessoa, não somente no que se refere ao desempenho profissional, mas também à sua autoestima e relações sociais (Tarcitano & Guimarães, 2004).

Quando encontrado no local de trabalho, ele está ligado a condutas abusivas em relação a uma pessoa (sejam elas com comportamentos, palavras, atos, gestos ou escritas) que acarretem um dano à sua personalidade, à sua dignidade ou mesmo à sua integridade física ou psíquica, podendo acarretar na perda de emprego ou degradação do ambiente laboral em que a vítima está inserida (Macêdo, 2006, apud Hirigoyen, 2000).

O *mobbing* ou *bullying* no contexto laboral foi inicialmente estudado nos países escandinavos. Segundo Leymann (2006, p.114) a expressão *mobbing* deve ser utilizada para caracterizar o assédio que se dá no ambiente laboral e se refere a comportamentos que interferem de forma subjetiva na vítima e, raramente, é exacerbado por violência física. Em contraposição, a expressão *bullying*, geralmente, está relacionada às agressões físicas ou ameaças envolvendo situações de assédio entre crianças na vida escolar mais corriqueiramente (Amaral, 2012).

No mundo das organizações, *mobbing* significa: todos os atos e comportamentos emanados do chefe, patrão, gerente, gestor, ou mesmo dos colegas, que traduzem uma atitude de contínua e ostensiva perseguição que possa acarretar danos relevantes às condições físicas, psíquicas e morais do agredido (Leymann, 2006, p.114).

Em vista de todos os conceitos apresentados, entende-se que o assédio moral nas organizações é a exposição a situações humilhantes e constrangedoras, repetitivas e prolongadas durante a jornada de atividades e no exercício de suas funções, sendo mais comuns em relações hierárquicas autoritárias e assimétricas, em que predominam condutas negativas, relações desumanas e antiéticas com longa duração, de um ou mais “chefes”, dirigida a um ou mais subordinados, desestabilizando a relação da vítima com o ambiente de

trabalho e a organização, forçando-o finalmente a desistência de suas atividades (Freitas et al., 2008, p.89).

Na área da educação, com certeza o assédio moral também está presente nas relações entre os professores e alunos. Isso porque o trabalho é baseado na construção do diálogo constante entre as partes, tornando o ambiente saudável, mas muitas vezes estressante também. Este ambiente de trabalho é favorável à ocorrência do assédio moral, isto, em função das constantes modificações nas formas e exigências de organização e produção do trabalho (Macêdo, 2006, apud Hirigoyen, 2000).

O assédio moral é sem dúvida um acontecimento relevante, porém, ainda pouco discutido o contexto histórico da educação, merecendo seu destaque, já que pode desestruturar a vida de uma pessoa, apenas no que se refere ao trabalho, mas também à sua autoestima (Aguiar, 2004).

O assédio moral é praticado em todas as partes do mundo, mas em cada lugar tem suas características, devido às diversidades, principalmente a cultura. Isso acontece, pois essa caracterização depende e muito da cultura de cada país, da convivência das pessoas no seio social e como disse anteriormente de acordo com a cultura e o contexto de cada um. Com isso, é possível chegar às mais variadas denominações possíveis, a saber: mobbing (Suécia, Inglaterra), psicoterror ou acoso moral (Espanha), harcèlement moral (França), ijime (Japão), bullying ou harassment (Estados Unidos da América) e assédio moral (Brasil), de acordo com Marie-France Hirigoyen (2002) e Margarida Barreto (2006).

O termo assédio moral é a nomenclatura adotada no Brasil e surge, oficialmente, no campo do Direito Administrativo municipal em 28 de agosto de 1999, por meio do Projeto de Lei n. 425/1999, de autoria de Arselino Tatto, apresentado à Câmara Municipal de São Paulo e transformado em Lei Municipal de n. 13.288, 10 de janeiro de 2002; dispõe sobre a aplicação de penalidades à prática desse comportamento entre o funcionalismo da administração pública municipal direta (Barreto, 2006).

Vale salientar que para caracterizar assédio moral, as agressões e humilhações devem ser repetidas e frequentes, se elas acontecerem uma única vez, não é, portanto caracterizado assédio moral.

1.4 Professores e a violência na escola

Existem três espécies de assédio moral, que são: vertical descendente (do superior em relação aos subordinados), horizontal (de um ou mais colegas em relação a outro colega de serviço) e vertical ascendente (de um ou mais subordinados em relação ao superior hierárquico).

O sujeito na prática do assédio moral é dado pela posição que cada um ocupa no ato da agressão. Sendo assim, a conduta humilhante pode ser feita pelo empregador ou superior hierárquico, pelos colegas de mesmo nível hierárquico, e também (menos comum) por subordinados aos seus superiores hierárquicos. Os sujeitos podem ser classificados em: *agressor, espectadores e vítima*.

O agressor é visto como aquele que agride a vítima. Essa agressão tem várias formas de acontecer, como o isolamento total da vítima, ou até o menosprezo da mesma fazendo com que perca o estímulo de efetuar suas funções.

Segundo pesquisas, os resultados indicam que 58% dos assédios são provenientes da hierarquia; 29% são de diversas pessoas, como chefes e colegas de serviço; 12% de colegas e 1% de subordinados.

Quanto ao sujeito espectador, pode-se dividi-lo em ativo e passivo. Aquele é o que de uma forma ou de outra concorda com o agressor; já este, é o que ouve, mas não se manifesta, teria a prática de uma espécie de confissão ficta. Este espectador não se confronta com a vítima, mas contribui com o verdadeiro agressor em relação ao menosprezo à mesma.

A vítima é aquele que sofre as agressões rotineiramente com o intuito de menosprezá-lo, isolá-lo e hostilizá-lo, fazendo com que o mesmo perca o estímulo para continuar exercendo suas funções e em casos mais graves levam ao suicídio.

No ambiente escolar, professores assediados moralmente podem sentir-se alvo de ameaças à integridade física por parte de alunos ou grupo de alunos. Uma condição que inibe o pleno exercício do magistério. As desigualdades sociais também têm cobrado seu preço na deterioração dos ambientes educacionais. Com a compressão do nível de remuneração do magistério em geral, o professor torna-se cada vez mais suscetível ao assédio moral baseado em abuso de poder econômico por parte dos alunos. São cada vez mais frequentes expressões proferidas por alunos ofensores, tais como: "você é meu empregado...", "eu pago esta escola e espero que você faça o que eu quero", ou ainda, "meu pai vai garantir que você seja demitido".

Neste sentido, o assédio moral pressiona não somente o professor, mas perturba todo o ambiente na medida em que inibe o pleno exercício do magistério e afeta os demais alunos, promovendo constrangimento generalizado.

O Dr. Heinz Leymann (2006) classificou o assédio em quatro fenômenos: o primeiro é o assédio vertical, onde temos *bossing* ou *mobbing* descendente, no qual há uma liderança autoritária e abuso do poder por parte dos superiores na hierarquia na organização. O segundo fenômeno foi denominado de *mobbing* horizontal, que ocorre entre os funcionários do mesmo nível hierárquico da instituição e pode ser desencadeado por incômodo do agressor em relação à religião, valores e vários outros aspectos culturais ou sociais da vítima, também pode ser desencadeado quando o agressor sente-se profissionalmente ameaçado pela vítima e age de modo a destacar negativamente a vítima dentro da organização. O terceiro fenômeno é o *mobbing* combinado, onde a uma união entre a chefia e subordinados a fim de excluir um funcionário. E por fim, o *mobbing* ascendente, em que um subalterno com a finalidade de alcançar o cargo de chefia ou de um grupo, insatisfeitos com a chefia, utilizam do assédio moral para a retirada deste do cargo em que se encontra (Barreto, 2006).

De acordo com Leymann (2006, p.114), para esse tipo de comportamento ser caracterizado como assédio moral deve haver uma conduta repetitiva com a frequência mínima de uma vez por semana durante um período de no mínimo seis meses. Durante esse período o agressor após escolher sua vítima vai lhe fazer uma espécie de tortura psicológica, causando danos psíquicos a vítima. De acordo com alguns relatos de funcionários de escolas que já sofreram algum tipo de assédio ou postura abusiva por parte de algum colega de trabalho, o clima na instituição se torna desagradável após esse tipo de conduta, não só por parte da vítima que se sente constrangida e abalada emocionalmente, mas entre os colegas que presenciaram este tipo de comportamento.

Inimaginável há um tempo, devido à aura que cobria a figura do mestre, o assédio moral ascendente torna-se mais e mais presente hoje em dia. Além do dano moral que provoca no professor ou no servidor da instituição de ensino, o assédio moral ascendente pode desestabilizar a ordem mínima para o exercício de uma atividade educacional efetiva, principalmente no ambiente da sala de aula.

É muito comum, principalmente nos grandes centros urbanos, o professor sofrer agressões diversas. Há muitos casos de professores sendo esfaqueados, agredidos fisicamente, verbalmente, sendo roubados dentro das escolas, ou humilhados com palavras agressivas e desrespeitosas, gerando transtornos psicológicos muitas vezes irreversíveis, originando uma insatisfação profissional e, conseqüentemente, comprometendo a qualidade do ensino.

A violência psicológica é a que os professores mais sofrem e que na maioria das vezes é tratada como uma coisa banal, leve ou mansa, mas mesmo assim não deixa de ser uma violência. Essa violência ocorre de várias formas: injúrias, injustiças ou falsidade; calúnias e

difamações como afirmações desonrosas, quando se atribui a alguém um fato ofensivo à sua reputação. São essas situações que os docentes vivenciam diariamente, não só partindo dos alunos, mas também dos próprios pais e até de todos os que o cercam no seu ambiente de trabalho.

Esse tipo de violência pode gerar danos irreversíveis para a vida do professor causando problemas emocionais, diminuição da autoestima, depressão, incapacidade de desenvolver suas atividades profissionais. E quando não causa danos irreversíveis, deixa sequelas como diminuição do desempenho profissional e insegurança.

Outro tipo de violência vivida pelos professores é a violência verbal que é uma agressão sem o uso da força, mas que também fere. Esse tipo de violência ocorre quando a vítima é insultada, xingada, criticada ou humilhada no seu trabalho. E com os professores não é diferente. Muitas vezes trazem como consequência a falta de vontade de exercer a sua função, e a baixa autoestima, pois não conseguem desenvolver suas atividades como deveriam, diante de tantas críticas e reclamações se sentem humilhados e diminuídos. Sendo assim, como todos os outros tipos de violência, a violência verbal pode sim causar danos psicológicos irreversíveis, podendo ter como consequência o afastamento permanente do professor.

Outro tipo de violência que era desconhecida até alguns anos atrás e veio à tona com as redes sociais, é o tipo de violência mais visto nas escolas quando os alunos por muitas vezes não gostarem do professor, do seu método de ensino, utilizando as redes sociais para humilhar, expor e até mesmo mentir com montagens fotográficas. Essa violência tem um poder devastador, sendo denominada como violência virtual, onde o mau uso dos recursos tecnológicos causa graves problemas.

Considerada hoje como o cyberbullying, é um tipo de violência que pode ser particularmente traumatizante. Esse tipo de violência inclui ameaças, vírus, palavrões, pornografias, o que afeta diretamente a honra do docente não só no meio em que trabalha, mas em toda a sua vida social. Quando o professor é vítima dessa violência pode ficar com transtornos irreversíveis e que jamais serão esquecidos.

Muitas vezes, pela vergonha a que o mesmo foi submetido, abandona a sua carreira profissional, deixa de ter uma vida social ativa, quando não comete atos mais graves como suicídio.

A violência física é quando se faz uso da força, ofendendo diretamente a integridade ou a saúde corporal do agredido. Apresenta-se na forma de tapas, empurrões, murros, facadas, tiros ou quando um objeto é lançado contra a vítima. Esse tipo de violência que tem sido

muito vivenciada pelos professores não é causada somente por alunos, mas também pelos pais que deveriam dar exemplo para seus filhos.

Já existem muitos casos de óbitos causados por alunos e, muitas vezes dentro do ambiente escolar, quando a vítima não morre fica com sequelas que o tornam incapaz de trabalhar, gerando a síndrome do pânico e outras doenças. Há casos ainda de quando o professor não deixa de trabalhar, faz uso de escolta policial para chegar e sair do seu trabalho, passando assim por humilhações.

A violência física causa sim danos irreversíveis. Na maioria das vezes, o professor tem que fazer tratamento psicológico para poder voltar à sala de aula, pois o mesmo tem medo de dizer um não, de entregar uma prova com uma nota vermelha, de chamar a atenção do aluno por não saber qual será a reação deste, o que acaba afetando diretamente o desenvolvimento profissional do docente, a transmissão do conhecimento será afetada, pois o medo que ele tem se impor faz com que os alunos não respeitem mais a figura do professor.

Os profissionais docentes estão vulneráveis a qualquer tipo de violência no ambiente escolar; seja por parte dos alunos ou dos familiares destes [...] (Rocha et al., 2012, p.08). E o principal motivo dessa vulnerabilidade é a falta de investimento na segurança do ambiente escolar que deixa o docente exposto a qualquer ato de violência. A falta de policiamento nas imediações das escolas torna o professor um alvo fácil para gangues de ruas, a liberdade que os pais têm com os professores de poder entrar na sala de aula torna-o um alvo fácil para qualquer agressão.

De acordo com reportagem da revista Isto é, para tentar mudar essa realidade das salas de aula o senador Paulo Paim (PT-RS) criou um projeto de lei prevendo medidas protetivas em caso de violência contra os docentes é o PL (Projeto de Lei) nº 191 de 2009, mas esse plano não foi bem aceito pelos congressistas e continua parado, parece que ainda não reconhecem que a violência contra os professores é um problema social.

E o que mais chama a atenção é a impunidade dos agressores. Os professores sofrem a agressão e na maioria das vezes não acontece nada. No entanto, quando agredido, se o professor reagir pode ser afastado temporária ou permanentemente do seu trabalho sem ter direito nenhum. E como na maioria das vezes as agressões são cometidas por adolescentes, o máximo que pode acontecer é o mesmo ser expulso da escola, o que deixa o professor vulnerável a qualquer ação do agressor fora do ambiente escolar, a chamada vingança.

CAPÍTULO II - VIOLÊNCIA ESCOLAR

2.1 Perspectiva Histórico Social no Brasil

A violência existe desde os tempos primordiais e assumiu novas formas à medida que o homem construiu as sociedades. Inicialmente foi entendida como agressividade instintiva, nascida do esforço da humanidade para sobreviver na natureza. A organização das primeiras comunidades que deram origem às culturas gerou também a tentativa de um processo de controle da agressividade natural do homem.

É causada por fatores de personalidade e problemas sociais, como: falta de respeito e amor pelo próximo, a tentativa de mostrar-se mais forte para intimidar os mais fracos, a falta de limites, que deveriam ter sido impostos no tempo certo (a infância), falta de autoridade das famílias, excesso de direitos e nenhuma cobrança de deveres, ausência de valores morais, apego excessivo às coisas materiais, inveja, cobiça, e principalmente a impunidade.

A violência se manifesta de diversas maneiras: em guerras, torturas, conflitos étnico-religiosos, preconceito, assassinato, fome, entre outros. Pode ser identificada como violência contra a mulher, a criança e o idoso, violência sexual, violência urbana, bullying, violência doméstica, negligência, violência física, violência psicológica, violência cultural e a violência verbal.

A violência, em seus mais diversos contornos, é um fenômeno histórico na composição da sociedade brasileira. A escravidão, a colonização mercantilista, o coronelismo, todas as injustiças da República Velha, somados pela realidade da Ditadura, contribuíram enormemente para o aumento da violência que atravessa a história do Brasil.

Diversos fatores colaboram para o crescimento da violência, tal como a urbanização acelerada, que traz um grande fluxo de pessoas para as áreas urbanas e assim contribui para um crescimento desordenado e desorganizado das cidades. Colaboram também para o aumento da violência a impunidade (fazendo com que os criminosos se permitam a continuar a praticar seus crimes) as fortes aspirações pelo consumo, em parte frustradas pelas dificuldades de inserção no mercado de trabalho.

Por outro lado, o poder público tem se mostrado incapaz de enfrentar essa calamidade social. O pior de tudo isso é perceber que a violência existe com a conivência de grupos das polícias, representantes do Poder Legislativo de todos os níveis e, inclusive, de autoridades do

poder judiciário. A corrupção, uma das piores realidades brasileiras, está associada à violência, uma aumentando a outra, faces de um mesmo mundo.

As causas da violência estão relacionadas, em parte, a problemas sociais como miséria, fome e desemprego. Mas nem todos os tipos de criminalidade derivam das condições econômicas. Até porque, a falta de dinheiro não justifica o ato da violência propriamente dita. Além disso, um país não eficiente e sem programas de políticas públicas de segurança, contribui para aumentar a sensação de injustiça e impunidade, que é, talvez, a principal causa da violência.

A solução para a questão da violência no Brasil envolve os mais diversos setores da sociedade, não só a segurança pública e um judiciário eficiente, mas também necessita com urgência a melhoria do sistema educacional, de saúde, habitacional, as oportunidades de emprego, dentre outros fatores. Requer principalmente uma grande mudança nas políticas públicas e uma participação maior da sociedade nas discussões e soluções desse problema de abrangência nacional.

A impunidade assola nossa sociedade e causa prejuízo a todos. O sentimento no Brasil é o de que as penas, a sua aplicação, a morosidade da justiça e as leis excessivamente protetivas ao criminoso estão destruindo nossa sociedade. Não bastando esta constatação, contrariando a Constituição Federal, os responsáveis pela elaboração e aplicação da lei penal nada fazem para que o comando constitucional que diz que o poder emana do povo e que os políticos são apenas os representantes da vontade deste povo seja aplicado. Ou seja, onde está a democracia?

A recusa em se adotar uma legislação semelhante é a previsibilidade de seus efeitos nefastos em longo prazo. Mesmo face a face com o caos, leis ineficientes e propostas com falhas evidentes são mantidas. Crimes hediondos, assassinatos cruéis, mortes sem sentido e uma infinidade de delitos passaram a ter como autores menores sorridentes, debochados e totalmente cientes de sua impunidade e superioridade diante do Estado, incapaz de usar seu poder de acolhimento para impedi-los de delinquir ou seu poder de coerção para puni-los adequadamente quando delinquir.

Como em qualquer grande nação, um menor que cometa crime violento deve ser encaminhado para profissionais que avaliaram seu estado psicológico e seu entendimento das ações que recaem sobre ele. Constatando-se a inteira compreensão e o caráter doloso do ato criminoso, o menor deve perder a proteção do Estado e passar a sentir todo o seu peso de seus atos.

Ações como desarmamento, operações sistemáticas da polícia, diminuição da maioria penal para que os bandidos menores de 18 anos sejam punidos exemplarmente, entre muitas outras medidas devem ser tomadas e executadas com a máxima eficiência. Não adianta existir todas as leis possíveis e imagináveis se não forem cumpridas.

A violência se propagou muito nas escolas nos últimos anos e sob várias formas. Mas apesar dos fatos ocorrerem dentro ou nos arredores da escola, não se pode afirmar que são problemas gerados por estas instituições. As causas vêm dos conflitos sociais e familiares vivenciados pelos estudantes, que influenciam em seu comportamento e tem reflexo imediato nas escolas.

O narcotráfico é um dos principais problemas enfrentados, pois o traficante não está mais limitado a vender nas portas das escolas, ele agora age dentro da sala de aula. Outro grave problema é o de alunos que vão armados para a escola, seja com arma branca ou de fogo; geralmente são usados para intimidar alguém e acarretam muitas mortes e agressões.

A briga entre alunos também é frequente e muito violenta, ocorrendo tanto com meninos quanto meninas; quase sempre são filmadas por telefone celular e divulgadas na internet. As ameaças a professores e diretores são incalculáveis, muitos chegam a ser agredidos. Esses profissionais passam por um difícil processo psicológico, chegando muitas vezes a abandonar a escola ou a profissão.

A escola também é atingida pela violência: acontecem muitos roubos e seus prédios são destruídos por atos de vandalismo. Muitas, por não conseguir abrigar os alunos, por falta de estrutura, são fechadas; outras continuam prestando seus serviços precariamente, em favor daqueles que precisam da escola. Diante do exposto, pais e responsáveis estão incertos quanto à segurança de seus filhos na escola; um local que deveria servir para contribuir com a educação e aprendizado de jovens e crianças agora é aterrorizado pela violência. É preciso uma solução urgente para garantir a integridade destas crianças e também dos seus professores.

2.2 Violência Escolar

Violência escolar ou Bullying (do inglês bully - tiranete ou valentão - termo utilizado para descrever atos de violência física ou psicológica propositada e repetidos, praticados por um indivíduo ou grupo, causando dor, angústia ou humilhação, sendo ainda executados dentro

de uma relação desigual de poder), define-se por um conjunto de atos violentos que ocorrem entre jovens no recinto escolar. Atos esses que são muitas vezes provocados, mas já foi comprovado que são maioritariamente, nos casos de traumas abuso por parte dos próprios familiares, isto é, violência no seio familiar, abandono e outros. Antes, é de todo conveniente distinguir e abordar a nível reflexivo a diferenciação entre crime, agressividade e violência.

Podemos considerar que o crime é visto da parte da sociedade de forma singular (tipificação social) sendo tido socialmente em conta como a rotulação atribuída a quem fez o que é reprovado. "Não reprovamos o ato porque é criminoso. É criminoso porque o reprovamos" (Émile Durkheim). A agressividade é uma conduta adaptativa intensa, ou seja, os indivíduos que são constantemente vítimas de violência têm grande dificuldade em se relacionarem com os sujeitos circunjacentes e de estabelecerem limites, devido a que esses, frequentemente, não foram construídos no espaço familiar. O indivíduo agressivo apenas tem atitudes nesse âmbito para se defender, não sendo tido como violento. Possui "padrões de educação contrários às normas de convivência e respeito para com o outro" (Abramovay & Rua, 2012).

A edificação da paz vem sendo ostentada em diversas áreas mostrando que a impulsão agressiva é tão intrínseca à nossa natureza humana quanto à existência do impulso amoroso, sendo por isso necessário a orientação destes para fins positivos e construtivos, ou seja, a repulsa e indignação são aceites, contudo devem ser canalizadas e utilizadas com habilidades de uma forma úbere e proveitosa.

No caso da violência pode ser igualmente, segundo Levisky (1997) uma reação consequente a um sentimento de ameaça ou de falência da capacidade psíquica em suportar o conjunto de pressões internas e externas a que está submetida. Identificamos duas versões ou formas de ver a violência a nível escolar, sendo uma delas do ponto de vista dos discentes vendo-a como sendo a representação da agressão física, simbolizada pela violação, discussões familiares e ainda a falta de respeito entre as pessoas. Enquanto a segunda, o do corpo docente define a violência, como um descumprimento de leis e a falta de condições materiais na população, coligando a violência à exclusão social, à pobreza, e ao desrespeito pelo cidadão.

A partir disso, é preciso propor uma intervenção, o objetivo da intervenção social é contribuir para melhorar a relação da(s) pessoa(s) com o seu ambiente de forma que, possam atingir a sua plena realização, possam produzir-se transformações que promovam a mesma realização (Tardif & Lessard, 2014).

Com base na opinião de Tardif e Lessard (2014, p.147), podemos afirmar que a intervenção é uma atividade ligada às relações humanas, que lida com os problemas que as

peessoas enfrentam no seu funcionamento social e com as dificuldades das pessoas em resolver os problemas que lhes afetam à vida, nomeadamente na sua relação com a realidade externa nos diferentes níveis da vida social, pessoal e familiar, quer a nível económico, profissional, habitacional, das relações interpessoais, etc.

Esta se caracteriza pela implementação e promoção de ações que desenvolvam iniciativas ligadas à problemática existente, de modo a criar condições para resolver ou atenuar os problemas de determinada realidade social.

No caso da violência nas escolas, é fundamental desenvolver atividades ou iniciativas que promovam o convívio pacífico entre colegas, professores, educadores e funcionários, a importância do respeito mútuo, as diferenças culturais, sociais e raciais como aspeto positivo e enriquecedor das relações interpessoais, e não como alvo de discriminação ou exclusão.

Neste sentido, ir ao encontro da raiz do problema, descobrir o que leva os jovens a tornarem-se violentos para com determinados colegas, descobrir por que razão alguns alunos são vítimas de violência por parte de determinados grupos de colegas, é o ponto de partida.

É também importante saber se existem casos de violência física ou psicológica nas famílias dos jovens, quer daqueles que agredem, quer daqueles que são agredidos. A intervenção deve ser baseada num processo de trabalho contínuo que leve à resolução do problema, não só pelos técnicos, mas também pelas pessoas que procuram ultrapassar e enfrentar esse problema.

Embora lide com os problemas concretos da vida dos indivíduos, o objetivo da intervenção é torná-los capazes de enfrentar e resolver a situação em que se encontram, dotando-os de força, determinação, motivação, coragem, confiança e sensatez para agir (assim como da informação acerca dos serviços de apoio social e psicológico disponíveis) em sua própria defesa, para o seu próprio bem, de forma pacífica e assertiva.

Segundo Carvalhosa (2010), a saúde mental dos alunos está diretamente relacionada com os comportamentos que adotam junto dos colegas e restantes elementos da comunidade educativa, quer sejam os jovens agredidos quer sejam os que agredem. Para podermos intervir nos casos de violência escolar, é necessário identificar os casos de violência existentes, discuti-los com os respetivos intervenientes e, ter a participação ativa de toda a comunidade educativa, nomeadamente os pais/encarregados de educação, os educadores, os professores, os funcionários e, principalmente os alunos.

Carvalhosa (2010) defende também que uma política de não tolerância da violência deve fazer parte do regulamento da escola, para a qual todos os seus elementos devem estar dispostos a trabalhar.

Existem três tipos de prevenção da violência: a prevenção universal, a seletiva e a indicada (USI - Prevenção Universal, Seletiva e Indicada). Na prevenção universal, dirigimo-nos à comunidade educativa em geral, partindo do princípio de que esta é uma problemática de interesse universal e de que todos devem estar conscientes das suas repercussões. Na prevenção seletiva, dirigimo-nos a um determinado grupo de risco, considerando, por exemplo, que um determinado ano de escolaridade têm maior tendência para comportamentos conflituosos, agressivos e violentos, focando-nos assim em subgrupos de alunos.

Já na prevenção indicada, a nossa população-alvo seria num grupo específico de alunos que apresentem realmente sinais de envolvimento em conflitos, ou com sinais de comportamento agressivo ou dificuldades e/ou distúrbios ao nível do controlo de comportamento (Carvalhosa, 2010).

Infelizmente, nos dias de hoje, os jovens aprendem e adquirem comportamentos violentos e agressivos muito cedo, comportamentos que acabam por levar consigo ao longo das suas vidas. A autora à qual foi feito referência anteriormente diz-nos que, para prevenir os casos de violência é importante ter em conta diversos fatores, nomeadamente os que dizem respeito à comunidade, à escola, à família, aos pares e ao próprio jovem que participa em atos de violência ou que sofre de violência por parte de um ou mais colegas.

No que se refere à comunidade em que se encontram inseridos, é crucial saber se os jovens têm acesso fácil a drogas, álcool e armas, se vivem num ambiente de exclusão social, de desintegração de bairro, de extrema pobreza, de tráfico de droga, de crime, entre outros fatores característicos de comunidades com padrões sociais incorretos, suspeitos ou pouco definidos.

No caso do ambiente escolar, a adoção precoce de comportamentos agressivos e violentos, o insucesso escolar, a desmotivação, a falta de motivação e ligação à escola, a insegurança e a falta de supervisão dentro e fora do recinto escolar são fatores que podem levar à violência entre pares. Também questão do ambiente familiar em que vive é também um fator determinante, nomeadamente se o jovem não tem ou não sente por parte dos pais e restantes familiares o afeto e atenção que gostaria e que precisa ter e de sentir, se sofre punições severas e muitas vezes desadequadas, se é alvo de violência no seio familiar, se se encontra envolvido em episódios de violência entre os pais ou outros elementos da família, se não tem um acompanhamento e uma supervisão adequada, nomeadamente ao nível do acesso às redes sociais, à comunicação social, aos jogos de diversão, do seu desempenho e evolução escolares, poderá vir a desenvolver comportamentos agressivos e pouco saudáveis que se irão repercutir no seu desenvolvimento pessoal, social e escolar.

A interação com colegas com comportamentos violentos ou antissociais, a tendência para a procura de novas sensações, a impulsividade, o temperamento, a ansiedade, a tristeza, os comportamentos depressivos, a frustração, o fraco autocontrolo, a baixa autoestima, o baixo desempenho escolar e o abuso de substâncias ilícitas podem influenciar os comportamentos dos jovens, tanto entre colegas como consigo próprios. Face às dificuldades de comunicação e entendimento entre alunos em situação de conflito, podemos recorrer à mediação escolar, através de um modelo de mediação que nos foi apresentado por Elisabete Pinto da Costa, mediadora de conflitos e docente da Universidade Lusófona do Porto, como forma de orientar e auxiliar os alunos com vista a uma melhoria dos laços interpessoais e da resolução dos conflitos existentes.

O modelo em questão é conhecido como Modelo Cooperativo ou Modelo Relacional e vem opor-se (ainda que de uma forma muito positiva) e complementar o Modelo Impositivo ou Modelo Punitivo ao qual se tem recorrido na maioria das situações de conflito em contexto escolar. Este tem por objetivo resolver os conflitos existentes através do diálogo, com vista a uma resolução dos problemas com base na educação, de forma a defender, ensinar e inculcar valores, sempre garantindo a privacidade e o anonimato dos alunos em questão.

Desta forma, poderá ser mais fácil para os alunos aceitar que uma terceira pessoa, que não está de maneira alguma envolvida no conflito, que é imparcial e neutra, interfira no sentido de levar a cabo uma conversa enriquecedora, pacífica e assertiva. Através da mediação, o mediador pretende que os alunos estabeleçam um acordo mutuamente satisfatório, segundo o qual se comprometem a respeitar determinadas normas e compromissos que irão, posteriormente, garantir que possam desenvolver e manter uma convivência pacífica ou até criar ou recriar laços de amizade, sem ter de recorrer a uma solução mais drástica, impositiva e punitiva.

Porém, nos casos onde a mediação não surte os efeitos desejados, em que os sujeitos em questão não conseguem manter uma relação amigável e os conflitos recomeçam após várias mediações com os alunos, poderá ter de recorrer-se, em último caso, a medidas mais severas e radicais. A importância desta técnica de resolução de conflitos é inegável, porém só poderá ser levada a cabo se ambos os intervenientes estiverem realmente interessados em resolver e ultrapassar a situação de conflito em que se encontram, se estiverem dispostos a aceitar as normas estabelecidas ao longo da sessão e, principalmente determinados a respeitar mutuamente o acordo.

2.3 Evolução histórico social da relação família e escola

No Brasil, a relação família e escola tem sido pouco estudada. Portanto realizaremos uma breve releitura da nossa história, tentando analisar essa relação e sua implicação no campo educacional. A família é um sistema complexo, ela está dentro de um contexto social e histórico, suas estruturas sofrem influências de vários fatores, resultando em mudanças de valores e comportamentos nos mais diversos campos, a cada momento histórico ela vai se transformando e adquirindo características próprias. Inicialmente descreveremos família segundo o dicionário Ferreira:

1. Conjunto de todos os parentes de uma pessoa, e, principalmente, dos que moram com ela. 2. Conjunto formado pelos pais e pelos filhos. 3. Conjunto formado por duas pessoas ligadas pelo casamento e pelos seus eventuais descendentes. 4. Conjunto de pessoas que têm um ancestral comum. 5. Conjunto de pessoas que vivem na mesma casa. 6. Raça, estirpe. 7. Conjunto de vocábulos que têm a mesma raiz ou o mesmo radical. 8. Grupo de animais, de vegetais, de minerais que têm caracteres comuns. 9. Grupo de elementos químicos com propriedades semelhantes. 10. De família: familiar; íntimo; sem cerimônia. 11. Família miúda: filhos pequenos. 12. Sagrada família: representação de Jesus com a Virgem Maria e S (Ferreira, 2010, p.1022).

Ao longo da história brasileira a família veio passando por transformações importantes, que se relacionam com o contexto socioeconômico-político do país. No Brasil-Colônia, identificava-se um modelo de família tradicional, extensa e patriarcal, onde a mulher era destinada à castidade, à fidelidade e à subserviência. Os filhos eram cuidados pelas amas de leite. Segundo Gilberto Freyre, Oliveira Vianna e Antônio Cândido, o modelo de família patriarcal pode ser assim descrito: um extenso grupo composto pelo núcleo conjugal e sua prole legítima, ao qual se incorporaram parentes, afilhados, agregados, escravos e até mesmo concubinas e bastardos; todos abrigados sob o mesmo domínio, na casa-grande ou na senzala, sob a autoridade do patriarca, dono das riquezas, da terra, dos escravos e do mando político. Ainda se caracterizaria por traços tais como: baixa mobilidade social e geográfica, alta taxa de fertilidade e manutenção dos laços de parentesco com colaterais e ascendentes, tratando-se de um grupo multifuncional. No que se refere à escola, no início a educação indígena foi substituída pela educação jesuítica com a chegada dos portugueses no Brasil, no período jesuítico (1549-1759) comandados pelo Padre Manoel de Nóbrega em 1549 erguia-se

a primeira escola elementar brasileira em Salvador, tendo como mestre o irmão Vicente Rodrigues, com apenas 21 anos, seus alunos eram índios e filhos de colonizadores. Trouxeram um padrão de educação próprio da Europa, que era regido pela moral, costumes e religiosidade cristã e métodos pedagógicos.

Todas as escolas eram regidas pelo Ratio Studiorum. A partir das últimas décadas do século XIX, identificava-se um novo modelo de família. A Proclamação da República trouxe a industrialização e a urbanização do país, alterando a família brasileira aos moldes da burguesia europeia. Trata-se de uma família constituída por pai, mãe e poucos filhos. O homem continuava detentor da autoridade e a mulher passava à “rainha do lar”. Desde cedo a menina era educada para desempenhar papel de mãe e esposa, zelar pela educação dos filhos e pelos cuidados do lar. Até o século 19, a separação de tarefas entre escola e família era clara: a primeira cuidava daquilo que à época se chamava "instrução", que na prática era a transmissão de conteúdos, e a segunda se dedicava à "Educação", o que significava o ensinamento de valores, hábitos e atitudes.

A partir da Revolução Industrial, as mães tendo de trabalhar para ajudar no sustento da casa, raramente tinham a oportunidade de se dedicar inteiramente aos seus filhos. A escola, que por sua vez, tinha o papel de ensinar o que o mundo do trabalho iria cobrar ao indivíduo no futuro, passa a exercer também a função de educar para a vida, e passou a agir com ensinamentos de filosofia, sociologia dentre outros que eram passados pela família (Abreu, 2007). Nos últimos vinte anos, várias mudanças ocorridas no plano sócio-político-econômicas relacionadas ao processo de globalização da economia capitalista vêm interferindo na dinâmica e estrutura da família e possibilitando mudanças em seu cotidiano.

Ratio Studiorum: é o nome abreviado de Ratio Institutio Studiorum Societatis Iesu, o plano educacional que a Companhia de Jesus pôs à frente dos seus colégios nas mais variadas partes do mundo.

É fato que o padrão tradicional de organização sofreu grandes mudanças. Houve um aumento de famílias chefiadas por uma única pessoa, perdendo-se um pouco o foco da família enquanto formador de valores, por não ter mais tarefas coordenadas ao pai e à mãe, e ainda a falta de tempo destes para a educação devida e a correria da vida moderna. Mostra-se uma preocupação de toda a sociedade, quanto ao dever da família com o processo de escolaridade e a importância da sua presença no contexto escolar. Atualmente, como se vê a responsabilidade primária (dos pais) está sendo passada para uma instituição secundária (escola). É preciso alertar que a família independente do modelo como se apresenta, é um espaço de afetividade e de segurança. Penteadó (2006 *apud* Arregi, 2012, p.36) coloca a

impossibilidade de se planejar e executar o processo de educação escolar independente da questão familiar e ressalta a importância de se trazer a família para participar do processo ensino-aprendizagem na escola. É ponto pacífico a necessidade de se buscar formas de articulação entre a família e a escola. Se assim é, a relação Família-Escola não diz respeito apenas aos filhos-alunos, mas a todos: familiares, professores e comunidade em geral. Pensar em educação de qualidade hoje é preciso ter em mente que a família esteja presente na vida escolar de todos os alunos em todos os sentidos, ou seja, é preciso uma interação entre escola e família.

Nesse sentido, escola e família possuem uma grande tarefa, pois nelas é que se formam os primeiros grupos sociais de uma criança. Com a participação ativa dos pais ou responsáveis é possível construir uma forma eficaz para o aprendizado, que atenda aos anseios da sociedade e às necessidades dos alunos: a escola na comunidade: o conhecimento da comunidade não é suficiente. É necessário que ele conduza ao crescimento conjunto da população escolar e da comunidade, e isso só será possível através de atividades que promovam feição real à interação escola-comunidade (Piletti, 1987, p.97).

É dever da família o acompanhamento do processo de escolaridade e sua importância no contexto escolar é publicamente reconhecida na legislação nacional e nas diretrizes do Ministério da Educação aprovadas no decorrer dos anos 90, tais como: Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei 8069/90), nos artigos 4º e 55º e no PNE - Plano Nacional de Educação (aprovado pela Lei nº 10172/2007), que define como uma de suas diretrizes a implantação de conselhos escolares e outras formas de participação da comunidade escolar (composta também pela família) e local na melhoria de funcionamento das instituições de educação e no enriquecimento das oportunidades educativas e dos recursos pedagógicos.

Na prática, a escola passou a ser reconhecida como um espaço de aprendizagem dos conteúdos e de valores para a formação da criança. Assim, as fronteiras se tornaram confusas. Entretanto, o que se pode esperar das famílias, além de que elas garantam o ingresso e a permanência das crianças em sala de aula. Assim, com base na literatura, a família e escola são pontos de apoio e sustentação ao ser humano, é marco de referência existencial. Quanto melhor for a parceria entre ambas, mais positivos e significativos serão os resultados na formação do sujeito, um ato que pode evitar até mesmos casos de violência contra o professor.

A inversão de valores entre família e escola vem também para despertar e conscientizar professores, alunos e família, de que se houver uma participação frequente da família na educação escolar o aproveitamento do aluno será melhor. Para Holanda (2006, p.37), não resta dúvida de que a situação de bem estar das crianças e dos adolescentes

encontra-se diretamente relacionada à possibilidade de manterem um vínculo familiar estável. Nessa perspectiva, percebe a convivência familiar como um aspecto essencial de seu desenvolvimento e como um direito inalienável.

A escola não deve estar sozinha na tarefa de educar; ela compartilha a tarefa de socialização do saber com várias outras instâncias comunicativas, organizacionais e principalmente com a mídia. Essa concepção indica a busca de uma compreensão global do desenvolvimento da educação como algo mediado pela sociedade (Saviani, 1998, p.14). Por isso, não se pode pensar na educação como um fenômeno isolado, mas sim, promovida e incentivada por toda a sociedade.

Parolin (2003, p.45) coloca família e escola como "instituições parceiras". Segundo ela, ambas carregam a função de socialização. Porém, esta tarefa seria diferentemente conduzida em cada uma, e complementar perante a sociedade como um todo. Pois é essencial a fusão da emoção, sentimentos e intuição advinda do "mundo subjetivo" que se adquire na família, à razão, conhecimento e informação do mundo objetivo passado pela escola em busca da sabedoria.

Ainda nessa linha, a Constituição Federal de 1988, artigo 205º, dispõe: a educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Muito tem-se que verificar sobre o papel da família e da escola, quando uma, pela tarefa tradicional cuida e prepara para a vida e a outra busca fundamentos necessários para o mundo e mercado de trabalho. Atualmente, já que há uma constante inversão de valores no nosso cotidiano e a família tem delegado à escola o papel de cuidar e preparar para a vida.

Essa atribuição é algo que a escola, por questão estrutural e até mesmo cultural, não possui meio para realizar ou executar em termos de estrutura. A família e a escola compreendem as duas instituições educativas mais importantes na vida do educando. Elas se tornam cada vez mais centrais na experiência formativa dos indivíduos e na própria reprodução da sociedade.

A ambas é delegado um papel cada vez mais definido e mais incisivo, de tal modo que elas carregam cada vez mais uma identidade educativa e participativa. A sociedade moderna, na sua identidade educativa, atribui um papel central à família e à escola renovada na sua identidade. Pode-se pensar em uma integração dos pais com a escola, em que ambos se apropriem de uma concepção elaborada de educação que por um lado, é um bem cultural para

ambos e, por outro, pode favorecer a educação escolar e, reverter-se em benefício dos pais, na forma da melhoria da educação de seus filhos (Paro, 2000, p.25).

No Brasil, ainda há muitos pais que pensam que a obrigação dos professores é substituí-los na educação de seus filhos. Toda criança traz, quando ingressa na escola pela primeira vez, uma carga de conhecimentos adquiridos em casa, no convívio familiar, chamados de senso comum. Segundo Holanda (2006, p.22), a família é o lugar indispensável para a garantia da sobrevivência e da proteção integral dos filhos e demais membros, independentemente do arranjo familiar ou da forma como vêm se estruturando. É a família que propicia os aportes afetivos e, sobretudo, materiais necessários ao desenvolvimento e bem estar dos seus componentes.

Ela desempenha um papel decisivo na educação formal e informal, é em seu espaço que são absorvidos os valores éticos e humanitários, e na qual se aprofundam os laços de solidariedade. É também, em seu interior, que se constroem as marcas entre as gerações e são observados valores culturais. A escola que, por sua vez, tinha o papel de ensinar o que o mundo do trabalho iria cobrar ao indivíduo no futuro, passa a absorver também a função de educar para a vida no que se referem aos aspectos sociais, morais e espirituais, entre outros.

As consequências desse acúmulo de funções são sentidas hoje pela escola, pois ela passou a ser vista como uma instituição que ensina, que critica, passa sermões e faz cobranças de organização e socialização que deveriam ser trabalhados em casa; daí gera-se muitos conflitos. A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (Brasil, 2002).

A escola não está sozinha no papel de educar, ela compartilha sua tarefa com outras instâncias, por isso, não se pode pensar em educação como um fenômeno isolado, mas sim promovido e incentivado por toda a sociedade. A escola é uma instituição social e deve proporcionar o desenvolvimento pleno do educando em seus aspectos social, cultural, ideológico, pessoas pensantes, transformadores e críticos.

Para Zagury (2000, p.17) os pais devem compreender que mais importante que satisfazer os desejos da criança é ensinar princípios éticos, como honestidade, solidariedade e respeito mútuo, princípios estes que são fundamentais para o bom relacionamento social na adolescência e vida adulta. A escola não pode ficar isolada do contexto político, cultural e social.

A interação entre sociedade, família e instituições de ensino deve buscar desenvolver meios que possam satisfazer anseios de mudanças e transformações no ensino,

proporcionando de tal forma um ensino que possibilite ao homem significar o mundo e a sociedade, por meio da colaboração e participação de todos. Sá (1996, p.97) aponta a existência de uma “duplicidade discursiva”, pois a família demonstra que possui preocupação e desejo de envolver-se com os assuntos escolares; por outro lado, os discursos dos educadores demonstram o interesse na participação dos pais em situações que acontecem fora dos muros da escola, como o auxílio nas tarefas de casa. Para sanar tais conflitos, é preciso criar uma parceria entre família e escola, para que haja uma distribuição mais justa de responsabilidades na educação da criança.

Assim, cada um fazendo o seu papel, uma não sobrecarrega a outra. Mais do que uma descentralização das funções, essa parceria ajuda pais e escola a falarem a mesma linguagem, situando o indivíduo num mundo organizado em uma estrutura que compõe a sociedade da qual ele também faz parte.

Segundo Paro (2000, p.65), quanto à falta de conhecimento e habilidade dos pais para incentivarem e influenciarem positivamente os filhos a respeito de bons hábitos de estudo e valorização do saber, o que se constata é que os professores, por si, não têm a iniciativa de um trabalho a esse respeito junto aos pais e mães. Mesmo aqueles que mais enfaticamente afirmam constatar um maior preparo dos pais para ajudarem seus filhos em casa se mostram omissos no tocante à orientação que eles poderiam oferecer, especialmente nas reuniões de pais, que é quando há um encontro que se poderia considerar propício para isso.

Para Piaget (2007, p.99) uma ligação estreita e contínua entre os professores e os pais leva, pois a muita coisa mais que a uma informação mútua: este intercâmbio acaba resultando em ajuda recíproca e, frequentemente, em aperfeiçoamento real dos métodos. Ao aproximar a escola da vida ou das preocupações profissionais dos pais, e ao proporcionar, reciprocamente, aos pais um interesse pelas coisas da escola, chega-se até mesmo a uma divisão de responsabilidades.

Cabe aos pais e à escola a preciosa tarefa de transformar a criança imatura e inexperiente em cidadão maduro, participativo, atuante, consciente de seus direitos e deveres. O papel da escola, assim como o da família, é ajudar no desenvolvimento e formação da criança. A escola em todos os lugares representa o saber, a cultura e às vezes se confunde com a própria educação. A sociedade também tem uma parcela de contribuição nesse processo, com as mais variadas manifestações culturais que exercem, de algum modo, influência sobre o ser humano. Esta é uma das maneiras de se evitar os inúmeros casos de violência contra o professor hoje existente.

CAPÍTULO III - INTERVENÇÃO DA VIOLÊNCIA NO ÂMBITO ESCOLAR

3.1 Psicopedagogia

Para prevenir e evitar que a violência se espalhe dentro das escolas e, que muitos alunos vejam a sua adolescência marcada por atos de violência, discriminação e exclusão social, podemos atribuir caminhos de intervenções por áreas, como a psicopedagogia.

Recebe essa denominação a ciência aplicada que consiste em aliar a psicologia especializada, a experimental, à pedagogia, também denominada de psicologia da educação.

A psicopedagogia surgiu como uma necessidade de compreender os problemas de aprendizagem, refletindo as questões relacionadas ao desenvolvimento cognitivo, psicomotor e afetivo implícitos nas situações próprias de aprendizagem. A psicopedagogia escolar se propõe a ser mais uma ferramenta, um suporte na busca de se melhorar o ensino e as relações escolares, e com isso capacitar professores e todos que se encontram inseridos no sistema educacional, visando um melhor atendimento e rendimento por parte de todo grupo funcional da escola, objetivando uma melhoria significativa na qualidade de vida do educando e da sua família, refletindo esses efeitos na melhoria do sistema de ensino como um todo.

Sabe-se que a Psicopedagogia nasceu na Europa, no século XIX, precisamente na França. Inicialmente surge como um movimento de colaboração entre educadores, filósofos e médicos, que buscavam soluções para os problemas de aprendizagem. Embasados no pensamento Psicanalítico de Jacques Lacan, alguns europeus alcançaram destaque nesta atividade merecendo destaque: Itard, Pestalozzi e Seguin, que se dispuseram a trabalhar com crianças que apresentavam dificuldades de aprender.

O século XX marca a expansão dos sistemas educacionais das nações industrializadas, tornando-se a educação básica obrigatória por todo o mundo. Simultaneamente observa-se um avanço das ciências da educação e com isso lentamente as questões das dificuldades escolares foram levados para o sistema educativo regular, pois estas dizem respeito a uma multiplicidade de causas que podem mirar-se no aluno, na família, no meio social ao qual o educando está inserido, na escola ou mesmo nos caracteres da própria criança e sua relação familiar e social e no processo ensino aprendizagem ou no próprio sistema educacional (Bossa, 2007).

Em 1946, J. Boutonier e George Mauco fundaram o mais antigo centro psicopedagógico de que se tem notícia, no qual já se buscava unir conhecimentos de

psicologia, da psicanálise e da pedagogia, para tratar e propor comportamentos socialmente inadequados de crianças, tanto na escola como no lar, objetivando sua adaptação social. Sintetizando os primórdios da Psicopedagogia na Europa, Batista (2007, p.2) expressa: “A preocupação com problemas de aprendizagem teve origem na Europa, no século XIX. Pensaram sobre o problema: filósofos, médicos e educadores”.

George Mauco, fundador do primeiro Centro Psicopedagógico na França. Tentativas de articulação entre medicina, Psicologia, psicanálise e pedagogia.

No final do século XIX educadores começaram a se dedicar às crianças com problemas de aprendizagem.

Jean Itard, notabilizou-se com o caso de reeducação de um “Enfant Sauvage”.

Pestalozzi, fundou na Suíça um Centro de Educação através do trabalho, onde abrigava crianças pobres.

Pereira, preocupou-se com a educação dos sentidos, principalmente a visão e tato.

Seguin, fundou a primeira escola de reeducação na França, depois de rejeitar a noção da “Incurabilidade” da deficiência mental.

Eduard Claparédi, Psicólogo e François Neville, neurologista, ambos introduziram na escola pública as “Classes Especiais” 1898.

Em 1904 e 1908 as primeiras consultas médico-pedagógicas, com objetivo de encaminhar para classes especiais.

Maria Montessori, Psiquiatra italiana criou um método de aprendizagem para crianças retardadas. Posteriormente, o método foi estendido a todas as crianças, hoje utilizado em algumas escolas. (Aprendizagem pela estimulação dos sentidos).

Declory, psiquiatra, se preocupou com a educação infante juvenil, criando os famosos Centros de Interesse (Até os dias atuais).

Com o sucesso obtido e com o engajamento de muitos profissionais na pesquisa das causas e intervenções dos problemas de aprendizagem, a partir de 1970 foram trazidos da França para a Argentina os aportes teóricos sobre a psicopedagogia. Não demorou e chegaram ao Brasil por meio de professores e palestrantes que vinham a convite dos vários profissionais brasileiros proferirem congressos, palestras e cursos fortalecendo a psicopedagogia em nosso país.

No tocante a evolução da psicopedagogia dentro da Argentina, Batista (2007) assim a retrata:

A graduação em Psicopedagogia surgiu há mais de 40 anos, sendo quase tão antiga quanto a de Psicologia, criada pela Universidade de Buenos Aires. A prática iniciou-se

antes da criação do curso. Começaram fazendo reeducação, com o objetivo de resolver fracassos escolares. Dedicção quase exclusiva os levou a produzir toda uma metodologia sobre a chamada dificuldade de aprendizagem, dando origem à atual Psicopedagogia... Ocorre grande mudança na abordagem psicopedagógica: Começaram a incluir no seu trabalho o olhar e a escuta clínica da Psicanálise (Batista, 2007, p.03).

O primeiro curso de pós-graduação em Psicopedagogia foi criado em 1979 em São Paulo, no Instituto Sedes Sapientiae, por Maria Cristina Sodré Dória, diretora desse instituto, que permite a qualificação de diversos profissionais em nível de especialista. Nesta época, a psicopedagogia ainda não era um saber com fundamentos próprios, mas uma síntese de conhecimentos pedagógicos, tendo como objetivo os sintomas das dificuldades de aprendizagem. A esse respeito assim se expressa Maluf (2007):

[...] a Psicopedagogia surge como área interdisciplinar, que trabalha na prevenção e na intervenção das dificuldades de aprendizagem. A formação é regulamentada em universidades brasileiras, em nível de pós-graduação (especialização) e preparando profissionais para atuarem nos campos: clínicos, institucional e na pesquisa. A partir de 1985, a Psicopedagogia evoluiu na compreensão da aprendizagem como processo, o qual se constitui na construção do conhecimento [...] (p.13).

Ao se falar em psicopedagogia, relaciona-se quase que imediatamente o trabalho do profissional ao ambiente escolar, única e exclusivamente. Possivelmente por questões visualistas de senso comum ou por ser uma atividade relacionada às dificuldades escolares. A psicologia evoluiu e com isso se legitimou em diversos setores da sociedade, ampliando assim o seu alcance dentro do contexto social.

A atuação psicopedagógica que é compreendida como o conhecimento dos processos de aprendizagem em todos os seus aspectos cognitivos, emocionais e corporais, não para por aí, diz Bossa (2007), pressupõe também a atuação tanto no processo normal do aprendizado como na observação de dificuldades e ainda na participação no planejamento das instituições e nos trabalhos de reeducação. Bossa (2007, p.4), faz um apanhado histórico da psicopedagogia no Brasil, expressando-se da seguinte maneira:

No Brasil por muito tempo se explicou o problema de aprendizagem como produto de fatores orgânicos. Na década de 1970 foi amplamente difundida a ideia de que tais problemas teriam como causa uma disfunção neurológica (DCM).

Na prática, ainda hoje é comum receber no consultório crianças que já foram examinadas por um médico. No final da década de 1970, surgiram os primeiros cursos de especialização em psicopedagogia, amparados por conhecimento científico, especialmente da Argentina.

Como um profissional que se coloca diretamente diante das dificuldades de aprendizagem, o psicopedagogo, por meio de uma atitude mais reflexiva e aguçada, estará sempre buscando promover condições para uma melhor aprendizagem, quer individualmente ou em grupo. Comprovando tal pensamento nos afirma Bossa (2007, p.41) “O psicopedagogo é um garimpeiro? que busca nas diferenças o que o sujeito da aprendizagem possui de melhor. Segundo Rubinstein (1987, p.89), uma das principais funções e finalidades do psicopedagogo é pesquisar as possíveis razões para o fracasso escolar. Esse olhar investigativo do psicopedagogo lhe possibilitará diagnosticar e daí desenvolver um plano de ação, ou traçar metas para o seu trabalho de estímulo para que a aprendizagem.

O papel do psicopedagogo é apresentado por diversos autores sempre sob a mesma ótica, qual seja a de se ter uma visão reflexiva e de buscar sempre em seu fazer instrumental, proporcionar condições para que a aprendizagem aconteça. Denota-se, portanto, que o psicopedagogo não pode dar por encerrado o seu trabalho depois de elaborado um diagnóstico, pois na elaboração do diagnóstico o psicopedagogo vai traçar o seu raio de ação psicopedagógica, e após iniciado o processo terapêutico, deverá este manter o olhar investigativo, para que sua intervenção possibilite solucionar e/ou amenizar os problemas.

Por fim, é correto afirmar que a psicopedagogia se propõe a analisar as características da aprendizagem humana, velando para que esta aconteça da melhor forma possível. Trata-se de um recurso de grande apoio aos professores, que muitas vezes passam por situações delicadas com os alunos, como é o caso de agressões verbais e até mesmo físicas. Nesse caso, o psicopedagogo desempenha um papel essencial no processo de entendimento entre as partes na busca por um relacionamento adequado entre alunos e professores.

3.2 Psicologia cognitivo comportamental

A Psicologia é uma área atuante em diversas possibilidades, dentre elas a que está voltada para a educação. A Psicologia da Educação constituiu-se, no início do século, como uma área de conhecimentos que se propunha a estudar questões importantes que interessavam à educação escolar, e, só na década de 1940, tornou-se uma prática profissional, o que propiciou o surgimento do psicólogo escolar, cuja função seria a de resolver problemas escolares.

A articulação da Psicologia com a Educação oportunizou a emergência do psicólogo escolar. A partir de avanços teóricos e práticos relativos à Psicologia e de uma postura crítica diante da atuação da área nas escolas, a relação Psicologia-Educação se modificou. Nesta nova configuração, a Psicologia Escolar passou a valorizar as relações e o contexto histórico no qual as dificuldades se instalam e, atualmente, caracteriza-se por uma atuação preventiva e relacional que valoriza a participação do professor e o cuidado com sua saúde psíquica. A Psicologia Escolar tem, hoje, o desafio de ampliar seu campo de atuação para outros contextos e níveis educativos e sistematizar ações diferenciadas que promovam o desenvolvimento e a aprendizagem dos envolvidos no cotidiano escolar (Carvalho, 2002).

Nesse tempo de crescente desprestígio dos profissionais da educação, fortalecer os profissionais da área da educação é mais do que necessário. O desafio se torna mais interessante com a possibilidade de integrar conhecimentos e técnicas das abordagens cognitivo comportamentais ao universo da pedagogia e da educação em geral. O reconhecimento da eficácia das terapias cognitivas no Brasil e no mundo tem aumentado a popularidade dessas abordagens, porém a aplicação no contexto escolar ainda é tímida e se constitui um desafio.

Desde então, a educação tem se constituído no campo profissional para uma parcela considerável de psicólogos e, de acordo com pesquisa realizada pelo Conselho Federal de Psicologia em 1992, depois da clínica (37,2%) e organizacional (29,6%), ela já é a área de atuação no Brasil que mais absorve profissionais (24,4%).

No entanto, isso não significa que já psicológicos e educacionais que envolvem o desenvolvimento infanto juvenil e sua adaptação no mundo, fazem parte do seu campo de atuação.

O psicólogo escolar precisa, portanto, articular os diversos ângulos de uma pluralidade de vozes e estilos que compõem o mundo da criança. Como afirma Morin (2002, p.98), o problema não está em que cada um perca sua competência, mas em que a desenvolva suficientemente para articulá-la com outras competências (disciplinas e conhecimentos) que, ligadas numa cadeia, formariam o anel completo e dinâmico, o anel do conhecimento.

Segundo Bossa (2007) psicologia escolar vem sendo considerada até agora como uma área secundária da Psicologia, vista como relativamente simples, não requerendo muito preparo, nem experiência profissional. Essa perspectiva talvez provenha do fato de que, historicamente, a área escolar tenha-se caracterizado como um desmembramento da área clínica, o que gerou a visão de uma Psicologia Escolar clínica.

De acordo Lima (2008, p.111), a psicologia se inseriu na educação através do movimento da Escola Nova na década de 30. Tal movimento revolucionou a educação e criou demandas específicas para a psicologia no que diz respeito ao desenvolvimento e à aprendizagem. Posteriormente, com as Escolas Normais pôde-se perceber a importância do fenômeno psicológico para a teoria e prática educacional, possibilitando, desse modo espaço para a psicologia escolar nesse meio.

A atuação do psicólogo escolar, de acordo com Pereira (2002, p.78), se dá, a princípio, de acordo com um papel educador, e tem como objetivo básico ajudar a aumentar a qualidade e a eficácia do processo educacional através de conhecimentos psicológicos. O psicólogo colabora com a escola no planejamento de programas educacionais para os alunos.

A Psicologia Escolar contribui para alcançar os objetivos educacionais e para a recuperação da capacidade de transformação contínua da Instituição Educacional. Para tanto, questiona a eterna repetição dos discursos e das práticas que tomam como naturais ou individuais as queixas escolares, como a repetência, a evasão e os “maus comportamentos”. A Psicologia concebe a queixa escolar como fabricada no interior de um sistema complexo de relações – em que estão situados professores, equipe técnica e administrativa, alunos, família e a comunidade – estruturada de certo modo e em dado momento da história da Instituição e dos seus protagonistas. Entre os compromissos da Psicologia Escolar, é destacado o auxílio na garantia das possibilidades de acesso e permanência na escola, contribuindo para o processo de inclusão social.

A atuação do psicólogo nos dias atuais dentro do foco educativo e de saúde tem demonstrado, na sua concretude, uma crescente preocupação com as questões ligadas à cidadania, estado de direito, exclusão escolar, violência no ambiente de ensino, entendendo que não existe uma ação “neutra” e que toda ação é sempre mediada pelas questões éticas e políticas. Esse profissional de psicologia se propõe em atuar como um agente de mudanças.

Desse modo, a atuação do psicólogo nas instituições educativas baseia-se nas perspectivas de promover saúde, devendo ser como um interlocutor atento, na postura de agentes de mudanças. Esse comportamento pressupõe relacionamento, participação, comunicabilidade, aceitação e poder de fluência.

É impossível falar sobre a Psicologia Cognitiva sem antes falar sobre Aaron Beck. Ele nasceu em 18 de Julho de 1921 nos Estados Unidos. Os pais de Beck eram judeus imigrantes da Rússia. Beck estudou na Brown University, e foi graduado magna cum laude (com grande reputação) em 1942. Depois estudou na Yale Medical School, graduando em 1946. Em 1953, certificou-se em Psiquiatria, e, em 1954, tornou-se Professor de Psiquiatria da Escola de Medicina da Universidade da Pensilvânia. Nos anos 60, criou e dirigiu o Centro de Terapia Cognitiva da Universidade da Pensilvânia. Em 1995, afastou-se do Centro, fundando com sua filha Judith Beck o Beck Institute, em Bala Cynwid, um subúrbio da Filadélfia. Em 1996, retornou à Universidade da Pensilvânia como Professor Emérito, com um grande financiamento do NIMH- National Institute of Mental Health dos Estados Unidos.

Aaron Beck é considerado um dos cinco psicoterapeutas mais influentes de todos os tempos e transformou a psiquiatria e psicologia ao redor do mundo. Sua terapia cognitiva demonstrou-se inestimável no tratamento de uma ampla variedade de transtornos. Beck também ajudou a mudar o entendimento e tratamento psicológicos de várias condições difusas como a depressão, ansiedade e transtorno de pânico. Também desenvolveu instrumentos sofisticados para avaliar a severidade de síndromes específicas, fazendo ainda adições originais ao entendimento e prevenção do suicídio. É o criador das Escala de Ansiedade de Beck (BAI) e Escala de Depressão de Beck (BDI).

Beck acreditava que a depressão é causada devido a visões negativas irrealistas sobre o mundo. As pessoas deprimidas têm uma cognição negativa em três áreas, que são tidas como a tríade depressiva. Elas desenvolvem visões negativas sobre elas mesmas, o mundo e seu futuro.

Com base na forma original do BDI (Escala de Depressão de Beck) algumas expressões desses conjuntos foram adaptadas semanticamente em razão da dificuldade de compreensão. Cita-se os itens que utilizavam termos temporais, a palavra “usual” foi mudada por “como de costume”, por exemplo. Os 21 conjuntos de expressões originais em português foram apresentados a 20 sujeitos representantes da amostra para verificação da clareza e compreensão dos conteúdos. Os conjuntos das respostas aos itens (escalas de respostas) foram ainda reorganizados de modo que passaram a ser hierarquizados em ordem crescente, ou seja, variando da ausência à presença forte de sintomatologia depressiva.

Na sua versão atual, o questionário é desenhado para pacientes acima de 13 anos de idade e é composto de diversos itens relacionados aos sintomas depressivos tais como: a desesperança e a irritabilidade. Também apresentam sintomas de cognições como; culpa ou

sentimentos de estar sendo punidos. Apresentam igualmente sintomas físicos tais como: fadiga, perda de peso e diminuição da libido.

Segundo o dicionário de Psicologia (Dorsch, 2001, p.763) a definição de Psicologia do comportamento Escolar como a: “aplicação de conhecimentos psicológicos, especialmente dos pedagógicos e da psicologia do desenvolvimento às exigências da escola, bem como a pesquisa e práticas psicológicas no âmbito da escola, por exemplo, o diagnóstico das causas das dificuldades de aprender e sua eliminação psico-orgânicos sociais e a melhoria dos processos entre as pessoas (por exemplo, as relações de estima, cadeias do mundo), dos fatores situacionais (por exemplo, clima da escola, atmosfera do grupo) e das estruturas institucionais (por exemplo, tamanho das instalações e sua distribuição, regulamentos, no tocante à escolha das disciplinas e à avaliação do rendimento)”.

A Psicologia do comportamento escolar analisa e intervém nos processos e interações, produzidos em torno do processo ensino-aprendizagem, constituintes de a subjetividade. A Psicologia Escolar contribui para alcançar os objetivos educacionais e para a recuperação da capacidade de transformação contínua da Instituição Educacional. Conforme Dorsch (2001) o psicólogo escolar é aquele que intervém em todas as atividades no âmbito escolar. Partindo de diagnóstico às intervenções no ensino e aprendizagem do aluno à didática do professor. Visa eliminar deficiências individuais quanto eliminar deficiências da instituição escolar.

A Psicologia do comportamento escolar teve início como prática clínica, pois não havia nas universidades matérias voltadas para este contexto, assim sendo não tinha uma delimitação do seu foco. No contexto escolar os profissionais da área têm a visão de que o psicólogo é solicitado apenas para “apagar incêndios”, e o professor ao solicitar tal e entregar o seu “aluno problemático” se exime da responsabilidade tratando-o como um problema que não é seu e que deve ser solucionado fora de sala. Tendo em vista que este processo educacional ele é estabelecido a partir de colocações conjuntas de ambos.

As principais atividades realizadas pelos psicólogos escolar/educacional são de estabelecer programas, realizar consultas, tratar jovens problemáticos e fazer pesquisas no ambiente escolar, desenvolver, projetar e avaliar matérias e procedimentos para programas educacionais. A diferença entre o psicólogo escolar e educacional está no fato de o psicólogo escolar estar mais voltado para a intervenção na prática, enquanto a do psicólogo educacional se direciona para as áreas de ensino e pesquisa.

A ABRAPEE (Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional) se posiciona quanto à compreensão de Psicologia Escolar e Educacional, atestando que: “entende por psicólogos escolares e educacionais aqueles profissionais que, devido a sua

preparação universitária em psicologia e experiências subsequentes nas áreas escolar e/ou educacional, trabalham para melhorar o processo ensino-aprendizagem no seu aspecto global (cognitivo, emocional, social e motor) através de serviços oferecidos e indivíduos, grupos, famílias e organizações” (Joly, 2000, p.52).

O papel do psicólogo escolar não é só resolver problemas. É seu dever ainda promover a saúde mental na escola, promover a melhoria na qualidade e eficiência do processo educacional através de métodos e técnicas psicológicas adquiridas no decorrer de sua formação.

Quando se fala em saúde mental, fala em promoção de bons relacionamentos interpessoais, auto estima e boas condições de aprendizagem e desenvolvimento, assim tornando mais fácil o acesso a equipe pedagógica. O psicólogo não deve apenas ser especializado em psicologia, ele também tem que ser um profissional treinado em educação, ou seja, tem que se familiarizar com ambas as áreas de atuação para desenvolver um trabalho satisfatório, ou seja, capaz de assistir e orientar professores e educadores no trabalho educacional.

O psicólogo escolar deve colaborar na elaboração de programas de testes adotados na escola, já que sua atuação atinge alunos, professores e pais. Cabe a este a tarefa de avaliação diagnóstica e orientação psicológica. Ele também deve desenvolver pesquisas no campo da educação, assim como a elaboração de testes específicos que tragam contribuição real para o campo da psicologia escolar.

A intervenção do psicólogo escolar pode ocorrer de muitas formas. Ele pode trabalhar a questão da avaliação no contexto escolar, com a aplicação de testes inventários, escalas e questionários para o levantamento das mais variadas questões, sempre com o objetivo de desenvolver algo que seja útil no estudo de crianças e jovens.

O psicólogo escolar/educacional tem que ter certa habilidade e capacidade analítica que consiste em um olhar reflexivo (teórico) as demandas da escola. E também no enriquecimento teórico para a identificação de casos, pois os problemas podem ser iguais, porém sua causa de resolução pode pedir um enfoque diferente. E a capacidade instrumental que consiste em saber o que vai fazer e como fazer, de modo que interaja com todos os envolvidos.

As pessoas têm uma visão muito errada sobre o psicólogo, atribuindo a ele poderes “mágicos” e com o psicólogo escolar não é diferente. Isso tem o seu ponto positivo no que diz respeito à escola, pois ela abre as suas portas e acredita no trabalho do psicólogo, porém há o lado negativo, pois a escola passa a acreditar que o profissional da área irá resolver todos os

problemas da escola e cobrará mais do que é o seu serviço real, que está ali para atender a demanda da escola. Também pode ser citado como um fato negativo o fato dos funcionários, como os professores, poderem transferir para o psicólogo escolar os seus serviços, se eximindo da responsabilidade para com os alunos.

3.3 Conselho Tutelar: o papel e suas competências frente a violência escolar

O Conselho Tutelar é um órgão inovador na sociedade brasileira, com a missão de zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente e o potencial de contribuir para mudanças profundas no atendimento à infância e adolescência.

Para utilização plena do potencial transformador do Conselho Tutelar, é imprescindível que o conselheiro, o candidato a conselheiro e todos os cidadãos conheçam bem sua organização. O Estatuto da Criança e do Adolescente, no artigo 131, também traz o conceito de Conselho Tutelar, vejamos:

Art. 131º - “O Conselho Tutelar é um órgão permanente e autônomo, não jurisdicional, encarregado pela sociedade de zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente, definidos nesta Lei”.

Seguindo o conceito do artigo supracitado, vamos então adentrar aos termos utilizados na definição do tema em tela e conhecer um pouco mais as características deste órgão.

É um órgão público municipal, que tem sua origem na lei, integrando-se ao conjunto das instituições nacionais subordinando-se ao ordenamento jurídico brasileiro. Criado por Lei Municipal e efetivamente implantado, passa a integrar de forma definitiva o quadro das instituições municipais. Este desenvolve uma ação contínua e ininterrupta, sua ação não deve sofrer solução de continuidade, sob qualquer pretexto. Uma vez criado e implantado, não desaparece, apenas renovam-se os seus membros.

Não depende da autorização de ninguém, em do Governador, nem do Juiz para o exercício de suas atribuições legais que lhe foram conferidas pelo Estatuto da Criança e do Adolescente, artigos 1º a 7º, 95º, 101º, 129º e 136º. Em matéria técnica de sua competência, delibera e age, aplicando as medidas práticas pertinentes, sem interferência externa. Exerce suas funções com independência, inclusive para denunciar e corrigir distorções existentes na própria administração municipal relativas ao atendimento às crianças e aos adolescentes.

Suas decisões só podem ser revistas pelo Juiz da Infância e da Juventude, a partir de requerimento daquele que se sentir prejudicado. Ser autônomo e independente não significa ser solto no mundo, desgarrado de tudo e de todos. Autonomia não pode significar uma ação arrogante, sem bom senso e sem limites. Os conselheiros tutelares devem desenvolver habilidades de relacionamento com as pessoas, organizações e comunidades. Devem agir com rigor no cumprimento de suas atribuições, mas também com equilíbrio e capacidade de articular esforços e ações.

Não integra o Poder Judiciário. Exerce funções de caráter administrativo, vinculando-se ao Poder Executivo Municipal. Não pode exercer o papel e as funções do Poder Judiciário, na apreciação e julgamento dos conflitos de interesse. Não tem poder para fazer cumprir determinações legais ou punir quem infringe. Isto não significa ficar de braços cruzados diante dos fatos. O Conselho Tutelar pode e deve:

- ✓ Encaminhar ao Ministério Público notícia de fato que constitua infração administrativa ou penal contra os direitos da criança ou do adolescente.
- ✓ Fiscalizar as entidades de atendimento.
- ✓ Iniciar os procedimentos de apuração de irregularidades em entidades de atendimento, através de representação.
- ✓ Iniciar os procedimentos de apuração de infração administrativa às normas de proteção à criança e ao adolescente.

O exercício efetivo da função de conselheiro tutelar é caracterizado como serviço público relevante (art. 135º, ECA - Estatuto da Criança e do Adolescente). Assim, o conselheiro tutelar é mesmo um servidor. Mas não um servidor público de carreira. Ele pertence à categoria dos servidores públicos comissionados, com algumas diferenças fundamentais: tem mandato fixo de três anos, não ocupa cargo de confiança do governador, não está subordinado ao governador, não é um empregado.

Para que os conselheiros tenham limites e regras claras no exercício de suas funções, duas providências são importantes: garantir na lei que cria o Conselho Tutelar, a exigência de edição de um regimento interno (regras de conduta) e explicar as situações e os procedimentos para a perda de mandato do conselheiro de conduta irregular (por ação ou omissão). O Conselho Tutelar também é:

Vinculado administrativamente (sem subordinação) à Prefeitura Municipal, o que ressalta a importância de uma relação ética e responsável com toda administração municipal

e a necessidade de cooperação técnica com as secretarias, departamentos e programas da Prefeitura voltados para a criança e o adolescente.

Muitos são os professores que desistem da profissão por serem alvos de ameaças, agressões e desrespeito em todos os níveis em sala de aula. (Costa, 2011) A atuação do conselho tutelar não se limita ao importantíssimo atendimento de casos individuais, pois também abrange questões "macro", referentes à fiscalização e articulação da rede de atendimentos, ao estabelecimento de políticas públicas e mesmo à destinação de recursos públicos.

O conselho tutelar atua caso a caso, somente no âmbito do Município, atendendo e dando os encaminhamentos pertinentes à situação. Assim, o conselho tutelar recebe denúncias de violação de direitos, tais como violência física, psicológica e sexual, negligência, abandono ou a própria conduta, apurando e encaminhando aos órgãos competentes prestarem o atendimento à necessidade que a situação apresenta.

Para determinar a causa da violência nas escolas é necessário observar como os alunos se relacionam fora da escola. A base da educação ética da criança são os limites impostos no círculo familiar. A criança que não recebe limites em casa, com certeza terá dificuldade em respeitar os limites na escola ou em qualquer outro meio social (Costa, 1998).

A socióloga e pesquisadora do Núcleo de Estudos da Violência da USP (Universidade de São Paulo), Caren Ruotti explica que apesar de não haver estudos detalhados sobre o tema ao longo do tempo, o depoimento dos professores é que as relações mudaram. Os alunos não veem neles uma figura de autoridade (D'agostini, 2021, p.86). De acordo com Abramovay (2012), são muitas variáveis influenciaram na perda da autoridade dos docentes na sala de aula, desde o compreender como autoritarismo a postura tradicional desses profissionais até mesmo por já não representarem a herança histórica que outrora estava associada ao corpo docente. Isso pelo fato de que sua representação social está desprovida de representatividade na sociedade e em consequência das múltiplas violências das quais sofre o docente, tal profissão passou a ser desvalorizada e pouco atraente, sendo grande o déficit no país.

Porém a perspectiva que tira da escola essa condição de causadora da violência não dá conta da problemática. A agressão ao professor não ocorre de forma isolada, mas é fruto de uma relação violenta estabelecida entre o corpo discente, entre os alunos e os professores, entre o sistema educacional e os estudantes ou até mesmo entre a escola e a comunidade. Muitos professores se tornam vítimas de agressão por abuso de autoridade. O fator gerador da violência pode partir da própria instituição, e até mesmo do professor. A violência pode

ser uma forma de protesto contra os valores da instituição que não correspondem às expectativas dos alunos ou não suprem suas necessidades; também pode se gerada a partir do resultado negativo de provas e trabalhos, bem como pelo abuso de autoridade do professor na sala de aula (Abramovay, 2012).

Outra forma de gerar violências vem da indisciplina. Falar alto, correr, entrar e sair de lugares sem permissão, questionar os mais velhos, são exemplos comuns da falta de disciplina (Aquino, 1998) Os dados de violência e indisciplina nas escolas são alarmantes e merecem reflexão. Uma pesquisa realizada pelo SINPRO/RS (Sindicato dos Professores do Ensino Privado) aponta que em 83,2% dos casos a violência está relacionada à perda de autoridade dos professores (Abramovay, 2012, p.145). A autora afirma que muitos dos trabalhos que analisam a temática sobre a violência escolar, se referem a esse tipo de violência como consequência de um processo que começaria na família; a desestruturação familiar, a falta de limites e de referências da maioria dos adolescentes e teria continuidade nos grupos e relações sociais pertencentes ao ambiente externo e à escola. Muitos dos trabalhos que analisam a temática sobre a violência escolar, se referem a esse tipo de violência como consequência de um processo que começaria na família. A desestruturação familiar, a falta de limites e de referências da maioria dos adolescentes e teria continuidade nos grupos e relações sociais pertencentes ao ambiente externo à escola (Abramovay, 2012, p.154).

Cabe ressaltar também como fatores motivadores dessa violência as causas socioeconômicas, exclusão social, tráfico de drogas, influência da mídia, o tempo livre e ocioso, a falta de perspectivas, falta de um sonho. Tal fenômeno é perpassado por múltiplas fontes de tensão, sejam elas sociais, institucionais, relacionais ou pedagógicas, sobre cuja base se produz incidentes violentos no sentido mais estrito do termo (Abramovay, 2012).

A agressão ao professor não é algo isolado. Ela é fruto de uma relação violenta estabelecida entre o corpo discente, entre os alunos e os professores, entre o sistema educacional e os estudantes ou até mesmo entre a escola e a comunidade (D'agostini, 2021). Esse fenômeno é perpassado por múltiplas fontes de tensão, sejam elas sociais, institucionais, relacionais e pedagógicas, que hoje agitam os estabelecimentos de ensino e sobre cuja base se produzem incidentes “violentos” no sentido mais estrito do termo (Abramovay, 2012).

O conselho tutelar não julga, processa ou pune quem infrinja os direitos da criança e do adolescente, mas poderá “encaminhar ao Ministério Público notícia de fato que constitua infração administrativa ou penal contra os direitos da criança e do adolescente” (art. 136º, IV, ECA - Estatuto da Criança e do Adolescente); poderá também, fiscalizar as entidades de atendimento (art. 95º, ECA - Estatuto da Criança e do Adolescente), bem como iniciar os

procedimentos judiciais de apuração de irregularidades em entidades de atendimento, através de representação (art. 191º, ECA - Estatuto da Criança e do Adolescente) e apuração de infrações administrativas (art. 194º, ECA - Estatuto da Criança e do Adolescente).

No entanto, o conselho tutelar não deve ser um órgão estático, que apenas aguarda o encaminhamento de denúncias. Deve ser atuante e itinerante, com preocupação eminentemente preventiva, aplicando medidas e efetuando encaminhamentos diante da simples ameaça de violação de direito da criança e do adolescente.

O conselho tutelar é um órgão colegiado, devendo suas deliberações ser tomadas pela maioria dos votos de seus integrantes, em sessões deliberativas próprias, realizadas de forma como dispuser o Regimento Interno, sem prejuízo do horário de funcionamento previsto na legislação municipal específica. Quando um Conselheiro Tutelar se encontrar sozinho e havendo urgência, ele poderá tomar decisões monocráticas, submetendo-as a posterior aprovação do colegiado. Todos os casos atendidos, aos quais seja necessária a aplicação de uma ou mais medidas previstas nos arts. 101º a 129º do ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente), e mesmo as representações oferecidas por infração às normas de proteção à criança e ao adolescente, deverão passar pela deliberação e aprovação do colegiado, sob pena de nulidade dos atos praticados isoladamente por apenas um ou mais conselheiros tutelares, sem respeito ao quórum mínimo de instalação da sessão deliberativa (colegiado).

3.4 PNAVE (Programa Nacional de Prevenção à Violência contra o Professor): conceituação e atribuições

A cada dia que passa o número de professores violentados no Brasil cresce. Com isto, existem metodologias de segurança e combate a violência que devem ser utilizadas, como é o caso do PNAVE (Programa Nacional de Prevenção à Violência contra o Professor).

Segundo Rissi (2009, p.82) “não se pode dissociar a questão da violência na escola da problemática da violência presente na sociedade em geral.” Tardelli e Leme (2011, p.123) afirma que ninguém se desenvolve no vazio social, nem age isoladamente.

O modo como os alunos se relacionam com os professores é aprendido em casa, embora se deva reconhecer que a formação dos professores não os prepara para lidar corretamente com certos tipos de alunos. Seja como for, o fato é que quaisquer que forem os valores éticos do círculo familiar são eles que determinam os limites da educação das crianças (Abramovay, 2012).

Em muitos casos de agressão ao professor, a escola omite o ocorrido em função dos pais dos alunos. Em outros casos a escola simplesmente não toma nenhuma providência, a menos que seja estimulada pelo envolvido. Entretanto, deve a escola julgar imparcialmente os alunos agressores, afinal, alguma punição deve ser imposta ao agressor, seguindo cada caso de acordo com sua proporção. E “se isso não é feito, a dignidade do professor fica cada vez mais comprometida”. O que um professor espera de seu local de trabalho é respeito, atenção e apoio dos colegas e diretores quando se encontra em tal situação (Abramovay, 2012).

São muitos os fatores negativos que permeiam o contexto dos professores na escola e revoltas com a legislação que beneficia os agressores por serem menores de idade. A interpretação superficial de algumas leis, especialmente o ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente), tem contribuído para um sentimento de impunidade por parte dos jovens agressores (Tardelli & Leme 2011). Algumas medidas estão sendo tomadas para tentar contornar essa realidade. É o caso da criação do Programa Nacional de Prevenção a Violência contra Educadores (PNAVE - Programa Nacional de Prevenção à Violência contra o Professor), que estabelece a defesa dos professores em todos os aspectos. O referido programa discorre em seus artigos formas de punição educativas aos alunos agressores, que não prejudiquem sua educação ou a segurança dos professores (Matos, Viana & Gurgel, 2012).

Apesar de haver uma tentativa por parte das autoridades em combater as formas de violência nas escolas, sobretudo as cometidas contra professores, a família e a escola têm sua parcela de responsabilidade nessa jornada, agindo em parceria para diminuir essa ameaça nas escolas (Matos, Viana & Gurgel, 2012).

A família é importante por ser o principal referencial da criança no desenvolvimento de seu comportamento. É dever da família transmitir aos filhos as primeiras noções de ética e respeito para o melhor convívio com o grupo, contribuindo de forma significativa para melhorar as relações na escola. No entanto, as crianças de hoje não têm muito contato com os adultos da família por estes estarem trabalhando e não terem tempo de conversar com os filhos, ou simplesmente por falta de interesse (Matos, Viana & Gurgel, 2012).

A escola, como uma das responsáveis pelo desenvolvimento dos alunos, deve planejar em suas propostas, estratégias que visem o bem-estar e a segurança dos professores, alunos e demais funcionários na realização de suas atividades cotidianas (Matos, Viana & Gurgel, 2012). O PNAVE (Programa Nacional de Prevenção à Violência contra o Professor), em seu art. 20º evidencia que:

Os estabelecimentos de ensino desenvolveram mecanismos internos de solução de conflitos entre professores e alunos e manterão equipes de atendimento multidisciplinar, integrada por profissionais das áreas psicossociais e de saúde, para prestar assistência a professores e alunos (Matos, Viana & Gurgel, 2012, p.113).

A ausência de um projeto educativo, a ausência do envolvimento dos educadores com a educação de nossas crianças e jovens, a prática de avaliações que reduzem a inteligência a mera repetição de fatos ou procedimentos – tudo isso conspira para um ambiente escolar violento e para práticas de desrespeito à dignidade das pessoas.

Alterar o modelo escolar requer o resgate da autonomia profissional que foi roubada dos educadores. Tal autonomia só pode ser buscada no compromisso ético de produzir uma educação, cuja qualidade atenda a necessidade de aprendizagem, referenciadas nos problemas concretos dos alunos, da comunidade e dos educadores (Miltão & Pinto, 2008).

A família, escola e Estado são todos agentes encarregados de melhorar o relacionamento entre professores e alunos, evitando dessa forma atitudes de violência de ambos os lados. Os professores devem ser conscientizados e preparados para ensinar de acordo com a sociedade atual e não permanecer apenas com suas práticas tradicionais descontextualizadas com a realidade dos alunos; o Estado deve criar leis que ampare não apenas aos jovens, mas aos professores que são responsáveis pelo desenvolvimento dos alunos e do sistema escolar e a família deve acompanhar e participar da vida educacional dos filhos, dessa forma em conjunto com a escola poderá discutir e propor o desenvolvimento de medidas que priorizem o respeito ao professores e a convivência em harmonia no ambiente escolar e fora dele (Matos, Viana & Gurgel, 2012).

Segundo Candau (2002) “não se pode dissociar a questão da violência na escola da problemática da violência presente na sociedade em geral.” Tradelli e Leme (2011, p.130) afirma que ninguém se desenvolve no vazio social, nem age isoladamente.

O modo como os alunos se relacionam com os professores é aprendido em casa, embora se deva reconhecer que a formação dos professores não os prepara para lidar corretamente com certos tipos de alunos. Seja como for, o fato é que quaisquer que forem os valores éticos do círculo familiar são eles que determinam os limites da educação das crianças (Abramovay, 2012).

Em muitos casos de agressão ao professor, a escola omite o ocorrido em função dos pais dos alunos. Em outros casos a escola simplesmente não toma nenhuma providência, a menos que seja estimulada pelo envolvido. Entretanto, deve a escola julgar imparcialmente os

alunos agressores, afinal, alguma punição deve ser imposta ao agressor, seguindo cada caso de acordo com sua proporção. E “se isso não é feito, a dignidade do professor fica cada vez mais comprometida”. O que um professor espera de seu local de trabalho é respeito, atenção e apoio dos colegas e diretores quando se encontra em tal situação (Abramovay, 2012, p.120).

São muitos os fatores negativos que permeiam o contexto dos professores na escola e revoltas com a legislação que beneficia os agressores por serem menores de idade. A interpretação superficial de algumas leis, especialmente o ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente), tem contribuído para um sentimento de impunidade por parte dos jovens agressores (Matos, Viana & Gurgel, 2012).

A criação do Programa Nacional de Prevenção a Violência contra Educadores (PNAVE 2009 - Programa Nacional de Prevenção à Violência contra o Professor), estabelece a defesa dos professores em todos os aspectos. O referido programa discorre em seus artigos formas de punição educativas aos alunos agressores, que não prejudiquem sua educação ou a segurança dos professores (Matos, Viana & Gurgel, 2012).

Apesar de haver uma tentativa por parte das autoridades em combater as formas de violência nas escolas, sobretudo as cometidas contra professores, a família e a escola têm sua parcela de responsabilidade nessa jornada, agindo em parceria para diminuir essa ameaça nas escolas (Matos, Viana & Gurgel, 2012).

A família é importante por ser o principal referencial da criança no desenvolvimento de seu comportamento. É dever da família transmitir aos filhos as primeiras noções de ética e respeito para o melhor convívio com o grupo, contribuindo de forma significativa para melhorar as relações na escola. No entanto, as crianças de hoje não têm muito contato com os adultos da família por estes estarem trabalhando e não terem tempo de conversar com os filhos, ou simplesmente por falta de interesse (Matos, Viana & Gurgel, 2012).

A escola, como uma das responsáveis pelo desenvolvimento dos alunos, deve planejar em suas propostas, estratégias que visem o bem-estar e a segurança dos professores, alunos e demais funcionários na realização de suas atividades cotidianas (Matos, Viana & Gurgel, 2012). O PNAVE (Programa Nacional de Prevenção à Violência contra o Professor), em seu art. 20º evidencia que:

Os estabelecimentos de ensino desenvolveram mecanismos internos de solução de conflitos entre professores e alunos e manterão equipes de atendimento multidisciplinar, integrada por profissionais das áreas psicossociais e de saúde, para prestar assistência a professores e alunos (Matos, Viana & Gurgel, 2012, p.120).

A ausência de um projeto educativo, a ausência do envolvimento dos educadores com a educação de nossas crianças e jovens, a prática de avaliações que reduzem a inteligência a mera repetição de fatos ou procedimentos – tudo isso conspira para um ambiente escolar violento e para práticas de desrespeito à dignidade das pessoas.

Alterar nosso modelo escolar requer o resgate da autonomia profissional que foi roubada dos educadores. Tal autonomia só pode ser buscada no compromisso ético de produzir uma educação, cuja qualidade atenda a necessidade de aprendizagem, referenciadas nos problemas concretos dos alunos, da comunidade e dos educadores (Aquino, 1998).

A família, escola e Estado são todos agentes encarregados de melhorar o relacionamento entre professores e alunos, evitando dessa forma atitudes de violência de ambos os lados. Os professores devem ser conscientizados e preparados para ensinar de acordo com a sociedade atual e não permanecer apenas com suas práticas tradicionais descontextualizadas com a realidade dos alunos; o Estado deve criar leis que ampare não apenas aos jovens, mas aos professores que são responsáveis pelo desenvolvimento dos alunos e do sistema escolar e a família deve acompanhar e participar da vida educacional dos filhos, dessa forma em conjunto com a escola poderá discutir e propor o desenvolvimento de medidas que priorizem o respeito ao professores e a convivência em harmonia no ambiente escolar e fora dele (Matos, Viana & Gurgel, 2012).

CAPÍTULO IV – PERCURSO METODOLÓGICO

4.1 Objeto de estudo

Diante do contexto vivenciado atualmente pelos docentes dentro de das escola a violência tem ultrapassado os muros e adentrando as salas de aula, aumentando de forma gradativa, onde o número de ocorrências e o crescimento do índice de agressões físicas, verbais, psicológicas e sociais, inundam nossas escolas e vitimam nossos professores, deixando danos, muitas vezes irreversíveis.

Constata-se que 58% destes docentes não se sentem seguros em relação a condições ambientais e psicológicas nos seus contextos de trabalho e 87% não se consideram amparados pela legislação educacional quando se veem vítimas de agressões encetadas por alunos. Nestas circunstâncias e como conclusão, 89% dos professores gostariam de poder contar com leis que os amparasse no que tange esta problemática (Mendes, 2006, p.103)

Por meio dessa perspectiva, percebe-se a necessidade e a importância em compreender na prática como tem ocorrido a questão do combate à violência contra o professor: escola e violência qual a percepção social e pedagógica de professores da rede pública estadual de Alagoas?

Ao conhecermos mais sobre esta temática, podemos contribuir informando e preparando os docentes de maneira preventiva pedagógica, para que assim possam contribuir para a redução desses índices de violência contra professores dentro das escolas.

4.2 Objetivos

Geral: Analisar sobre as causas/fatores que contribuem para a prática de violência contra professores dentro de escolas da rede pública estadual de Alagoas.

Específicos:

1. Delimitar e inventariar eventos que caracterizam atos de violência, delitos e/ou infrações ocorridos nas instituições escolares pesquisadas;

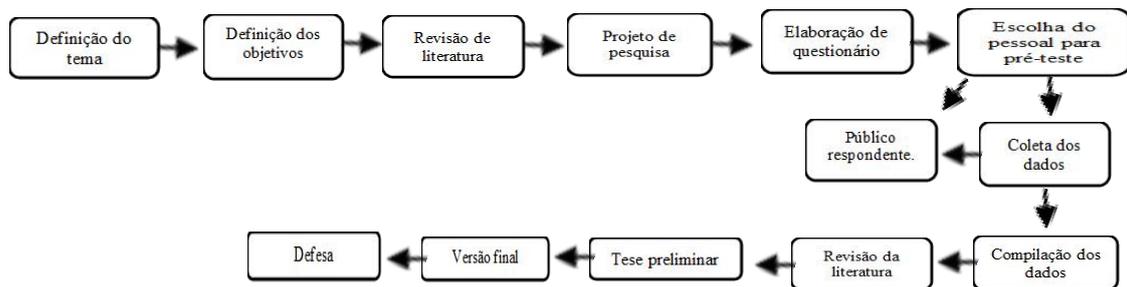
2. Compreender possíveis causas/circunstâncias que incidiam a prática da violência contra os professores atuantes na rede pública de ensino estado de Alagoas.

3. Analisar conteúdos e significados compartilhados das representações sociais de violência contra professores em escolas da rede pública estadual.

4.3 Caminho da pesquisa

Inicia-se com a definição do tema, em seguida a preocupação foi definir os objetivos do trabalho e posteriormente o projeto de pesquisa, onde se definiu e se estruturou a problemática, o objetivo geral e específicos, a justificativa, o referencial teórico, o design da investigação, o tipo de pesquisa, as técnicas e instrumentos de coleta de dados, técnica de análise de dados e finalmente o referencial bibliográfico.

Figura 1: Caminho da pesquisa



Fonte: Elaboração própria

Faz-se necessário um estudo teórico, seja abordado os principais estudiosos que contemplem a temática. Assim, para que houvesse aporte suficiente para entender sobre fatores que contribuem e que permeiam a percepção social e pedagógica de professores da rede pública estadual de Alagoas, sobre violência contra professores e quanto ao combate à violência no contexto escolar, nos detemos a analisar o maior acervo possível para que através do marco teórico pudéssemos contemplar com clareza os prejuízos e intervenções e assim adequar o melhor método científico que respondessem positivamente aos questionamentos desse estudo (Kauark et al., 2010).

Na fase seguinte foi elaborado um questionário, escolhendo-se os voluntários (o público respondente) professores de duas escolas locais onde a pesquisa foi realizada, logo

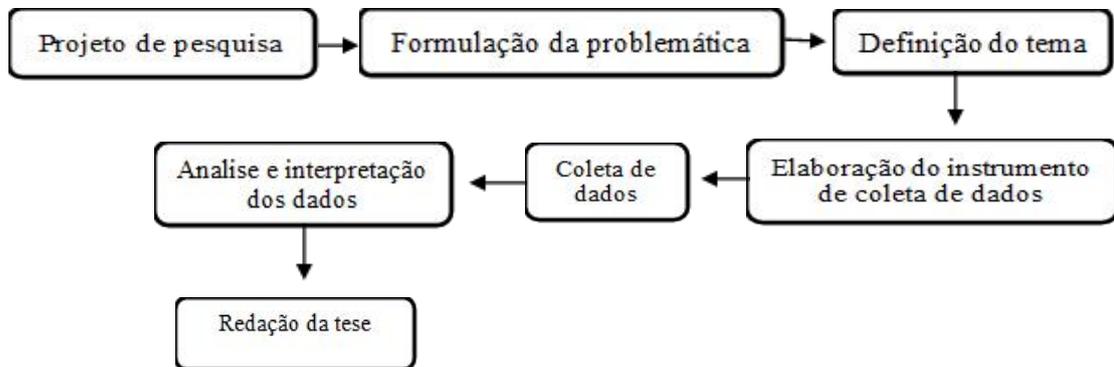
depois fazendo-se a coleta do questionário com as respectivas respostas e posteriormente a compilação dos dados, dando ensejo a uma primeira revisão de literatura específica, elaborando-se a partir de então o texto preliminar desta pesquisa, encaminhando-se o texto para a revisão do orientador, e logo após a revisão à versão final da tese, e posteriormente, a defesa da tese, concluindo-se o caminho percorrido pela pesquisa.

Levando-se em conta que pesquisa, como situa Gil (2010) é “o procedimento racional e sistemático que tem como objetivo proporcionar respostas aos problemas que são propostos” (p.1). Isto é um fundamento para a obtenção de respostas sistematizadas em todo o percurso percorrido pela pesquisadora em busca de respostas consistentes para subsidiar e dar consistência aos objetivos circunscritos e propostos pela pesquisadora, entre eles o de analisar conteúdos e significados compartilhados das representações sociais de violência, especificamente contra os professores atuantes na rede pública, ensejando também descrever eventos e/ou intervenções que tratem o problema dentro do ambiente escolar.

Nessa mesma direção, a pesquisadora se propõe ainda relacionar conteúdos das representações sociais de violência e a percepção social e pedagógica de professores, e, a partir de então, sugerir implantação de projeto interventivo para o enfrentamento do problema, onde se incluirá treinamento e qualificação dos professores e comunidade escolar e com isso, reduzir ou extinguir os episódios de violência nas escolas que participaram da pesquisa.

A concepção da pesquisadora, é de que a pesquisa, conforme situa Gil (2010), é uma atividade racional e sistemática, assim se detém a necessidade de sistematizar e planejar cada etapa da pesquisa, deste modo considerando o planejamento como a primeira fase da pesquisa, envolvendo a problematização, os objetivos, o público de amostragem o que significa que a pesquisadora evocou os princípios: planejamento, organização, direção e controle. Isto é, planejou as estratégias de ação, os recursos aplicados ao processo da pesquisa, direcionou as etapas e a revisão da literatura, determinou e acompanhou o tempo necessário para a realização das fases e da realização da pesquisa, dimensionando, por tanto, todo o roteiro da pesquisa apresentado em forma de projeto, aprovado e referendado por seu orientador, Dr. Daniel Gonzalez, podendo-se resumir na figurar 2, a seguir.

Figura 2– Delineamento da pesquisa



Fonte: Elaboração própria

É importante ressaltar que toda pesquisa respeita os preceitos e visão dos pesquisados sobre o objeto pesquisado, onde cada elemento observa os elementos por ângulos diferentes, o que significa que o pesquisador precisa respeitar o ponto de vista de cada um, apreendendo que cada indivíduo participante, dependendo do conhecimento e de sua experiência, pode atribuir conceitos diferentes para a mesma resposta, o que é compreensível, por que as pessoas pensam, agem e podem ter pontos de vista diferentes, entendendo-se que cada indivíduo reproduz o que vivência, o que enxerga e o que valoriza e como analisa os eventos.

Nesse sentido, para não haver dúvida dos respondentes, a pesquisadora teve a preocupação de reunir os participantes, aclarando sobre a intencionalidade da pesquisa, explicitando também os critérios de confidencialidade e a voluntariedade dos pesquisados, sem, contudo, comprometer a seriedade das informações que eles possam oferecer, o que naturalmente fortalece a consistência da pesquisa, reforçada pela realidade de vida profissional de cada um dos participantes.

Isso deixa explícito a interação dos professores com a área da pesquisa, o que está respaldado por Flick (2009), ao afirmar que a interação é um fenômeno que é produzido de maneira ordenada, sendo moldada pelo contexto que se constitui a estrutura de interação que é, ao mesmo tempo, produzida na interação e por meio dela, o que também respalda a interação da pesquisadora com os pesquisados fortalecendo a ideia de alcance pleno dos objetivos pré-estabelecidos.

A pesquisa não se limita apenas à leitura de textos, mas, em se entender a percepção dos participantes como um todo, cabendo a pesquisadora entender e compreender as informações apresentadas pelos questionados e, deste modo desenvolver a compreensão das diferentes concepções sobre o objeto de estudo, explicitando a experiência dos pesquisado, cabendo a pesquisadora a capacidade de analisar o ambiente e interpretar a concepção dos pesquisados para então condensar as informações significativas que contribuam para a consecução real e significativa desta pesquisa, podendo-se resumir na figura a seguir.

Figura 3 – Processo de interação e interpretação dos dados coletados



Fonte: Elaboração própria

4.4 Metodologia

A metodologia adotada apresenta-se em pesquisa bibliográfica a partir do entendimento que aponta Gil (2010), através de estudos bibliográficos de natureza qualitativa, descritiva, explicativa de modelo transversal, pois a pesquisa ocorre em um dado momento não havendo nenhuma interferência por parte do pesquisador na manipulação do objeto estudado, onde seu objetivo maior é coletar dados para estudar uma população em um determinado ponto no tempo examinando a relação entre variáveis de interesse, levando em consideração conforme Lankshear e Knobel (2008, p.32), que toda pesquisa “é guiada por estruturas teóricas e conceituais circunscrevendo o curso, o campo visualizado e o levantamento de informações de qualidade pertinente às questões decorrentes e aos propósitos do pesquisador, de forma coerente”. também numa perspectiva de que pesquisa, conforme apontam Lanksher e Knobel (2008, p.32), não é uma mera coleta de dados, mas, um momento que permite uma reflexão sobre determinado assunto que se deseja estudar e

desvendar questões que chamam a atenção do pesquisador, no caso desta, com foco na violência contra professores dentro das escolas.

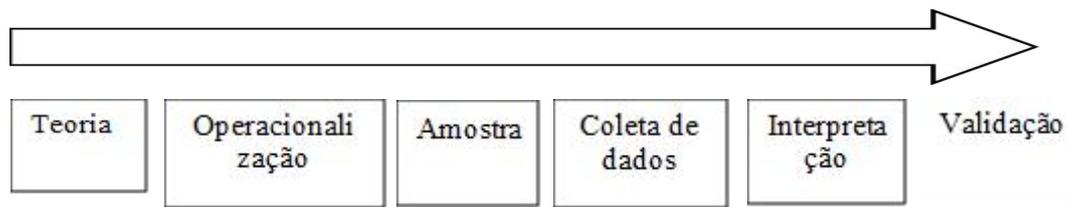
Qualitativa porque se preocupa com a realidade dos fatos buscando compreender e explicar a vivência dos professores sobre a violência nas escolas e sua experiência pessoal com o assunto sem se preocupar com a quantificação dos fatos, mas, com a realidade da situação nas escolas participantes da investigação, a partir da compreensão que na pesquisa qualitativa o pesquisador segundo Flick (2009), lida com a interpretação do mundo dos outros, não apenas como agente, à medida que reflete e interpreta o que busca na pesquisa.

Implica em se compreender a interface entre o tema e o método numa sequência e organização lógica, onde há uma interdependência entre os fatos e o desenvolvimento da pesquisa tendo como ponto de partida o conhecimento teórico garantindo segundo Flick (2009, p.53), a representatividade dos dados que permite o pesquisador testar seus efeitos, orientados pela teoria que embasa o campo de estudo fundamentando os dados buscados através da comunidade pesquisada, no caso desta, os professores da rede pública estadual.

Importa frisar que, segundo Moreira (2002, p.49), significa que o pesquisador por suas próprias suposições e estrutura teórica que orienta o pesquisador para aspectos concretos e relação da teoria e abordagem que permita interpretar os dados de forma clara não importando segundo ainda Flick (2009, p.53) como os dados foram coletados, mas como eles são utilizados, pois para a pesquisa o importante é como eles são compreendidos e analisados obrigando o pesquisador a refletir sobre o processo da pesquisa e sobre a especificidade das fases da pesquisa.

Vale ressaltar que a pesquisa qualitativa é um processo de encadeamento que, de modo geral, impulsiona e orienta a construção do tema de estudo, o que significa que ajusta-se à lógica da pesquisa e reflete o modelo, o contexto pesquisado, refletindo também a sensibilidade do pesquisador sobre a construção da realidade da pesquisa, também se constituindo a base central da interpretação e análise dos dados, podendo-se resumir na figura abaixo:

Figura 4 – Modelo linear do processo da pesquisa



Fonte: Adaptado de Filck, 2009, p.100

É pertinente citar que a questão da pesquisa qualitativa é um determinante essencial para a contundência da pesquisa e, por isso não pode ser ignorado pelo pesquisador visto que a pesquisa tem como propósito que estão diretamente ligados ao desenvolvimento da pesquisa requerendo desde do início a preocupação com a definição do método, onde se inclui a aplicação dos instrumentos para a coleta de dados, levando a uma reflexão sobre os pontos centrais relevantes que possam validar e dar consistência à pesquisa circunscrevendo o curso e o campo de estudo num contexto que possa de forma efetiva revelar o que o pesquisador busca assegurando o sucesso da pesquisa.

Precisa ser claro o suficiente para que o público-alvo e o objeto da pesquisa alcançado e compreendido por pesquisados, cabendo ao pesquisador estar aberto para, sem cerimônia, esclarecer tudo que os pesquisados desejam saber, apropriando a ideia clara sobre a natureza da pesquisa, seus objetivos e sua funcionalidade, incluindo os critérios de como o pesquisado responder as questões, qual os objetivos propósitos e os resultados desejados, o que também ajuda o pesquisador circunscrever a área específica e o campo de estudo específico da pesquisa.

Enfim, a pesquisa, especialmente, de natureza qualitativa, é um processo de interação entre o pesquisador e o pesquisado onde se estuda e se incorpora o objeto e o objetivo da pesquisa, visando compreender a percepção dos pesquisados sobre o objeto da pesquisa e dar resposta significativa sobre o que o pesquisador busca.

Descritiva porque busca explicar e analisa as causas, questões sociais e intervenções que tratem sobre violência nas escolas e/ou contra professores, a partir do entendimento de que a pesquisa descritiva conforme Vergara (2000, p.66), expõe as características de determinada população ou fenômeno, estabelece correlações entre variáveis e define sua

natureza, porém, sem a preocupação de os fenômenos que descreve, embora esses fenômenos sirvam de base para tal explicação, o que efetivamente ocorre no decorrer deste trabalho, que estuda, analisa e interpreta os fatos pesquisados fazendo uma correlação entre o experienciar e o combater a violência no contexto escolar.

Consiste numa metodologia de levantamento de dados onde o foco centra-se nos elementos analisados, no caso desta, nos professores e no porquê. Ou seja, a pesquisadora monta e aplica o questionário em busca de dados para então interpretar e analisar os dados oferecidos pelos participantes, cujo objetivo é compreender e interpretar a concepção dos pesquisados sobre, o campo dessa pesquisa, suas experiências e realidade vivida no dia a dia dentro da escola, considerando que tal realidade influencia diretamente tanto nos aspectos físicos, cognitivo e mental de toda comunidade escolar .

Portanto, uma metodologia que procura descrever uma realidade na perspectiva de comprovar o que se deseja cruzando as informações e comportamentos se apoiando em dados e documentos referendados por um conjunto de informações que expressam a concepção, a experiência e visão da realidade daquilo que o pesquisador busca, sem, entretanto, interferir nas respostas oferecidas para o objeto de estudo.

É assim, um processo de investigação procura dados para compreender a relação entre o pesquisado com o problema da pesquisa, dando ensejo a descrição da realidade pesquisada. É na realidade uma pesquisa direta que se caracteriza pela busca de dados diretamente na fonte que permite conhecer a realidade através de método de investigação, no caso desta, o questionário, cuja intenção é investigar. Uma maneira de se buscar os resultados, visando descrever o processo pelo qual a pesquisa foi realizada e posterior interpretação e análise dos dados, independentemente fatores subjetivos da pesquisadora, ou seja, de modo racional e sistêmico, obedecendo a lei natural do percurso da pesquisa.

Nessa direção há de se considerar que o caráter científico da pesquisa segundo Moroz e Glanfaldoni (2002, p.78), reflete não só o fato de que o homem não produz conhecimento sozinho visto que o conhecimento uma vez produzido, interfere na vida do indivíduo, o que, sem dúvida, contribuirá para a consecução dos objetivos propostos pela pesquisadora e a partir daí buscar novos conhecimentos para a prática pedagógica dentro das escolas que precisam lidar com a realidade da violência dentro de seus limites.

Significa, por outro lado, que a intervenção e atuação em relação a trabalhos de combate a violência contra professores, devesse voltar também para o conhecimento científico, transposto, porém, numa linguagem cotidiana de modo a facilitar o entendimento ao saber do dia-a-dia da comunidade escolar, corpo docente e discente e todos que estão diretamente relacionados a rotina das escolas, indo além do senso comum, contudo, aplicável ao senso comum, levando-se em conta que o conhecimento, mesmo científico, deve ser disseminado junto às comunidades, contudo, de uma maneira simples.

De outra forma há de se perceber toda pesquisa deve ser fiel não só aos seus propósitos, e, principalmente aos dados levantados que interessam apenas para a constatação da visão dos pesquisados sobre o objeto e os propósitos da pesquisa, e compreensão dos fenômenos que ocorrem nas escolas além dos conhecimentos de conteúdos, desenvolver habilidades didático-pedagógica para conduzir com eficiência o saber científico fazendo a transposição didática. Isto é, transformar saberes científicos em saberes cotidiano aplicável ao meio e à realidade do aluno mediante a necessidade palpável da temática em questão.

No caso da pesquisa fazendo com que os questionados através de suas respostas revelem suas experiências ou percepções acerca do objeto pesquisado, como fator fundamental para traçar novos caminhos de abordagem e enfrentamento nas questões de violência contra professores dentro das instituições de ensino e, concomitantemente, elemento sendo este também o facilitador do ensino-aprendizagem através da disseminação da informação e formação, servindo de ponte para trabalhar com o desenvolvimento de habilidades individuais e coletivas nos alunos, sendo valorativo, reflexível e modulador de meios interventivos e preventivos através da mudança de comportamento social da comunidade escolar.

Isso por outro lado, significa que o pesquisador não pode executar sua pesquisa de forma isolada. Precisa desenvolver o espírito de pertencimento ao contexto da pesquisa, mostrando interesse explícito tanto com relação ao objeto da pesquisa, quando em relação aos pesquisados não se eximindo de sua responsabilidade pela veracidade da fonte de sua pesquisa, pois isso seria ingenuidade que pode comprometer a fidelidade dos resultados, os quais de uma forma ou de outra favorecem a uma causa da qual o pesquisador consistentemente está em busca.

Explicativa porque possibilita explicar e responder as causas dos acontecimentos e fenômenos sociais, cujo interesse segundo Sampiere et al., (2006, p.107), “está em responder por que ocorre um fenômeno e quais as condições ou o porquê duas ou mais variáveis estão relacionadas”. Portanto, uma técnica para abstrair informações sobre o assunto pesquisado, no caso desta pesquisa com a aplicação de questionário com perguntas dirigidas aos professores da rede pública estadual – e bibliográfica por que se faz, mesmo que resumidamente, uma análise sobre política públicas, órgãos e questões sociais que tratam sobre a temática.

Analisa e interpreta os dados coletados como parte da pesquisa de conformidade com os objetivos estabelecidos, visando sobremaneira, atender a proposta da pesquisa e, por decorrência contribuir para os objetivos determinados e não apenas como mera informação, pelo contrário, para dar consistência e contribuir para a relevância da pesquisa sedimentada no registro das respostas dos participantes, o que de forma geral representa a experiência e a ideia do professor possibilitando a pesquisadora entender a concepção deles sobre o assunto.

Nesse contexto, mesmo que implicitamente, procurou-se identificar os valores da temática para os professores, bem como definir de claro os objetivos da pesquisa de forma que os participantes não tivessem nenhuma dúvida sobre o questionário, muito menos sobre os objetivos proposto no todo e em parte, visto que as questões da pesquisa foram discutidas com os professores, público-alvo dessa pesquisa, visto que segundo Gil (2010, p.91), toda pesquisa deve delimitar seu objeto ou público-alvo, o que também está de acordo com Lankshear e Knobel (2008, p. 77), ao aferirem que a questão da pesquisa deve ser clara, concisa e focalizada.

Ademais deve-se levar em consideração que a pesquisa deve ser fundamentada teoricamente, significativa, devendo-se levar em conta sua operacionalidade e a capacidade de resposta dos pesquisados, onde a questão da pesquisa, ou seja, da investigação se relacionada com os instrumentos aplicados, representados pela técnica de coleta de dados que ofereça ao pesquisador a possibilidade de interpretar e analisar os dados produtiva e consistente, e assim, poder-se relacionar a opinião dos respondentes em relação aos propostos da pesquisa.

Pensando assim, a pesquisadora teve a preocupação de pensar o instrumento da coleta de dados em estreito vínculo com a realidade dos pesquisados e, desse modo estruturar o processo de pesquisa consultando previamente a escola e os professores sobre o foco da pesquisa, para então, decidir como fundamentar os dados coletados dentro da própria pesquisa,

pensando deste sentido, sobretudo, facilitar a estruturação do foco da pesquisa, que em última instância, representa reflete a intenção da pesquisadora.

Nessa perspectiva o que se vislumbra é através da pesquisa constituir dados para a melhoria das intervenções de combate a violência contra os professores dentro das escolas, sugerindo-se um plano de ação para a escola concessora da pesquisa orientando-se três ações com o objetivo de efetivamente melhorar ou eliminar comportamentos violentos ou agressões contra professores e, por conseguinte transformar a instituição em um núcleo de difusão de combate a violência.

Nesse mesmo contexto, buscou-se retorno através do questionário aplicado abrindo-se um diálogo que os professores participantes no sentido de despertá-los para mobilizar a comunidade escolar mostrando a necessidade da participação efetiva de todo grupo e assim trabalhar em parceria junto à escola abraçando a causa de combater atos de violência dentro das escolas.

No que diz respeito à ética, a pesquisadora se preocupou em resguardar os pesquisados, salvaguardando suas identidades e da escola, no caso específico da escola, se omitindo a tirar qualquer tipo de foto, visto que por princípio e para resguardar as imagens dos alunos e da escola a direção não permite que se fotografe qualquer tipo de ambiente da escola e/ou aluno, preservando, a proteção dos participantes e da instituição. as regras conforme apontam Flick (2009, p.51), a “boa prática profissional”, tendo como consequência a preservação dos direitos dos participantes da pesquisa.

Dentro desse princípio, de forma consciente, coube a pesquisadora assumir uma postura de neutralidade e respeito aos preceitos dos pesquisados, considerando não os interesses da pesquisadora, mas, dos pesquisados, visto que os termos da pesquisa devem tomar por base o consentimento dos pesquisado, evitando qualquer tipo de maledicência ou constrangimento aos participantes da pesquisa, pois, pelo contrário a pesquisadora estaria desrespeitando o princípio de que a ética pressupõe respeito aos costumes e direito de outrem, o que está de acordo com o autor supramencionado de que a pesquisa, deve primeiro satisfazer e respeitar os valores e as decisões dos participantes.

Nessa visão, ainda de acordo com Filck (2009, p.60), as pessoas que forem observadas, questionada ou de outra forma estiverem envolvidas na investigação não deverão estar

sujeitas a qualquer prejuízo ou risco resultante da pesquisa, cabendo a pesquisadora manter identidade dos pesquisados no anonimato, cujas informações deverão ser protegidas, só devendo publicadas além da pesquisa, se autorizadas pelos pesquisados, respeitando-se também a voluntariedade dos pesquisados, levando em conta que se um questionado visse o resultado do outro poderá ficar embaraçado, visto que as pessoas, mesmo tratando do mesmo assunto, têm ponto de vista diferentes.

Com esse cuidado a pesquisadora pediu que os participantes respondessem o questionário de forma individualizada, e assim, poder manter o anonimato das respostas, apenas vista e analisada pela pesquisadora sem a presença dos participantes, o que em outras palavras afere a confiabilidade da pesquisa e da pesquisadora em relação aos pesquisados, o que também significa que se alguém lê a pesquisa não pode identificar o informante.

Enfim, obedeceu aos critérios e procedimentos naturais de um processo de pesquisa, sobretudo, para dar validade à questão da pesquisa e pontificar sua intencionalidade.

Foi embasada no estudo bibliográfico, através da leitura de livros e conseqüentemente na revisão da literatura que trata sobre violência escolar e questões sociais, e finalmente com a aplicação de questionário com dez questões, junto a dez professores da rede pública estadual de Alagoas – Brasil.

As concepções dos professores pesquisados estão expressas no capítulo Resultados da Pesquisa, as quais consubstanciam e fortalecem o contexto da pesquisa, a partir do entendimento de que desenho da pesquisa, segundo Flick (2009, p.68), são os estudos que procuram estabelecer conclusões a partir de estudos primários, com registros comuns aos mesmos, onde se inclui revisões sistemáticas da literatura como guia e orientar os caminhos pertinentes à pesquisa, dando relevância ao objeto da pesquisa.

Assim, deve-se salientar que a pesquisa foi desenhada, com a revisão de literatura específica sobre o tema desenvolvido, seguindo um modelo centrado na pesquisa bibliográfica e a inquirição dos professores da escola pesquisada, no sentido de colher as concepções deles sobre os objetivos propostos, o que além de fortalecer a pesquisa, subsidia as conclusões atinentes ao objeto da pesquisa.

Parte-se do princípio de que toda pesquisa é fruto da interação que se organiza e moldada pelo contexto visando mudanças advindas do próprio contexto e da interação do

pesquisador com os pesquisados, onde a relação entre eles de ser consciente, ordenada e amistosa para assim produzir e contribuir sistematicamente para a obtenção dos melhores resultados e concomitantemente subsidiar a decisão do pesquisador tomando como base os dados coletados que levarão a uma análise mais profunda e transformadora do objeto pesquisado, onde o importante não é a subjetividade, mas, a objetividade com a qual os dados são extraídos, de modo a contribuir substancialmente para o resultado da pesquisa.

Deve-se apreender que quanto mais a pesquisa for objetiva, mais contundentes serão seus resultados e maior será a contribuição dos participantes, o que também quer dizer que o pesquisador deve estar consciente da sua isenção nos resultados, respeitando imparcialmente a vontade e a opinião dos pesquisados, onde de forma específica a opinião do pesquisador torna-se secundária, visto que, o que vale é a concepção dos pesquisados, entendendo-se que a natureza da pesquisa científica envolve proposições que podem e devem ser testadas, levando-se também em conta a cultura da escola e dos próprios professores.

O fato é que para se elaborar uma boa pesquisa exige capacidade intelectual e apoio incondicional dos pesquisados e a flexibilidade para ir se ajustando a concepção dos pesquisados à realidade da pesquisa, exigindo esforço e disponibilidade para respaldar os fatores da pesquisa de base científica através de literatura específica sobre o tema e se ter a capacidade de reformular o texto e as bases científicas, sobretudo, no sentido de dar qualidade da pesquisa, o que por outro lado, requer capacidade de interpretação e compreender os enfoques teóricos compatíveis com as necessidades inerentes à pesquisa e as condições do pesquisador, para se for necessário, ajustar-se o problema da pesquisa às condições dos pesquisados.

Leva em conta que a pesquisa científica é um trabalho de investigação assume-se como um instrumento calcado na objetividade, pois, pelo contrário pode ser invalidado por questões subjetivas que pode implicar em questões, segundo Gil (2010, p.96), em questões morais que inevitavelmente invalida os propósitos da pesquisa científica que eminentemente centra-se na objetividade como foco no objeto estudado, delimitando-se, entretanto o problema da pesquisa também de modo objetivo tornando viável, facilitando por decorrência, a operacionalização de sua realização.

Por outro lado, como é sabido toda e qualquer pesquisa tem seu curso de ação, o qual deve ser cuidadosamente planejado e acompanhado com o devido rigor, notadamente para não

se perder o foco, o direcionamento e o tempo que se quer ou se deseja realizar a pesquisa. No caso desta a preocupação primeira da pesquisadora selecionar e levantar acervo bibliográfico, o que lhe proporcionou uma revisão consistente de literatura específica sobre o tema proposto para a pesquisa, observar e definir o local da pesquisa, traçar os caminhos (desenho) da pesquisa, construir o instrumento de coleta de dados, e penar em sua aplicabilidade e, cuidar da validação (tratada mais adiante), bem como do tratamento e análise dos dados, elaborar a redação preliminar, revisar e finalmente proceder o depósito e posteriormente fazer a defesa desta tese.

4.5 Contexto investigativo

A análise se concretizou com o levantamento de dados efetivado através de questionário respondido por docentes em duas escolas da rede pública estadual de Alagoas, localizadas na cidade de Maceió, as quais não foram identificadas a fim de preservar a imagem das instituições. Ambas as unidades de ensino estão situadas em bairros de classe baixa e média, que apresentam em sua composição contexto social com histórico de alto índice de violência urbana. O perfil da comunidade escolar é composto por estudantes de baixa renda familiar, onde a maioria é beneficiária de programas criados pelo Governo de Alagoas, afim de amenizar as problemática sociais, tais como trabalho infanto juvenil e violência doméstica, os quais consistem em disponibilizar mensalmente um valor em dinheiro por aluno com frequência escolar superior a 80%, para que os mesmos não necessitem abandonar os estudos para trabalhar e contribuir com o sustento familiar (Programa Bolsa-Família), além de manter esses discentes em ambiente escolar, em tempo integral, com o as disciplinas da formação básica, atividades desportivas e cursos de formação profissional tecnológica (Programa Escola 10), diminuindo os altos índices de analfabetismo e agressões doméstica. As duas escolas oferecem ensino nas modalidades Fundamental II, compreendendo do 6º ao 9º ano (matutino ou vespertino), Médio em período Integral (manhã e tarde) com os três anos finais e Educação de Jovens e Adultos – EJA (noturno) para jovens a partir dos dezesseis anos de idade que não concluíram os estudos no cronograma para faixa etária regular e/ou pararam de estudar durante um longo período de tempo (Projeto Vem Que Dá Tempo).

A pesquisa teve como foco os diferentes tipos de agressão sofrida pelos professores, sejam eles violência física, verbal, psicológica, institucional, moral ou patrimonial, os quais, direta ou indiretamente, interferem no cotidiano e na motivação profissional em sala de aula.

4.6 Locus da pesquisa/ participantes

A eleição dos participantes da pesquisa é considerada uma etapa essencial para o início do processo investigativo, visto que, por meio da contribuição desses sujeitos encontraremos as justificativas para os objetivos da pesquisa. Entretanto, é primordial que haja coerência entre os tópicos analisados e os coadjuvantes, para que esses agentes participativos sejam capazes de contribuir com respostas significativas, bem como satisfatórias para o presente estudo.

No que se refere a este ponto e mediante a contextualização da pesquisa, podemos constatar a eficácia da escolha dos contribuintes, visto que o propósito da seleção foi alcançado devido ao êxito obtido com a aplicação dos instrumentos de coleta de dados aos professores participantes, vítimas de agressão em seu ambiente de trabalho.

Considerando a investigação com enfoque qualitativo, segundo Lakatos e Marconi (2003, p.27):

O conjunto de seres animados ou inanimados que apresentam pelo menos uma característica em comum, sendo considerada também como o conjunto de elementos, finito ou infinito, definido por uma ou mais características, que tem todos os elementos em comum que os compõem somente entre eles.

De acordo com Campoy (2018, p.73), participantes é “um conjunto de elementos que possuem determinadas características”.

A proposta teve por finalidade questionar um total de 10 (dez) professores atuantes no Ensino Fundamental e Ensino Médio de duas escolas, aqui denominadas como: escola X e escola Y. A escolha dos participantes foi realizada de maneira não probabilísticas intencional, ou seja, os mesmos foram selecionados conforme os critérios de seleção definidos pelo investigador. Nesse contexto, os requisitos para a seleção dos participantes foram justamente esses sujeitos estarem devidamente inseridos no contexto da Educação Fundamental e Média, bem como estarem em efetiva docência na rede pública de ensino e que sejam vítimas da violência escolar no Brasil, que é o foco deste estudo

A ideia de selecionar professores atuantes nessas duas áreas buscou compreender como o problema da violência contra o professor ocorre em diferentes níveis escolares.

Para participar da pesquisa foram escolhidos dez professores (denominados de professores: A, B, C, D, E, F, G, H, I, J - quando necessário frisar) de duas instituições de ensino diferentes, para que assim, a coleta de dados seja feita de forma equilibrada.

Das referidas instituições, foram convidados cinco professores de cada, no total de dez profissionais para participar da pesquisa, com o intuito de obter informações sobre as diferentes formas de violência escolar sofrida pelos docentes na rede pública de ensino de Alagoas, sobretudo na cidade de Maceió. Por isso, a importância das entrevistas com professores atuantes nos diferentes níveis de ensino, com faixa etária diversificada. Todos concordaram em participar da pesquisa, demonstrando interesse quanto ao tema proposto. Através do participante, serão coletadas “informações detalhadas como as obtidas por intermédio de perguntas” (Lakatos e Marconi, 2003, p.188).

4.7 Técnicas e instrumentos de coleta de dados

De acordo com Lakatos e Marconi (2003, p.163), a "seleção instrumental metodológico está diretamente relacionada com o problema a ser estudado; a escolha dependerá de vários fatores relacionados a pesquisa, ou seja, a natureza dos fenômenos, o objeto da pesquisa e outros que possam surgir no campo da investigação".

É importante que o investigador tenha sempre em mente o que se pretende recolher e que obedecem às regras estabelecidas por uma pesquisa de enfoque qualitativo, do tipo descritivo, de modelo transversal e que a técnica e o instrumento utilizado seja capaz de atender suas expectativas.

Os resultados serão apresentados em forma de texto descritivo, com os quais procurar-se-á traduzir fielmente as informações obtidas através da investigação junto ao corpo docentes de duas escolas da rede estadual de Alagoas/Brasil.

Como é sabido as técnicas de coleta de dados mais adequadas, segundo Gil, (2020, p.69), são as que possibilitam a livre expressão dos participantes que é em essência o retrato da experiência vivida e no caso dessa pesquisa a escolhida foi a aplicação de

questionário notadamente por permitir a livre expressão dos pesquisados, cuja intenção da pesquisadora foi exatamente a de garantir e sustentar a veracidade da pesquisa com dados reais e equilibrados sobre o objeto da pesquisa, destacadamente em razão da experiências dos questionados sobre o tema investigado.

Nesse aspecto a pesquisadora teve o cuidado de minuciosamente estudar a formulação das questões tanto no que diz respeito a objetividade com a clareza das questões e de sua intencionalidade compatibilizando o questionário norteando as perguntas para o real alcance dos objetivos propostos pela pesquisa. Buscou com a aplicação do questionário extrair a percepção dos professores pesquisados sobre suas vivências quanto ao tema violência contra professores, para então descrever e interpretar os dados de maneira objetiva e, assim validar e dar consistência à questão da pesquisa de forma clara e consistente, garantindo o anonimato dos participantes e respondentes da pesquisa.

Por outro lado, discutiu com os participantes da pesquisa sobre o tempo que eles deveriam responder o questionário, porém, sem nenhuma imposição ou pressão, mas, deixando-os a vontade, decidindo que o tempo viável seria no máximo dez dias, cujas respostas estão expressas no capítulo resultados da pesquisa, os quais foram validados pela triangulação das informações, teoria e a experiência dos pesquisados, concebendo-se que o questionário, é um mecanismo de coleta de dados constituído por uma série de perguntas que devem ser respondidas por escrito.

Levou em conta que todo trabalho de coleta de informação, deve-se estar atento a partir do entendimento conforme enfatiza Minayo (2013, p.204) de “que a fala dos sujeitos de pesquisa é reveladora de condições estruturais, de sistemas de valores, normas e símbolos e por isso mesmo é tão rica e significativa”, sendo que a pesquisadora teve o cuidado de estudar o tema com antecipação para depois formular as questões e exercer seu acompanhamento quando de sua aplicação, formulando perguntas abertas de forma simples e compatível com o grau cultural e profissional dos respondentes.

Adota como base o enfoque qualitativo partindo da proposta de Bardin (2011), de que a análise de conteúdo (base de dados) deve ter como ponto de partida uma sistematização e organização, em diferentes fases tais quais:

1. Análise;

2. A exploração do material;
3. O tratamento dos resultados: a inferência e a interpretação.

Assim, a análise de conteúdo é conceituada como:

“Um conjunto de técnicas de análise de comunicação visando a obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção destas mensagens” (Bardin, 2011, p.42).

Portanto, um conjunto de instrumentos de cunho metodológico que se aplica para o aperfeiçoamento do discurso (conteúdos, diversificado) incluindo a observação não participante que segundo Ariês (2015, p.94), é sistematicamente organizada em fases que se relaciona com as proposições e teorias, perspectivas científicas e explicações submetida ao controle da veracidade e confiabilidade.

Portanto a escolha do método de coleta de dados, onde também se inclui a observação não participante, foi o questionário, onde o pesquisador além de coletar dados, observa os procedimentos e a participação dos inquiridos em seu contexto natural, ou seja, em seu ambiente de trabalho, observa os sujeitos de modo que eles não saibam que estão sendo observados, o observador não está diretamente envolvido na situação analisada e não interage com objeto da observação o que também representa uma estratégia para acompanhar de perto o posicionamento dos pesquisados, numa visão qualitativa.

Assim, a coleta de dados se tornou um momento de integração da pesquisadora com os pesquisados durante o curso da coleta de dados, o que também proporcionou a pesquisadora conhecer com maior profundidade os questionados e, sem dificuldade ter acesso aos questionamentos deles e, de certa forma, contribuir para a elucidação de questões que pudessem atrapalhar a licitude das respostas e da participação dos envolvidos na pesquisa.

Desse modo estar evidente que o questionário como qualquer instrumento de coleta de dados é um recurso didático, exigindo, todavia, do pesquisador o poder de persuasão para criar um ambiente favorável que inspire confiança e credibilidade dos participantes no pesquisador em sintonia com o tema e com o tipo de abordagem, requerendo do pesquisador a capacidade de pensar e adequar o questionário à realidade do tema pesquisado esclarecendo

aos participante a intenção e a realidade dos objetivos para não deixar nenhuma dúvida junto aos respondentes da pesquisa.

Nesse contexto há de se convir que o questionário é um instrumento de coleta de dados, onde o sujeito pesquisado deve levar em consideração critérios objetivos do questionamento sem interferência de subjetividade, pois isto poderia atrapalhar a seriedade das respostas, o que também interferirá na conduta do pesquisado e, por decorrência, na real confiabilidade das respostas prejudicando a interpretação e análises dos resultados e seriedade da pesquisa.

A coleta de dados está organizada por objetivo da pesquisa. Deste modo a pesquisa trata-se de um estudo descritivo, de enfoque qualitativa, compreendendo-se que toda pesquisa precisa ser planejada apropriando-se com coerência as teorias de forma a se interpretar de forma real o seu teor e finalidade específica.

No caso específico dessa pesquisa que teve seu início em janeiro de 2023, nas escolas X e Y, se estabeleceu os objetivos e o roteiro da pesquisa, cuidando também dos aspectos relacionais com os pesquisados em relação e o aprofundamento dos requisitos necessários e essenciais para o sucesso da pesquisa, visando alcançar os objetivos abaixo descritos:

Tabela 1 – Objetivos da pesquisa.

Objetivo de Pesquisa	Técnica de Coleta de dados	Instrumento de Coleta de Dados
Delimitar e inventariar eventos que caracterizam atos de violência, delitos e/ou infrações ocorridos nas instituições escolares pesquisadas;	Observação não participante	Questionário
Compreender possíveis causas/circunstâncias que incidiam a prática da violência contra os professores atuantes na rede pública de ensino estado de Alagoas.	Observação não participante	Questionário
Analisar conteúdos e significados compartilhados das representações sociais de violência contra professores em escolas da rede pública estadual;	Observação não participante	Pesquisa Bibliográfica

Fonte: Elaboração própria

Assim, fica destacado que a intenção da pesquisadora é compreender na prática como tem ocorrido a questão do combate à violência contra o professor, tema abordado ao longo deste trabalho a fim de obter um relatório específico a partir das informações prestadas no questionário aplicado aos professores de cada estabelecimento escolar.

Nesse mesmo eixo, buscou-se alguns professores que os mesmos pudessem se expressar livremente acerca dos principais pontos onde são necessárias melhorias a fim de impedir que esse tipo de violência aconteça, considerando conforme Minayo (2013, p.103), que a fala dos sujeitos de pesquisa é reveladora de condições estruturais, de sistema de valores, normas e símbolos”.

4.8 Questionário

O questionário é uma estratégia eficaz para construir os dados descritivos pela perspectiva do sujeito. Segundo Kauark, Manhães e Medeiros (2010, p.64) “é um dos instrumentos utilizados na coleta de dados primários.

A elaboração ou organização dos instrumentos de investigação não é fácil, necessita de tempo, mas é uma etapa importante no planejamento da pesquisa. Em geral, as obras sobre pesquisa científica oferecem esboços práticos que servem de [...] além de dar indicações sobre o tempo e o material necessários à realização de uma pesquisa (Lakatos & Marconi, 2003, p.164).

É válido acrescentar que o questionário é um dos instrumentos mais utilizados durante o processo de coleta de dados em uma investigação social.

Para Campoy (2018, p.171) o questionário em profundidade é uma técnica qualitativa utilizada com maior ou menor profundidade e dinâmica, que permite recolher uma quantidade de informações de uma maneira mais próxima e direta (p.348).

O objetivo do questionário em profundidade segundo Lakatos e Marconi (2003) é que: O questionário é a ponte entre duas pessoas, a fim de que uma delas obtenha informações a respeito de determinado assunto, mediante uma conversação de natureza profissional. É um procedimento utilizado na investigação social, para a coleta de dados ou para ajudar no diagnóstico ou no tratamento de um problema social (p.195).

O questionário foi elaborado e aplicado de forma individualizada, no período de março de 2023, tratando especificamente sobre a violência contra professores dentro de duas escolas da rede pública estadual de Alagoas – Brasil, com uma amostra de dez professores, cuja intenção da pesquisadora foi estratificar a percepção dos mesmos em relação e vivências sobre o tema, ressaltando que as informações são sigilosas, e servem apenas para fins acadêmicos inerentes à esta pesquisa

Consigna a princípio uma abordagem qualitativa e direta à fonte de dados da pesquisa, consignando à pesquisadora o direito de compilar e interpretar os dados oferecido pelos participantes, aferindo por decorrência a concepção dos pesquisados sobre violência contra professores, compreendendo que o questionário é fonte de dados, onde os questionados são os protagonistas e a pesquisadora observadora não participante do posicionamento dos respondentes, apreendendo o interesse precípua da pesquisadora está em montar sua pesquisa com base nos dados levantados e a interface desses dados com o objeto e os objetos da pesquisa.

Outra preocupação da pesquisadora foi instituir de forma concisa os dados do questionário, ou seja, as perguntas, tanto no sentido de facilitar a compreensão dos respondentes, quanto apropriar os dados de forma intrínseca associando-os à metodologia e a teoria detalhando como o questionário deveria ser respondido para que, de forma natural, eles representem a percepção dos professores pesquisados sobre a visão e a relevância das informações para consolidar os objetivos propostos pela pesquisa.

Implica em se esclarecer que para que um questionário como instrumento de coleta de dados ofereça os resultados desejados, deve ser bem planejado de modo a não deixar dúvidas dos respondentes, fundado em questões fundamentadas em consonância com a intencionalidade do pesquisador e em consonância com os objetivos da pesquisa e também compreender o ambiente dos respondentes e a capacidade de resposta deles.

4.9 Construção do instrumento de validação

O instrumento utilizado nesta pesquisa, objetivando coletar dados foi o questionário, composto por dez perguntas, o qual passou por um processo de análise por professores doutores. A finalidade dessa verificação é adequar o instrumento a um nível de entendimento e clareza satisfatório para os pesquisados. Conforme orienta Campoy (2018, p.170) “através da validação do conteúdo é submetida o questionário a valorização de especialistas, que devem avaliar a capacidade deste para avaliar todas as dimensões que queremos medir”.

Dois critérios são estabelecidos para avaliação:

1. Coerência, critério que determina se as perguntas estão correlacionadas com os objetivos da pesquisa.
2. Clareza, critério no qual foi sinalizado se as perguntas facilitam a compreensão por parte dos pesquisados.

4.10 Ações para coleta de dados e questões éticas

Para o procedimento de coleta de dados, inicialmente contatou-se os gestores para pedir autorização para a realização da pesquisa de campo. Em seguida, nos apresentamos aos professores e foi apresentado o convite para a participação dos docentes juntamente com um documento escrito sendo apresentado o propósito e os objetivos da pesquisa, mostrando a relevância da abordagem acerca da violência contra os professores em nosso na rede pública, atuantes da rede pública de ensino.

Também foi explicando o período de duração e detalhamento da coleta dos dados, com suas etapas, é a maneira pela qual se obtêm os dados necessários. Em seguida, iniciou-se a coleta de dados através da aplicação de questionário aos corpos docentes.

4.11 Técnicas utilizadas para interpretação das informações e dados

A eleição das técnicas e instrumentalização para coleta de dados é de suma importância para que haja eficácia na investigação, visto que possibilita uma análise em campo, bem como promover reflexões acerca da temática abordada, aplicada à realidade. Com isso, a escolha da técnica ideal é essencial, pois através desta que serão obtidas as

informações a serem investigadas. Neste estudo, estima-se o contato direto do autor com o ambiente e a problemática estudada, tornando-se assim, um método apropriado para esta pesquisa, uma vez que se pretende, dentro do ambiente escolar obter dados por meio do questionário, com o intuito de organizar e interpretar esses mesmos dados.

Na investigação sobre a violência contra o professor na rede pública estadual de ensino de Alagoas, pretende-se utilizar como instrumento para coleta de dados com os professores dos ensinos fundamental e médio, utilizando-se para tanto, um questionário composto por questões para discussão acerca da temática abordada. A intenção era permitir que os docentes participantes da pesquisa pudessem manifestar sentimentos e compreensões acerca dos obstáculos enfrentados dentro do ambiente de trabalho. O formulário é composto por dez questões, através das quais foram levantados temas diversos e interligados, tais como: rotina, interação respeito no ambiente escolar e casos de violência contra os professores.

De posse das respostas desses questionários respondidos, buscou-se correlacionar a visão dos profissionais do ensino com o entendimento dos teóricos e estudiosos abordados ao longo desse trabalho, para que assim fosse possível construir uma visão mais apurada acerca do tema objeto de estudo.

CAPÍTULO V - RESULTADO E INTERPRETAÇÃO

O questionário utilizado para coleta de informações contém 10 perguntas. Das questões de 1 a 5 as respostas se deram de modo livre onde os professores poderiam expor de forma escrita suas respostas e através da análise textual do discurso conseguimos de maneira sucinta apresentar os seguintes resultados abaixo.

A primeira questão trouxe o seguinte questionamento: “Como acontece a sua rotina de trabalho? Você possui todos os recursos didáticos que precisa?”.

Analisando as respostas, 06 professores responderam que compreendem que possuem um material didático adequado à proposta de ensino e que, com base nisso é possível ter uma rotina de trabalho de acordo com o que é previamente estabelecido para o ensino durante o ano letivo. Com isso, e conforme ensina Abramovay (2012, p.108), autor citado nesse estudo, é fundamental que os professores tenham uma forma de trabalho adequada e previamente organizada. Isso é importante até mesmo para que haja a harmonia entre professores e alunos, o planejamento sobre quais serão as formas utilizadas para manter a atenção e a participação dos alunos e motivos que contribuam para o engajamento dos estudantes nas aulas.

Outros 02 professores entendem que os recursos didáticos disponibilizados para o ensino dos alunos poderiam ser melhores para que assim a qualidade do ensino pudesse ser ampliada e conseqüentemente a atenção dos alunos possa ser mantida durante as aulas.

Os outros 02 professores restantes foram enfáticos em afirmar que o material didático disponibilizado para o processo de ensino/aprendizagem não contribui para uma organização adequada dos professores no que se refere às formas de lidar com o engajamento dos alunos nas aulas, necessitando assim de uma busca dos profissionais por adaptações que permitam uma organização melhor do conteúdo e desenvoltura nas aulas.

A importância de um material didático de qualidade e a forma como os professores lidam com a elaboração e ministração das aulas pode não ocasionar diretamente o processo de discussão e violência contra os professores, mas é motivo suficiente para a insatisfação dos alunos e, conseqüentemente para desentendimentos entre ambas as partes, criando assim um clima desagradável nas aulas, conforme ensinam Wilson, Douglas e Lyon (2011, p.97).

A segunda questão : “Seus alunos são respeitosos com o seu trabalho? O que você faz para impor a ordem dentro da sala de aula”?

Com base no estudo proporcionado pelo questionário, é possível afirmar que do total de 10 professores, 08 deles não conseguem sob hipótese alguma impor ordem dentro da sala de aula.

De acordo com as informações adicionais, muitos alunos já vão para as instituições de ensino com segundas e até mesmo terceiras intenções, sendo que estudar nunca é o alvo procurado. Dessa forma, os professores têm o dever de impor respeito e ordem para que possam aplicar seus conteúdos aos alunos, mas em contrapartida, a falta de segurança e de medidas protetivas faz com que eles se sintam desmotivados e incapacitados para realizar tal ato.

Gotzens (2010, p.130), em suas obras, deixa claro inúmeras vezes que o professor deve ser a entidade máxima dentro da sala de aula, tendo a onipotência de poder, no qual ele pode intervir os atos dos alunos que não condizem com o que o ambiente escolar prega. No entanto, nos dias atuais tudo se tornou muito liberal e, por intermédio deste ato, a impunidade se tornou comum para os menores de idade. Dentro das salas de aula do ensino fundamental e médio, a idade gira em torno de 14 a 18 anos, logo, a lei não consegue propor uma intervenção aplicada com os meios de segurança que são utilizados com os adultos, fazendo com que esses jovens consigam usufruir da paciência e do bom senso dos professores o quanto quiserem.

O mais interessante deste estudo do questionário, proporcionado ainda pela questão dois, é de que o fator socioeconômico ajuda bastante. Boa parte dos alunos com rendas inferiores a dois salários mínimos sofrem com distúrbios comportamentais, além de que a falta de acompanhamento "psico paterno" contribui para a revolta caracterizadora da violência contra o professor, conforme assevera Abramovay (2012, p.109) em sua obra "violência nas escolas".

Nessa mesma linha de raciocínio, os demais professores participantes apresentaram uma realidade um pouco diferente. Portanto, 02 deles, apresentam uma perspectiva positiva sobre esse fato. Eles são professores das melhores turmas da escola, na qual os alunos são diretamente acompanhados pelos pais e pelos órgãos de supervisão.

É uma realidade diferente, eles afirmam, pois é possível desenvolver um conteúdo de qualidade para os alunos, trocar ideias e pensamentos, fazer com que eles cresçam como pessoa e cidadão. De fato, o sonho desses dois dos professores responderam é que isto se tornasse comum em todo o território nacional, para que os professores espalhados pelo Brasil fossem realmente valorizados e respeitados.

A questão número três: “Você já foi vítima de algum tipo de violência praticada por alunos? De qual tipo?”

Grandes doutrinadores nacionais, como Gotzens (2010, p.130), têm em comum de que o Brasil é um dos países com maiores índices de violência contra o professor, sendo que todos (ou se não a sua maior parte), já passaram por algum problema relacionado à indisciplina constante dos seus alunos que resulta em uma ameaça física ou verbal, mesmo que os educadores nunca comentem sobre.

No questionário, todos os 10 professores afirmaram que na sua carreira como educador pelo menos uma vez na vida já foram vítimas de agressão partida pelos seus alunos, seja verbal ou física. Até mesmo os educadores que responderam na questão anterior que atualmente conseguiam aplicar suas aulas, já tiveram passados sombrios com a impunidade e a violência escolar. Com base nas respostas, 2 professores já foram vítimas de violência física no meio escolar, enquanto os outros 8 professores afirmam que a violência verbal já fez parte de suas vidas. De fato, é difícil procurar por metodologias de segurança que satisfaçam a problemática atual da violência contra o professor.

Em vista disto, a quarta questão do questionário vem interrogar os educadores com a seguinte dúvida: “Como o Estado deve agir de maneira a evitar que os alunos pratiquem violência contra o professor?”.

Na pesquisa desenvolvida com os professores por intermédio do questionário foi possível analisar que a sua grande maioria concordou no que deve ser feito para diminuir a violência e proporcionar mais segurança nas escolas. Dentre outros fatores, 8 dos 10 pesquisados concordam que a melhor medida de segurança que o Estado pode tomar para solucionar este problema, é desenvolver projetos de inclusão social, que façam com que essas crianças, jovens e adolescentes se sintam parte de alguma coisa e menos propensos a atos violentos.

Três professores acrescentaram que, sendo um pouco mais conservadores, defendem que educação deve ser dada em casa e que é um desafio um aluno de ensino fundamental e médio, com mais de 14 anos de idade, não ter respeito pelos seus professores, que são a autoridade máxima dentro da sala de aula. Dessa forma, eles propõem que quando esses alunos não são devidamente respeitosos com seus superiores (professores), o conselho tutelar deve intervir para que esses casos não evoluam e se tornem uma agressão. Em casos de agressão, seja ela física ou verbal, o entendimento comum entre eles é de que a polícia militar deve intervir como meio de retaliação a violência e para que esses jovens e adolescentes não cometam tais atrocidades novamente.

Por outro lado, todos os 10 professores têm em comum o pensamento de que o tempo de violência acabou e que os professores merecem ser respeitados, principalmente por parte do Estado, que deve desenvolver ações que viabilizem a segurança dos professores e alunos dentro da sala de aula.

A quinta questão buscou desenvolver uma análise sobre o que a escola pode fazer para diminuir os índices de violência?

Ao realizar o questionário com os 10 professores identificou-se que o resultado foi bem dividido. 05 deles disseram que as suas escolas promovem ações para solucionar estes problemas, como disciplinar seus alunos.

Em sua grande maioria, as escolas desenvolvem palestras, conselhos e até mesmo visitas a centros de detenção juvenil. Tudo isso só acontece graças ao auxílio do conselho tutelar, no qual busca amplificar a margem de paz dentro das escolas. Por outro lado, os outros 05 educadores afirmam que as suas escolas não têm capacidade suficiente para solucionar este problema.

De fato, os diretores das escolas muitas das vezes não se importam tanto com o que acontece ou até mesmo se importam, mas não tem poder para fazer nada. É necessário, de acordo com os professores, mais apoio do Estado para que seja possível desenvolver políticas de prevenção à violência escolar, pois a escola sozinha não consegue fazer isso.

Ao longo desta análise de dados foi possível observar que todos os professores pelo menos uma vez na vida já foram submetidos à violência escolar. No entanto, há um quadro um pouco distinto. Cerca de 2 dos 10 professores conseguem dar suas aulas normalmente, em vista de que as suas turmas são mais tranquilas. Esses educadores responderam positivamente a última pergunta do texto e eles conseguem sim atuar, impor ordem e se sentirem seguros dentro da sala de aula.

Por outro lado, há 8 professores que ainda não se sentem totalmente seguros para atuarem como professores. É claro que nem sempre há violência dentro da sala de aula, até porque o que acontece dentro da escola não é digno de uma guerra. No entanto, os alunos indisciplinados esperam pela primeira oportunidade em que o professor irá baixar a sua guarda para atacarem e se tornarem os reis da sala de aula.

Esse tipo de aluno tenta desestruturar a vida do professor com petições de pontos, concordância em atividades proibidas (como o uso de celular) e até mesmo a discrepância de atrapalhar os seus colegas de classe. Quando o professor tenta intervir nesses atos ilícitos, eles se tornam grandes “monstros” para os alunos mal disciplinados, no qual promovem agressões verbais e físicas contra eles.

Nas próximas questões de 6 a 10, as questões foram elaboradas com opções de escolhas e em virtude do tipo de conteúdo elencado mostramos as respostas através de gráficos

Na questão seis, foi solicitado que os professores: considerando sua experiência, escolhessem 2 fatores que mais compromete/ dificulta o processo ensino aprendizagem na escola é:

Gráfico 1 – Questão seis



Fonte: Elaboração própria

Temos como grande fator relevante apontado pelos professores a questão da indisciplina e o desinteresse desses alunos. Hoje em dia, a falta de disciplina parece ser a norma da escola. A qualquer momento surge a pergunta: quem será? Você se sente culpado por isso. E assim começa o jogo da responsabilidade, às vezes como parte da família, Às vezes, isso vem da administração escolar, dos próprios alunos ou de órgãos públicos.

Aquino (1998) estudou as infrações disciplinares sob uma perspectiva institucional (socialização). Portanto, o trabalho escolar é caracterizado por: contextos escolares (político, económico, família, mídia, etc.), reflete sobre as condições escolares dentro e fora do espaço, mas sempre com o intuito de trazer uma “ordem”:

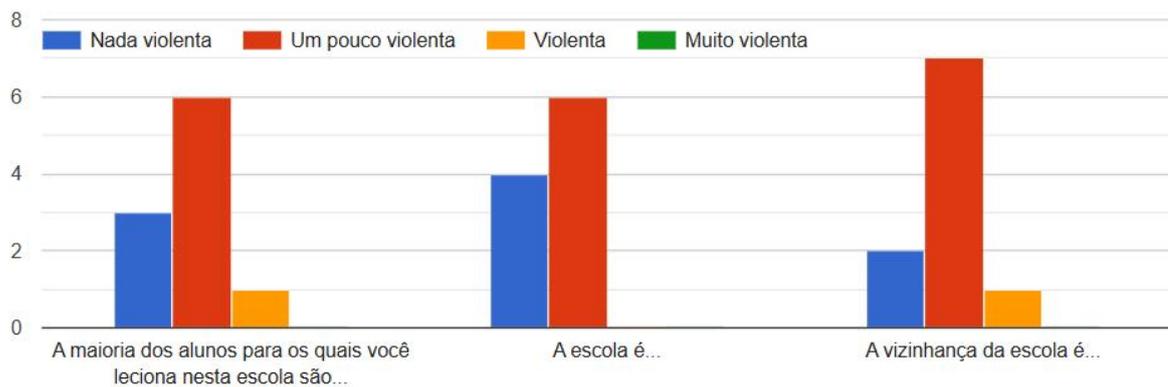
Encaminha-se para o coordenador, para o diretor, para os pais ou responsáveis, para o psicólogo, para o policial. Numa situação limite, isto é, na impossibilidade do encaminhamento, a decisão, não raras vezes, é o expurgo ou a exclusão velada sob a

forma das “transferências” ou mesmo do “convite” à auto-retirada. (Aquino, 1998, p.09)

Nesse sentido é possível compreender que as grandes e rápidas mudanças, em todas as áreas (econômica, social, tecnológica, etc) estariam provocando a ruptura dentro do sistema escolar, promovendo a fragmentação e originando novas identidades, onde destaca-se a violência das ruas dentro das escolas e como ato disto a indisciplina é o primeiro quadro exposto no ambiente escolar.

Na questão sete foi solicitado que nos dessem um parâmetro sobre presença de violência em relação a saber como é o espaço escolar :

Gráfico 2 – Questão sete

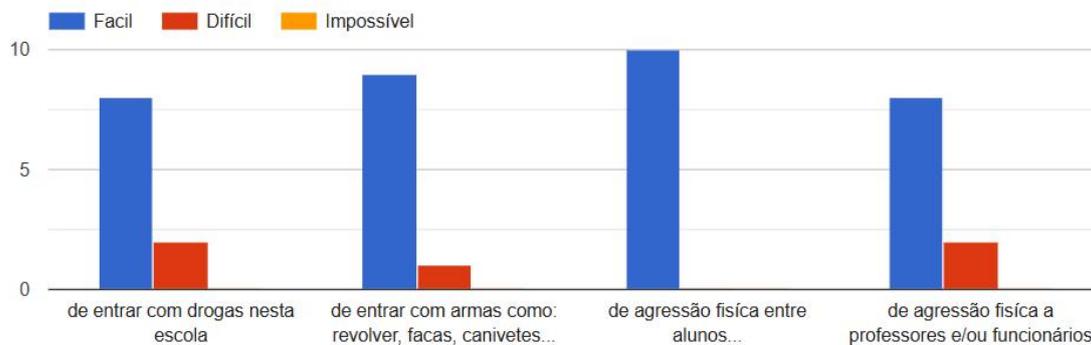


Fonte: Elaboração própria

Seis professores apontaram que tantos os alunos quanto a escola onde lecionam é um pouco violenta e 08 deles também dizem que a vizinhança da escola é violenta. O que entendemos sobre isto é que a violência escolar é um problema complexo que requer uma abordagem multidisciplinar. É importante que as escolas trabalhem com as famílias e comunidades para criar um ambiente seguro e de apoio para todos os alunos e professores. Além disso, ações públicas de combate à violência escolar são necessárias para prevenir futuros incidentes. Não se pode ignorar que uma das principais causas de violência na escola são reproduções de ambientes violentos, provocadas por fatores sócio econômicos ou relacionais ao ambiente onde os alunos estão inseridos, sejam seus lares, vizinhanças ou comunidades.

Na questão oito perguntamos sobre as “Possibilidades” de atos violentos:

Gráfico 3 - Questão oito .



Fonte: Elaboração própria

Percebeu-se quase unanimemente que as escolas são ambientes com segurança fragilizada, a possibilidade de se entrar com drogas, armas dentro das escolas é muito fácil e que a ausência de segurança favorece as possibilidade de agressão física entre alunos e demais componentes da escola, e isto nos faz levantar diversos outros pontos a serem investigados e debatidos: porque as escolas são espaços socialmente desprovidos de segurança? De quem é a responsabilidade?

Esse são questionamentos que devem ser levados a diante a fim de que se possa obter respostas e mudança dessa realidade. Muito se fala em combate a violência dentro das escolas mas na pratica a realidade não coincide com os projetos que circulam nas mídias. Assim temos toda uma comunidade a mercê dos fatos e de suas possíveis consequências.

Questão nove é um complemento a questão oito e tratou de forma objetiva quanto a segurança pessoal dos próprios professores dentro da escola:

Gráfico 4 - Questão nove



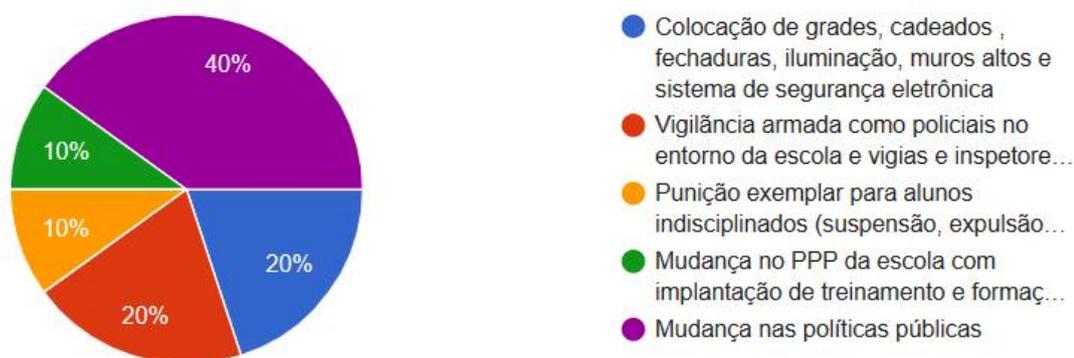
Fonte: Elaboração própria

Vemos que a maioria dos participantes se sentem pouco seguros dentro das escolas. Este é um assunto que requer algumas considerações ao enfrentá-lo. O problema não é apenas identificar os conflitos que surgem neste ambiente, mas também analisar as suas possíveis causas. É interessante ressaltar que na maioria das vezes a própria instituição de ensino ignora o ambiente social e os valores em que o aluno se instala. Existem muitos fatores que levam alguém a comportamentos violentos, um deles é a pobreza. Esta é uma das principais causas de violência na sociedade atual, portanto esta violência também se estende ao ambiente escolar.

Observou-se que vai além da pobreza em si, trata-se de desigualdade social ou má distribuição de renda, que por sua vez atinge a maioria da população, o que se correlaciona com a questão da comunidade (espaço) onde a escola esta localizada, sendo uma localizada em área de comunidade de baixa renda o que favorece a proliferação do crime e atos violentos e outra em área nobre o que pela desigualdade também leva a indivíduos a praticarem atos de furto e roubo o que pode acabar incentivando aos alunos que são pertencentes a uma realidade mais desestruturada financeiramente.

E por fim a questão dez solicitou que os professores escolhessem dentre as opções 2 recursos importantes para garantir segurança nas escolas:

Gráfico 5 - Questão dez



Fonte: Elaboração própria

Nesta questão as opiniões ficaram bastante divididas mas em suma resulta num compilado de ações que devem primeiramente partir dos órgãos governamentais e vir escalando cada uma das esferas que compõem as comunidades escolares. Ações políticas e governamentais, seguidas de ações sociais e implantação de segurança para a comunidade escola e o espaço escolar, nesta ultima trabalhando com funcionário, alunos e responsáveis sobre a temática e reforçando a implantação de medidas públicas dentro do espaço de forma curricular estendida a comunidade adjacente.

CONCLUSÕES

Ao longo desta pesquisa, portanto, foram abordadas inúmeras diretrizes que se remetem a violência contra o professor, na qual faz com que os educadores não se sintam confortáveis e prontos para administrar uma sala de aula e proporcionar aos alunos uma educação de qualidade, sendo um grande desafio nacional.

Os altos níveis de violência contra o professor consideram que o Brasil tem uma das maiores percentagens do mundo, correspondente a 12,5%. A média mundial, por exemplo, chega a apenas 3%, fazendo com que os níveis de violência no território nacional brasileiro sejam até quatro vezes maiores do que os apresentados em nível mundial.

Isto só acontece em virtude da falta de segurança eminente nos ambientes educacionais brasileiros. Compreende-se que é fundamental a efetiva participação Governo Federal incentivando políticas à segurança ao professor, pois esta é a profissão que forma profissões. No entanto, a cada dia mais casos de violência são contabilizados e menos atitudes são tomadas, fazendo com que os alunos se tornem pessoas propensas a cometer atos de violência, partindo do pressuposto de que nada vai acontecer a eles.

Podemos comprovar através da pesquisa de campo que foi possível concretizar os ideais de que não há segurança para os professores trabalharem. Todos eles, pelo menos uma vez, já passaram por agressões físicas ou verbais dentro da sala de aula, Estes dados são preocupantes e fazem com que os docentes procurem por propostas de intervenções, como as que agora serão apresentadas. Os participantes da pesquisa avaliam como perigoso dar aula nos dias atuais, pois não há segurança verdadeiramente especializada para auxiliar os professores. Os alunos mal disciplinados estão dominando as salas de aula sem que haja retaliação por parte do Governo, o que traz falta de esperança de um dia a violência escolar acabar.

Nos dias atuais, existem projetos como este no Brasil e um deles é o PROERD (Programa Nacional de Resistência às Drogas e a Violência). De fato, o PROERD é um programa contra as drogas, no entanto, além disso, ele também ensina sobre o respeito, honra e outras coisas que são muito valorizadas pelos policiais, fazendo com que os seus participantes aprendam a distinção entre certo e errado.

A partir disto, uma proposta de ação plausível para a resolução deste problema a qual deveria ser adotada pelo Governo Federal é a de democratizar as aulas e a maneira em que a escola trata seus alunos. Aulas inovadoras para alunos que ainda estão no ensino fundamental

poderia ser algo a acrescentar muito em suas vidas, pois nem todos têm o apoio necessário dentro de casa.

Também tem-se como opção plausível a este problema, o PNAVE (Programa Nacional de Prevenção à Violência contra o Professor), que é o Programa Nacional de Prevenção a Violência contra o professor. Este programa é concretizado com o intuito de proteger os educadores contra alunos e pais com más intenções, na qual podem prejudicar o trabalho do professor e até mesmo cometer agressões contra ele. Outro grande aliado na segurança ao professor é o Conselho Tutelar, que funciona como a “polícia” dentro das salas de aula, pois ele tem o poder de expulsar os alunos, prendê-los e até mesmo os levar a julgamento em casos extremos. Em casos mais extremos quando o aluno já tem maior para que os danos contra a integridade escolar sejam inferiores. Estas e outras ações são essenciais para que haja segurança nas salas de aula.

Portanto, em vista do que foi argumentado ao longo desta pesquisa, é possível observar que existem inúmeros meios de promover segurança aos professores em vista dos casos de violência, no entanto, falta o investimento necessário pelo Governo Federal e os órgãos estaduais competentes para que o recurso predisposto não seja redirecionados e, dessa forma, as verbas sejam realmente utilizadas para manter a paz dentro do ambiente escolar. Oportunizando o acesso a informação, apresento uma proposta de intervenção de fácil execução, que poderá ser utilizada pelas escolas participantes desta pesquisa com o desejo de contribuir com a reversão do quadro encontrado em ambas as instituições através desta pesquisa.

PROPOSTAS

Como sugestão à proposta e/ou ações de intervenção para as escolas que atualmente não praticam o hábito de promover mobilizações para o controle da violência escolar, principalmente contra o professor, há o site “Respeitar é preciso” que é um projeto nacional com o intuito de diminuir os índices de agressões físicas e verbais dentro do ambiente educacional.

Públicos envolvido: comunidade escolar em geral.

Ações:

1. Proceder a uma avaliação da gravidade do problema, por exemplo: através de inquéritos e questionários preferencialmente anónimos;
2. Consciencializar e dar a conhecer o problema a toda a comunidade educativa;
3. Desenvolver e implementar um código de conduta que os alunos devem cumprir e respeitar, sofrendo punições (que não sejam hostis nem físicas) caso não o cumpram;
4. Divulgar informação acerca desta problemática e das suas causas e consequências, para que todos possam ter acesso;
5. Avaliar a evolução e o desempenho da escola na prevenção da violência;
6. Criar espaços de debate e lazer.

Quanto a família ou responsáveis:

1. Procurar envolver os pais e encarregados de educação, através de programas de educação para pais e ações de sensibilização e formação;
2. Incentivar a boa comunicação entre encarregados de educação, educadores e professores para estabelecer, inculcar e reforçar regras;
3. Encorajar e aconselhar as famílias a ensinar e inculcar comportamentos saudáveis e amigáveis, rejeitando sempre todo o tipo de violência e agressividade;
4. Envolver os pais e encarregados de educação nas atividades desenvolvidas, de forma a promover a importância do diálogo, do afeto e do respeito para com as crianças e jovens;
5. Dar a conhecer a situação em que se encontram os filhos, para que possam trabalhar em casa a importância da rejeição da violência em qualquer situação, assim como da sua evolução e desempenho escolares.

Quanto aos professores e demais funcionários das escolas:

1. Orientar que os funcionários, professores e educadores identifiquem os alunos que se envolvem em episódios de violência, assim como aqueles que apresentem comportamentos de risco;
2. Promover a monitorização e supervisão dos alunos nos recreios e não áreas onde ocorrem ou possam ocorrer atos de violência;
3. Criar um registo oficial dos casos de violência que ocorram;

4. Dotá-los de uma formação específica, para que possam intervir com maior eficácia e brevidade nos casos de violência que possam vir a ocorrer.

Quanto aos alunos:

1. Colocar à disposição dos agressores e das vítimas, assim como de todos os outros alunos serviços de aconselhamento e apoio psicológico;

2. Incentivar os colegas a denunciar os casos de violência, assim como os alunos que neles se envolvem ou que apresentem comportamentos de risco;

3. Criar sessões de debate e conversa acerca do fenómeno da violência, assim como de outros temas importantes, quer em grupo, quer individualmente;

4. Colocar a vítima e o agressor frente a frente e mediar um diálogo amigável para que possam ser conhecidos os dois lados da história, assim como as razões que os conduziram àquela situação. O objetivo será que consigam manter uma conversa pacífica, melhorar a sua relação e perceber a gravidade da situação em questão;

5. Realizar dinâmicas de grupo, dentro e fora da sala de aula, que promovam a melhoria das relações interpessoais apesar das diferenças sociais, culturais e raciais, mostrando aos alunos que existem sempre características em comum e que a diferença não é um fator de exclusão e discriminação, mas sim um fator de enriquecimento das relações entre eles;

6. Promover iniciativas que envolvam todos os alunos, de modo a que possam conviver de forma pacífica e amigável, criando laços de amizade e trabalhando em equipe, com base na ajuda mútua, tendo em vista um objetivo comum que supere todas as diferenças e conflitos (por exemplo, campanhas de solidariedade social, campanhas de proteção do ambiente, etc.);

7. Combater o estigma, a discriminação e a violência, através de campanhas de sensibilização e de trabalhos de grupo que podem ser realizados na sala de aula ou fora dela;

8. Promover atividades onde os alunos possam partilhar experiências e conhecer melhor os colegas;

9. Dinamizar atividades lúdicas com carácter pedagógico que incentivem os alunos a aprender a trabalhar em equipe.

REVISÃO DE LITERATURA

- Abramovay, M.; Rua, M.G. (2012). *Violências nas escolas*. Brasília: UNESCO, Banco Mundial, UNAIDS, USAID, Fundação Ford, CONSED, UNDIME.
- Abreu, S. (2004). *Psicologia: História, conceituação e campo de atuação*. NET, Rio de Janeiro, seção artigos. Disponível em: <https://www.google.com/url?q=http://www.abpp-rj.com.br/abpp-rj/novopsicopedagogiahist%25C3%25B3rico.htm&sa=D&source=docs&ust=1697219746708508&usg=AOvVaw0zgr4DsSAw1OYOdb0zDBFP>
- Aguiar, A.C. (2004). *Ética Empresarial*. Artigo publicado na edição de 18 de julho. (p.12). São Paulo: Diário do Grande ABC de Santo André.
- Amaral, D. (1990). *Assédio Moral no Ambiente de Trabalho*. Disponível em: [dspace.doctum.edu.br/bitstream/123456789/4027/1/monografia O assédio moral no ambiente de trabalho pdf Facul.pdf](https://space.doctum.edu.br/bitstream/123456789/4027/1/monografia%20O%20ass%C3%A9dio%20moral%20no%20ambiente%20de%20trabalho%20pdf%20Facul.pdf). Acesso em 11 de mar. 2023.
- Arregi, F. (1998). *Novos espaços da educação social*. Recuperado de A Violência Nas Escolas Como Resultado Dos Problemas de Inadaptação Social | PDF | Família | Violência (scribd.com)
- Aquino, J.G. (1998). *A indisciplina e a escola atual*. Revista da Faculdade de Educação, vol. 24, nº 02. (p.181-204). São Paulo. Disponível em <https://www.scielo.br/j/rfe/a/HcncVTNW39bFcg64tSPXfNq/>
- Ariès, P. (2015). *História social da infância e da família*. Tradução: D. Flaksman. Rio de Janeiro: LCT. Recuperado de https://www.researchgate.net/publication/313779542_Historia_Social_da_crianca_e_da_familia
- Bardin, L. (2011). *Análise de conteúdo*. São Paulo: Edições 70, 229 p.
- Barreto, M.M.S. (2006). *Violência, Saúde e Trabalho: uma jornada de humilhações*. São Paulo: EDUC.
- Batista, O.D.Q. (2007). *Introdução a Psicopedagogia. Apostila do Curso de Especialização em Psicopedagogia*. Fortaleza: UVA.
- Bossa, N.A. (2007). *A psicopedagogia no Brasil: contribuições a partir da prática*. 3ª ed. Porto Alegre. Artmed.

- Bossa, N.A. (2007). *A Escola Ideal e ideal da Escola: Análise Histórico-Filosófica da Instituição Escolar*. Seção Artigos. São Paulo: NET. Disponível em 2 assédio moral nas relações de trabalho (psicologia.com.pt)
- Barreto, M.S. (2006). *Assédio Moral: Ato deliberado de humilhação ou uma "política da empresa" para livrar-se de trabalhadores indesejados*. Recuperado de <http://cremesp.org.br>
- Brasil. (1998). *Constituição Da República Federativa do Brasil*. Disponível em https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/ConstituicaoCompilado.htm
- Brasil. (2002). *Estatuto da Criança e do Adolescente*. Disponível em https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8069.htm
- Campoy, T.J. (2018). *Metodología de la investigación científica*. Ciudad del Este (PY): U.N.C. del Este.
- Candau, V.M.F. (2002). *Sociedade, cotidiano escolar e cultura(s): Uma aproximação. Educação & Sociedade*. Disponível em <https://www.scielo.br/j/es/a/SKWprz5ZGk7XbPZRr7CYwGF/?format=pdf>
- Carvalho, M. C. B. (2002). *A Família Contemporânea Em Debate*. São Paulo: EDUC/ Cortez.
- Carvalho, S. (2010). *Prevenção da violência e do Bullying em contexto escolar*. Lisboa: CLIMEPSI Editores.
- Costa, E. (2011). *Mediação de Conflitos em Contexto Escolar. Comunicação apresentada no Curso Breve de Metodologias para uma Intervenção Escolar*. Escola Superior de Tecnologia e Gestão de Lamego. Lamego: Viseu.
- Costa, M. (1998). *A violência nas escolas. Ciências da educação*. Porto: Instituto de Inovação Educacional. Disponível em <https://repositorio-aberto.up.pt/handle/10216/21743>
- Cretella Júnior, José. (2000). *1.000 perguntas e respostas sobre teoria geral do estado*. Rio de Janeiro: Forense.
- D'Agostini, A.C.C. (2019). *A vítima do bullying é o professor. E agora?* Disponível em: novaescola.org.br/conteudo/18258/a-vitima-do-bullying-e-o-professor-e-agora#
- De Placido e Silva. (1984). *Vocabulário jurídico*. Rio de Janeiro: Forense.
- Dorsch, H.; Hacker, H.S. (2001). *Dicionário de Psicologia*. São Paulo: Editora vozes.
- Ferreira, A.B.H. (2010). *Novo Dicionário da Língua Portuguesa*. 5 ed. (2272 p.). Rio de Janeiro: Nova Fronteira
- Figueiredo Moreira Neto, D. de. (1991). *Legitimidade e discricionariedade: novas reflexões sobre os limites e controle da discricionariedade*. Rio de Janeiro: Forense.
- Flick, U. (2009). *Introdução à pesquisa qualitativa* (3a ed., J. E. Costa, Trad.). São Paulo: Artmed. (Obra original publicada em 1995).

- Freitas, M.E.; Heloani, R.. BARRETO, M. (2008). *Assédio Moral no Trabalho*. São Paulo: Cengage Learning.
- Gil, A. C. (2010). *Como elaborar projetos de pesquisa*. 4. ed. São Paulo: Atlas.
- Gotsens, C. (2010). *A disciplina escolar: Prevenção e intervenções nos problemas de comportamento*. 2. Ed. Porto Alegre: Artmed.
- Heloani, J.R.M. (2004). Assédio moral: um ensaio sobre a expropriação da dignidade no trabalho. 3(1): jan/jun. São Paulo: FGV.
- Hespanha, P. (2001). Desigualdades e exclusão num mundo globalizado: Novos problemas e novos desafios para a teoria social. In Boaventura Sousa Santos (org.). *Globalização: fatalidade ou utopia?*. Porto: Afrontamento.
- Hirigoyen, M. (2002). *Mal-estar no trabalho: redefinindo o assédio moral*. Tradução Rejane Janowitz. Rio de Janeiro: editora Bertrand do Brasil.
- Holanda, L. S. (2006). *Família: Espaço de Aprendizagem para uma educação cidadã* (Monografia de Graduação). Universidade Vale do Acaraú, Sobral, Brasil.
- Joly, M.C.R.A. (2000). A formação do psicólogo escolar e a educação no terceiro milênio. *Psicologia Escolar Educacional*, v.4, n.2, Campinas.
- Kauark, F.; Manhães, F.C.; Medeiros, C.H. (2010). Metodologia da pesquisa: guia prático. (p.26). Itabuna: Via Litterarum.
- Krishnamurti, K. (2011). *A educação e o significado*. São Paulo, Cultrix.
- Lakatos, E.M.; Marconi, M.A. (2003). *Fundamentos de metodologia científica*. 5ª ed. São Paulo: Atlas.
- Lankshear, C.; Knobel, M. (2008). *Pesquisa pedagógica: do projeto à implementação*. Porto Alegre: Artmed.
- Lazzarini, Álvaro. (1994). Limites do poder de polícia. *Revista De Direito Administrativo*, v.198, 69–83. doi: <https://doi.org/10.21783/rei.v6i3.570>
- Levisky, D.L. (1997). *Adolescência Pelos Caminhos da Violência*. São Paulo: Editora Artes Médicas.
- Leymann, H. (2006). Mobbing and psychological terror at workplaces. *Violence and Victims*, 5(2), 119- 126.
- Lima, J.D. (2023). *Assédio moral: uma violência sem flagrantes*. Disponível em: <http://www.gazetadopovo.com.br/vida-universidade/conteudo.phtml?id=1371514>
- Macêdo, I.Z. (2006). *Aspectos Comportamentais da Gestão de Pessoas*. 8. ed. Rio de Janeiro: FGV.
- Maluf, M.I. (2007). Família, Escola e o Nascimento da Psicopedagogia: a aprendizagem e a educação, dos limites informais, as instituições e ferramentas de auxílio que hoje conhecemos. *Ciência & Vida Psique (Psicologia para quê?)*, v. 2, n. 2 p.7-13.

- Martiningo Filho, A; Soares Siqueira, M.V. (2020). *Assédio Moral nas Organizações e o Papel da Área de Gestão de Pessoas*. Disponível em: <http://anpad.org.br/evento.php>
- Matos, F. A. S.; Viana, S. S. A.; Gurgel, C. R. (2012). *A violência contra professores: saberes e práticas*. Disponível em <http://editorarealize.com.br/revistas/fiped/trabalhos/766ebcd59621e305170616ba3d3dac32.pdf>
- Mendes, T.M.S. (2006). *A Vitimização de Professores e a Alunocracia na Educação Básica*. 28 f. Porto Alegre:UFRGS.
- Miltão, M.; Pinto, C. (2008). *Mundos Sociais: Saberes e Práticas. Modernidade, Incerteza e Risco*. Lisboa.
- Minayo, M.C.S.. (2013). *Violência e saúde*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz.
- Moreira, D. A. (2002). *O método fenomenológico na pesquisa*. São Paulo: Pioneira-Thonson.
- Morin, E. (2002). *O Método 1: A natureza da natureza*. 2. ed. Porto Alegre: Sulina.
- Moroz, M.; Gianfaldoni, M.H.T.A. (2002). *O processo de pesquisa: iniciação*. 108p. Brasília: Editora Plano.
- Paro, V. H. (2000). *Qualidade do ensino: A contribuição dos pais*. São Paulo: Xamã.
- Parolin, I. C. H. (2003). *Família e Escola: Instituições Parceiras*. São Paulo: Futuro Congresso e Eventos Ltda.
- Penteado, A. C. A. (2020). *Educação e Família: uma união fundamental*. Disponível em: <https://repositorio.pucgoias.edu.br/jspui/bitstream/123456789/1173/1/>
- Pereira, B. O. (2002). *Para uma escola sem violência: Estudo e prevenção das práticas agressivas entre crianças*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Piaget, J. (2007). *Para onde vai a educação*. Rio de Janeiro: José Olímpio.
- Piletti, N. (1987). *Sociologia da Educação*. 5ª.ed. São Paulo: Ática.
- Rissi, V. (2009). *Assédio moral e violência psicológica: perspectiva dos trabalhadores em serviços de saúde filiados aos Sindisaúde de Passo Fundo, RS e região* (Dissertação de Mestrado). Universidade do Vale dos Sinos, RS.
- Rocha, K. M. M.; Farias, G. M.; Gurgel, A. K. C.; Costa, I. K. F.; Freitas, M. C. S.; Souza, A. A. M. (2012). Violência na escola vivida por professores, funcionários e diretores. *Revista da Rede de Enfermagem do Nordeste*, v. 13, n. 5, p. 1.034-1.044.
- Rubinstein, Edith. (1987). A psicopedagogia e a Associação Estadual de Psicopedagogia. São Paulo. In SCOZ, Beatriz Judith Lima (et al). *Psicopedagogia: o caráter interdisciplinar na formação e atuação profissional*. Porto Alegre: Artes Medicas.
- Sá, C. P. (1996). *Núcleo central das representações sociais*. Petrópolis, RJ: Vozes.

- Sampieri, R.H.; Collado, C.F.; Lucio, P.B. (2006). *Metodología de la investigación*. México: McGraw-Hill Interamericana Editores S.A.
- Sarlet, I.W. (2007). Dignidade da pessoa humana e direitos fundamentais na Constituição Federal de 1988. 5. ed. *Revista Atual*. Porto Alegre: Livraria do Advogado.
- Santin, V.F. (2013). *Controle judicial da segurança pública: eficiência do serviço na prevenção e repressão ao crime*. São Paulo: Verbatim.
- Saviani, D. (2018). *História e História da Educação*. Campinas: Autores Associados.
- Severino, A. J. (2007). *Metodologia do trabalho científico*. 23. ed. São Paulo: Cortez.
- Souza, M. R. (2008). *Violência nas Escolas: Causas e consequências*. São Paulo: Ática.
- Tarcitano, J.S.C.; Guimarães, C.D., (2004). *Assédio Moral no Ambiente de Trabalho (Trabalho de conclusão de curso)* Disponível em http://www.dhnet.org.br/direitos/novosdireitos/assediomoral/assedio_moral_trabalho.pdf
- Tardelli, D.D; Leme, M.I.S. (2011). *O Cotidiano da Escola: as novas demandas educacionais*. São Paulo: Cengage Learning.
- Tardif, M.; Lessard, C. (2014). *O trabalho docente: elementos para uma teoria da docência como profissão de interações humanas*. Rio de Janeiro: Vozes.
- Vergara, S. C. (2000). *Projetos e relatórios de pesquisa em administração*. 3a ed. São Paulo: Atlas.
- Wilson, C.M.; Douglas, K.S.; Lyon, D.R. (2011). *Violence against teachers: prevalence and consequences*. J Interpers Violence.
- Zagury, T. (2000). *Educar sem culpa: a gênese da ética*. 15ª ed. Rio de Janeiro: Record.
- Zaluar, A.; Leal, M.C. (2011). Violência extra e intramuros. In: *Revista brasileira de Ciências Sociais*. Vol. 16, nº. 45.
- Zenaide, M. N. T. (2012). *Ética e cidadania nas escolas*. João Pessoa: Editora Universitária.

APÊNDICES

Apêndice I - Termo de Consentimento Livre (escola)

Eu, diretor(a) da Escola _____, no município de _____, Alagoas, abaixo assinada, concordo que a pesquisadora _____, realize sua pesquisa sobre o tema _____, seguir as normas dessa instituição, inclusive a de não tirar fotos ou gravar conversas com alunos e/ou participantes desta pesquisa.

_____, ____ de _____ de 20____

Local e data

Diretor(a)

Apêndice II - Questionário

Senhor professor,

Solicito sua participação para responder o presente questionário que faz parte da minha pesquisa para a conclusão da tese de doutorado em Ciência da Educação. O objetivo compreender na prática como tem ocorrido a questão do combate à violência contra o professor. Informo que sua participação é voluntária e muito importante. As respostas são de cunho sigiloso e de uso exclusivamente acadêmico, para os fins citados. Desde já agradeço sua contribuição.

Débora de Araújo Duarte (Pesquisadora)

Questões

1. Como acontece a sua rotina de trabalho? Você possui todos os recursos didáticos que precisa?
2. Seus alunos são respeitosos com o seu trabalho? O que você faz para impor a ordem dentro da sala de aula?
3. Você já foi vítima de algum tipo de violência praticada por alunos? De qual tipo?
4. Como o Estado deve agir de maneira a evitar que os alunos pratiquem violência contra o professor?
5. O que a escola pode fazer para diminuir os índices de violência?
6. Considerando sua experiência, escolha 2 fatores que mais compromete/ dificulta o processo ensino aprendizagem nesta escola é:
 - ✧ A indisciplina/ desinteresse dos alunos
 - ✧ A falta de participação dos pais/ responsáveis em relação ao ensino-aprendizagem dos alunos
 - ✧ Falta de suporte pedagógico quanto aos quesitos aprendizagem e indisciplina escolar
 - ✧ Clima de Insegurança resultante do ambiente violento existente dentro da escola
 - ✧ Clima de Insegurança resultante do ambiente violento existente nas imediações da escola
7. As questões seguintes são sobre a escola que você trabalha:

	Nada violenta	Um pouco violenta	Violenta	Muito violenta
A maioria dos alunos para os quais você leciona nesta escola são...				
A escola é...				
A vizinhança da escola é...				

8. Possibilidades

	Facil	Dificil	Impossivel

de entrar com drogas nesta escola			
de entrar com armas como: revolver, facas, canivetes...			
de agressão física entre alunos...			
de agressão física a professores e/ou funcionários			

9. Segurança pessoal

	Seguro	Pouco Seguro	Inseguro
Quando esta na escola você se sente			
Quando sai da escola			
Entre seus alunos em sala de aula			

10. Escolha 2 recursos importantes para garantir segurança nas escolas: Sobre sua experiência nesta escola, nos últimos 12 meses...

- ✧ Colocação de grades, cadeados , fechaduras, iluminação, muros altos e sistema de segurança eletrônica
- ✧ Vigilância armada como policiais no entorno da escola e vigias e inspetores não armados dentro do ambiente escolar
- ✧ Punição exemplar para alunos indisciplinados (suspensão, expulsão e/ou transferência)
- ✧ Mudança no PPP da escola com implantação de treinamento e formação da comunidade escolar para lidar com a questão da violência no ambiente escolar
- ✧ Mudança nas políticas públicas

11. Sobre sua experiência nesta escola, nos últimos 12 meses...

12. Nos últimos 12 meses algum aluno ou grupo de alunos...

Apêndice III - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

Eu _____ RG _____, residente e domiciliado na cidade de _____, Estado de Alagoas – Brasil, concordo de livre e espontânea vontade em participar da pesquisa sobre o tema _____, a ser realizada pela pesquisadora _____.

Declaro que fui informado de forma detalhada dos objetivos da pesquisa e que aceito participar deste estudo, bem como autorizo para fins exclusivos desta pesquisa a utilizar os

dados, desde que seja preservado o caráter de confidencialidade de minha identidade, bem como das informações oferecidas.

Deste modo, nos termos deste consentimento livre, autorizo a pesquisadora a utilizar os dados obtidos quando se fizer necessário, inclusive a divulgação dos mesmos, desde que seja preservada minha privacidade.

_____, ____ de _____ de 20____

Local e data

Professor

Débora de Araújo Duarte - Pesquisadora

ANEXOS

Anexo I - Relatório de opinião de peritos do instrumento de pesquisa



**UNIVERSIDAD AUTÓNOMA DE ASUNCIÓN
FACULTAD DE CIENCIAS HUMANÍSTICAS Y DE LA COMUNICACIÓN
DIRECCIÓN DE INVESTIGACIÓN
DOCTORADO EM CIENCIAS DE LA EDUCACIÓN**

RELATÓRIO DE OPINIÃO DE PERITOS DO INSTRUMENTO DE PESQUISA

I. DADOS GERAIS:

- 1.1 Sobrenome e nome do informante:
- 1.2 Cargo e instituição em que trabalha:
- 1.3 Nome dos instrumentos:
- 1.4 Título da pesquisa:
- 1.5 Autor (es) do Instrumento:

II ASPECTOS DE VALIDAÇÃO:

INDICADORES	CRITÉRIOS	Deficiente 00-20%	Regular 21-40%	Bom 41-60%	Muito Bom 61-80%	Excelente 81-100%
1. CLARIDADE	Esta formulado com linguagem apropriada					
2. OBJETIVIDADE	Expressa resultados observáveis					
3. NOTÍCIAS ATUAIS	Adequado para ou avançada tecnologia e tecnologia.					
4. ORGANIZAÇÃO	Existe uma organização lógica.					

5. SUFICIÊNCIA	Compreendelos aspectos encantidad y calidad/ Compreende os aspectos de charme e qualidade					
6.INTENCIONALIDADE	Adequado para avaliar aspectos das estratégias					
7. CONSISTÊNCIA	Com base em aspectos teórico-científicos					
8. COERÊNCIA	Entre los índices, indicadores y las dimensiones. / Entre índices, indicadores e dimensões.					
9.METODOLOGIA	A estratégia responde ao objetivo do diagnóstico					
10. PERTINENCIA	O instrumento é adequado para fins de pesquisa					
MÉDIA DE VALIDAÇÃO						

III- MÉDIA DE AVALIAÇÃO _____%

IV- PARECER DE APLICABILIDADE:

() O instrumento pode ser aplicado como elaborado.

() O instrumento deve ser melhorado antes de ser aplicado.

Local e Data: _____ de _____ de 20 _____

Assinatura